

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC-SP

Márcia Regina Ferreira

Grêmios Estudantis e o Movimento dos Secundaristas: Um
estudo de casos nas escolas santistas.

Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade.

São Paulo

2021

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC-SP

Márcia Regina Ferreira

Grêmios Estudantis e o Movimento dos Secundaristas: Um estudo de casos nas escolas santistas.

Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade.

Dissertação de Mestrado à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica, como exigência parcial a obtenção de título de MESTRE em Educação: História, Política, Sociedade, sob a orientação do Professor Doutor Kazumi Munakata.

São Paulo

2021

À comissão julgadora

AGRADECIMENTO À AGÊNCIA DE FOMENTO

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 88887.354450/2019-00."

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 88887.354450/2019-00"

Agradecimentos

A construção deste trabalho contou com a ajuda de inúmeras pessoas para que pudesse concluir e vencer mais essa etapa da minha vida. Não registrarei todos os nomes aqui, mas sintam-se homenageados e agradecidos. Cito algumas pessoas que foram e são importantíssimas para a conclusão dessa empreitada, por isso nada mais justo que deixar por escrito meus agradecimentos:

Ao Professor Kazumi Munakata, meu orientador, pela paciência, compreensão e ensinamento, principalmente por nunca negar o seu tempo, por me ajudar no processo da construção da pesquisa, por aparar minhas arestas e por me fazer entender muitas coisas que eu não sabia até conhecê-lo.

Aos professores do programa EHPS, que por meio de suas aulas fez com que me conhecesse melhor e entendesse minhas limitações;

À querida Betinha, sempre carinhosa e generosa.

Ao meu marido Adriano, pelo apoio e por respeitar minhas escolhas;

Às minhas filhas, Manuela e Marina, razões do meu viver, que se sacrificaram muitas vezes com a minha ausência;

A minha amiga Lilian que cuidou das minhas meninas quando eu não podia;

À minha grande e especial amiga Isabel Gisse Rainho, que sempre me apoiou e acreditou que eu seria capaz.

Aos estudantes que participaram desta pesquisa e contribuíram para minha formação como professora.

Aos diretores das escolas estaduais que me deixaram conhecer o espaço escolar;

A todos os colegas de jornada matriculados no programa do EHPS;

À minha família, que não compreendam esse processo, mas sempre demonstram orgulho pelas minhas escolhas.

Resumo

Este trabalho tem por interesse conhecer as práticas dos alunos gremistas nas escolas da rede estadual de São Paulo no município de Santos no período de 1980 a 2018. Além de reconhecer as formas de organização do movimento estudantil dos secundaristas nesse mesmo período bem como as políticas desenvolvidas pelo Estado de São Paulo para os grêmios nas unidades escolares. Para isso, foi realizada uma pesquisa documental que inclui estudos e análises de diversos documentos sobre Grêmio Estudantil. O trabalho também contemplou conversas com estudantes que foram gremistas, sendo que três deles participaram do movimento de ocupações das escolas públicas da rede estadual paulista. A trajetória escolhida para a compreensão do objeto exigiu o estudo do modelo de gestão educacional adotado pela rede de ensino paulista a partir dos anos 1990, assim como levantamento sobre a reorganização escolar promovida nos anos de 1995 e a análise da proposta de reorganização de 2015. Preliminarmente, foi observado que o governo de São Paulo adota uma postura autoritária sem espaços para comunidade escolar se manifestar e participar da gestão escolar. Constatou-se também que após as pressões exercidas pelos estudantes secundaristas em 2015, o Governo foi obrigado a dialogar com os estudantes e com a comunidade. O trabalho também mostrou que as tentativas do Estado de São Paulo em tutelar o grêmio estudantil não reduzem a sua importância no ambiente escolar, mas desestimula os alunos a participarem, devida a extensa agenda que a Secretaria de Educação impõe. O trabalho teve como apoio teórico Adrião (2020), Gadotti (2001), Ghanem (1989), Gohn (2017), (2001), Marque e Cintra (2009) e Paro (2016).

Palavras-chave: Grêmio Estudantil; Movimento Estudantil; Gestão Democrática; Ocupação escolar; Protagonismo juvenil.

Abstract

The interest in understanding the practices of a students' fraternity in schools of São Paulo State, more specifically in the city of Santos from 1980 to 2018 is the aim presented in this essay. Besides recognizing the forms of organization of the Students' Movement of high school sophomore students in that same period as well as the policies developed by the São Paulo State to help these fraternities in each school unit. To make it possible, a documentary has been carried out as a research that includes several studies and analyzes of these documents about fraternities, or "Student Guilds". The essay also included conversations with ex-students who were part of these fraternities, three of them participated in the movement of Public Schools Occupation in São Paulo State. The trajectory chosen to understand the object required the study of the educational management model adopted by the São Paulo School System from the 1990s onwards, as well as a survey about the school reorganization promoted in 1995 and the analysis of the 2015 reorganization proposal. First, it has been noticed that the São Paulo government adopts an authoritarian stance without spaces for the school community to manifest themselves and be part of the school management. It was also found that after the pressures exerted by high school sophomore students in 2015, the Government was forced to dialogue with students and the community. It has also been showed the attempts of the São Paulo State to protect the student union does not reduce its importance in the school environment, but discourages students from participating, due to the extensive agenda that the Department of Education imposes. The work had as theoretical support Adrião (2020), Gadotti (2001), Ghanem (1989), Gohn (2017), (2001), Marque e Cintra (2009) and Paro (2016).

Key words: Students Fraternity; Students' Movement; Democratic Management; Schools Occupation; Participation; Protagonism.

Lista de Figuras

Figura 1: Material da oficina Pedagógica.....	52
Figura 2 - Captura de tela da página da Diretoria de Ensino de Mauá - SP.....	115
Figura 3 - Ilustração divulgada nas escolas estaduais para explicar clube juvenil.....	133
Figura 4- texto da mensagem enviada pelo Facebook.....	138

Listas de Quadros

Quadro 1-Lista de ocorrência de publicação das atas de grêmio estudantil.....	111
Quadro 2 - Distribuição da grade curricular.....	135

Sumário

Introdução.....	12
1. Gestão Democrática na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.....	21
1.1. Gestão Democrática.....	21
1.2 Programas de formação em grêmio estudantil e gestão democrática da Secretaria de Educação.....	37
1.2.1 Formações dos alunos gremistas e professores interlocutores na Diretoria Regional de Santos.....	47
2. A reorganização escolar e a mobilização estudantil secundarista na rede educacional paulista.....	56
2.1 Propostas de Reorganização Escolar da Rede Estadual Paulista de 2015.....	63
2.2 Propostas de Reorganização para a Diretoria Regional de Ensino de Santos e as ocupações das escolas santistas....	68
2.2.1 A cidade de Santos: uma breve contextualização.....	69
2.3 A proposta de reorganização escolar da Diretoria Regional de Santos.....	71
2.4 Movimento estudantil secundarista e as ocupações das escolas estaduais paulistas.....	77
2.4.1. Panorama geral das ocupações das escolas da rede estadual de ensino de São Paulo.....	81
2.4.2 Movimento dos secundaristas e as ocupações das escolas estaduais na cidade de Santos.....	88
3. Grêmios Estudantis na rede de ensino estadual paulista.....	102
3.1. Grêmios Estudantis, legislação e as políticas da rede estadual paulista.....	103
3.1.1 Protagonismo Juvenil: concepção da rede pública de ensino do Governo do Estado de São Paulo.....	123
3.1.2 Grêmios Estudantis nas escolas da cidade de Santos....	136
Considerações Finais.....	146
Referências Bibliográficas.....	150
Anexos.....	156

Introdução

O interesse em pesquisar e estudar os movimentos juvenis, em especial, os movimentos dos secundaristas e Grêmio Estudantil na rede estadual paulista ocorre principalmente após a minha participação na formação do Grêmio Estudantil na escola onde leciono. Essa situação possibilitou a aproximação de um grupo de estudantes do ensino fundamental e médio de forma diferenciada do relacionamento da sala de aula, pois a minha posição ali não era mais de professora e sim de espectadora, observando as articulações desses alunos como colegiado representativo da sua classe.

Ingressei como professor de Geografia na rede estadual paulista em 2007, atuando inicialmente na zona sul de São Paulo. Em 2011, fui removida para o litoral paulista passando, então, a lecionar na cidade de Santos. A mudança de Diretoria foi de início, conflitante, pois a realidade encontrada contrastava muito com a periferia da zona sul da cidade de São Paulo. Nessa situação pude vivenciar novas experiências enquanto docente já que, além de exercer as minhas atividades dentro da sala de aula, passei a fazer parte do Conselho de Escola e da Associação de Pais e Mestre da unidade escolar.

No ano de 2016, aceitei o convite da Coordenação Pedagógica e da Vice Direção da unidade escolar para auxiliar os alunos no processo eleitoral do Grêmio Estudantil e, após as eleições, continuar o trabalho de acompanhar e orientar os gremistas no período da sua gestão. De acordo com a orientação da Coordenação, o meu foco seria o ensino fundamental, pois na visão daquela equipe gestora o ensino médio, de alguma forma, conseguia minimamente organizar chapas para a eleição do Grêmio.

Após várias apresentações para os alunos do fundamental, alguns alunos de um sexto ano montaram uma chapa e foram eleitos com a maioria dos votos dos alunos do período vespertino e do noturno. No momento da posse, eles tinham que indicar um professor para

acompanhá-los e orientá-los. Essa função, a partir de 2014 é chamada de Professor Interlocutor, cuja responsabilidade é estabelecer o diálogo entre os gremistas e a equipe gestora, acompanhar e auxiliar o grêmio no desenvolvimento dos projetos escolares, entre outras situações que o colegiado exigir. Ainda não tenho a definição exata do dignificado e o documento oficial que regulariza essa função. A única definição apresentada pelas Diretorias de Ensino é diferente, cuja interpretação do termo fica a cargo do Supervisor e do Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico responsáveis pelos processos formativos em Grêmio Estudantil. O que se sabe é, basicamente, a função desse professor é criar espaços e condições para o exercício autônomo do grêmio, bem como de articular as propostas da Secretaria e da gestão escolar as propostas dos gremistas.

Situação que não foi possível desenvolver em virtude das políticas destinadas para o grêmio e o conselho de escola pela Secretaria de Educação. Tais políticas demandavam muito tempo dos alunos, professores e equipe gestora tornando prioridade o cumprimento das tarefas "sugeridas"¹ pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP). O outro propósito de função foi de algum modo, blindar os alunos das interferências de outras pessoas como professores e equipe gestora porque no entendimento desta pesquisadora o grêmio deve funcionar como entidade representativa das necessidades eleitas pela comunidade discente da escola.

Até então não tinha a real compreensão do interesse do Estado em promover o grêmio estudantil, assim ao participar da formação ofertada pela Secretaria a curiosidade foi despertada diante das contradições apresentadas nos cursos de formação e nos projetos propostos pela Secretaria aos grêmios. As falas dos Dirigentes de ensino, diretores de escola e dos técnicos responsáveis pela formação, geraram certo desconforto e a necessidade de estudar com

¹ A SEE/SP encaminha muitos projetos e formulários como proposta de melhoria e autonomia, embora seja uma sugestão, ao final da data prevista era necessário enviar documentos comprovando execução das tarefas incluindo fotos e vídeos.

mais profundidade a temática. Atrélado a tudo isso, pude presenciar os movimentos de ocupações das escolas na rede estadual paulista nos anos de 2015 e 2016, em posições distintas, uma como professor e membro do Conselho de Escola e outra como apoiadora do movimento. Também acrescento a experiência ter vivenciado como aluna da rede estadual a reorganização escolar no ano de 1996 a partir da promulgação do Decreto n.40.473 de 21 de novembro de 1995 (SÃO PAULO, 1995).

Alguns questionamentos foram formados em consequência dessas vivências a respeito da abordagem do Estado de São Paulo, por meio da SEE / SP na formação e organização dos grêmios. Como se dá a participação dos estudantes nessa organização proposta pelo Estado? Como a Secretaria reconhece o direito à livre associação discente? E, ainda, por que o Estado se encarrega de organizar o grêmio estudantil nas escolas estaduais paulistas? Essas indagações foram levadas ao ingresso no curso de pós-graduação Nível Mestrado com o propósito de conhecer as práticas dos alunos gremistas nas escolas estaduais do município de Santos - São Paulo e a organização dos movimentos estudantis secundaristas dentro da escola.

A minha trajetória tanto como discente da rede pública estadual nos anos de 1980 e 1990 quanto como membro do quadro de magistério da rede estadual paulista também se tornou relevante na construção desta temática, uma vez que, em 2016, ano que foi implantado as políticas de gestão democrática na rede, pude testemunhar esse processo na unidade escolar na qual eu atuava como membro do Conselho Escolar e como Professor Interlocutor do Grêmio Estudantil. A participação desse processo, de alguma forma, contribuiu para o levantamento de questionamentos que me levaram ao desenvolvimento deste trabalho.

A hipótese principal deste estudo baseia-se na premissa de que os estudantes se organizam de maneira autônoma, para reivindicar melhoria da escola pública mesmo com a utilização de mecanismos tutelares e desestimuladoras por parte do Estado. Por isso, a cada manifestação dos estudantes a reação do Estado é criar políticas de representação do direito (CHAUÍ, 1980 p. 53), forjando a ideia de participação, como ocorreu em 2016 quando em resposta às ocupações de 2015-2016 houve a imposição do grêmio em todas as escolas da rede paulista.

A partir do levantamento preliminar já é possível considerar que tais políticas não desarticularam o movimento estudantil mesmo porque eles estão sempre presentes nas lutas sociais participando de greves de professores, em manifestações sindicais entre outros, além dos seus próprios coletivos, hoje, em suas diversas pautas.

As formas de organização e mobilização estudantis mudaram muito das gerações passadas, mesmo porque, novas temáticas estão sendo incorporadas aos movimentos bem como o comportamento em relação a organização e ao engajamento é bastante diferenciado. Rivarola (2019) em seu trabalho sobre "Generaciones de militância juvenil em los gobiernos argentinos y brasileiros (2003-2015/2016)" demonstrou como a juventude entende a participação na militância e constatou uma nova característica da militância após 2013. Os integrantes dessa nova militância, conforme Rivarola (2019) compreendem a importância dos movimentos sociais, coletivos e querem se envolver, mas sem o compromisso com as tarefas que a militância orgânica² exige.

Recorro á alguns autores para captar esse cenário e entender como ocorre a participação dos estudantes gremistas nas instâncias representativas da escola pública estadual paulista.

²Militância orgânica é aquela formada no interior de um partido político, por exemplo.

Adrião (2006) aparece para compreender as reformas educacional no Estado de São Paulo nos anos de 1990, que acarretaram as mudanças nos padrões de administração escolar, hoje denominado gestão escolar, e o incremento de parcerias do setor privado na promoção dessas reformas.

Já, Paro (2016) e Gadotti (2001) é utilizado para apreender a gestão democrática e a participação da comunidade na escola na escola pública.

Os trabalhos de Nunes (2005) e Schneider (2000) também são referências teóricas, pois esses autores discutem as influências das Agências Internacionais na educação pública brasileira e paulista e como as pautas dessas Agências influenciam na construção do grêmio estudantil na rede paulista.

A compreensão de participação e como ela ocorre e é vivenciada nos colegiados escolares é objeto de investigação de inúmeras publicações acadêmicas conforme foi verificado nos repositórios de pesquisa científica da Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Destaquei os trabalhos de Genovez (1993) e Villela (1997) que estudaram a participação no Conselho de Escola como espaço e exercício para a concretização da gestão democrática na escola. Genovez (1993) esclarece que o fortalecimento do Conselho Escolar pode ser uma importante ferramenta para o desenvolvimento paulatino da participação nos espaços escolares. Villela (1997), na mesma direção que Genovez, considera a importância do esclarecimento da função do Conselho para os membros que o compõe, além de a escola criar condições necessárias para a participação efetiva nos colegiados escolares.

O trabalho de Fernandes (1998) foi ressaltado também, pois ela investiga como se dá a participação da comunidade no gerenciamento da educação pública nas escolas municipais de Ouro Preto, cuja conclusão foi que o processo de ocupação e de participação dos espaços escolar pela comunidade não ocorre de maneira espontânea e de livre iniciativa. De acordo com a autora, a comunidade precisa responder ao chamado para essas funções na escola e manutenção do envolvimento da comunidade com a escola requer "um clima de aceitação mútua das possibilidades e limitações pessoais dos elementos do grupo." (FERNANDES, 1998, p. 164).

Então, o primeiro capítulo deste estudo apresenta a discussão sobre a gestão democrática como princípio norteador das políticas educacionais adotadas a partir dos 1980, no Brasil e produto histórico fruto das mobilizações da sociedade civil em busca de maior participação na escola pública. Em seguida, descreve a proposta de gestão democrática da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e as contradições apresentadas na aplicação dessa proposta.

Ainda, a pesquisa apresenta o processo formativo em "Gestão Democrática" (SÃO PAULO, 2016), centralizado em Grêmios Estudantis desenvolvido pela Secretaria de Educação de São Paulo através de Oficinas Pedagógicas (O.P), Orientações Técnicas (O.Ts) e, a partir de 2016, a Escola de Formação para os Profissionais da Educação Paulo Renato Costa Souza (EFAPE) começou a oferecer curso de formação aos membros do quadro de magistério da rede paulista com certificação para que os participantes do curso possam utilizar para aumento de pontuação de sua carreira e evolução funcional, gerando pequeno acréscimo em sua remuneração mensal.

O trabalho também contempla as propostas desenvolvidas pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP) que visam instruir os alunos gremistas em relação à constituição de um Grêmios

Estudantil na unidade escolar. Segundo a Secretaria de Educação, a importância de instrumentalizar os profissionais de educação em relação ao Grêmio Estudantil permite que estes possam “fomentar ações inovadoras e protagonistas junto aos grêmios estudantis” (SÃO PAULO, 2017) e assim para a Secretaria de Educação, tais ações e protagonismo contribuirá na constituição de uma gestão escolar mais democrática.

O segundo capítulo estuda a reorganização escolar proposto pela SEE/SP nos anos 1995 e 2015, principalmente a de 2015, tornou-se relevante para o desenvolvimento da compreensão das políticas da SEE/SP em relação aos grêmios e as ações desenvolvidas pelos alunos secundaristas em suas entidades. O trabalho é centralizado na proposta de reorganização da Diretoria Regional de Ensino de Santos, abrangendo somente o município de Santos.

Neste capítulo também é apresentado o movimento de ocupação das escolas santistas e o movimento estudantil dos alunos vinculados a entidades estudantis e a grêmios estudantis.

Já, o terceiro capítulo, aborda a análise do grêmio estudantil na rede estadual paulista, buscando a perspectiva do Estado de São Paulo e do movimento estudantil secundarista. A intenção é identificar que muitas das práticas desenvolvidas pelos gremistas como entidade autônoma ainda estão presentes nas escolas. Na literatura levantada aponta-se muito para a desarticulação dos estudantes devido às políticas do Estado e o grêmio estudantil como instrumento a serviço da direção da escola. Acredita-se que o esforço realizado pelo Estado, através de professores conservadores e diretores de escola, embora dificulte, mas não retira a essência que a organização estudantil representa para os alunos.

Ainda, nesse capítulo, a intenção era apresentar as ações e as práticas gremistas dos alunos de duas escolas estaduais da cidade de Santos. Essas escolas foram selecionadas por duas razões, primeiras porque, após a apresentação do meu projeto as diretoras dessas

escolas permitiram-me o acesso aos seus arquivos de documentos e aos alunos. A segunda razão se dá pelo fato de que essas escolas estão localizadas na cidade de Santos em realidades socioespaciais bastante distintas.

Uma das escolas escolhidas está localizada no centro velho de Santos, próximo ao porto da cidade, considerado o maior porto da América Latina devido ao volume de transações comerciais que ocorrem diariamente. Essa área está cercada por construções importantes para a história da cidade e do Brasil de uma maneira geral.

O colégio funciona em um prédio histórico e tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo (CONDEPHAAT) e possui um estilo arquitetônico eclético muito imponente, contrastando com sua realidade como escola pública já que enfrenta muitas dificuldades financeiras e pedagógicas.

O outro colégio estadual escolhido está localizado em um bairro tradicional da cidade composto por residências que se mesclam entre as novas construções prediais com casas e sobrados de décadas passadas. O bairro é composto por comércios e serviços que atendem as necessidades de consumo da população local, além de abrigar um importante ponto turístico da cidade, o Estádio Urbano Caldeira Vila Belmiro.

A princípio o projeto tinha a intenção de realizar entrevistas semiestruturadas com alunos gremistas e professores interlocutores do grêmio estudantil e observações no ambiente escolar e em reuniões de entidades estudantis buscando aproximação com a realidade. Isso porque acredito que a partir das entrevistas e das observações é possível compreender melhor como ocorre às organizações estudantis e as práticas realizadas pelos gremistas. Já com os professores, é saber como eles entendem o grêmio e a sua participação no mesmo.

Diante da situação atual de pandemia causada pelo vírus Covid-19 que acarretou medidas de isolamento e distanciamento social e o

fechamento de instituições públicas e privadas além de outras medidas de segurança, ainda não foi possível realizar as entrevistas e a pesquisa nos acervos das escolas.

Pensou-se na possibilidade do uso de comunicação virtual, como o WhatsApp por exemplo para a realização das entrevistas. Esse método não funcionou porque não obtive sucesso em agregar alunos no grupo e de outros não tive o contato para adicioná-los.

Em relação aos professores responsáveis pelo grêmio estudantil, não houve a viabilidade de realização das entrevistas porque esses não estavam disponíveis ou interessados em participar de reuniões on-line, uma vez que, eles têm passado muito tempo em tal situação.

Sendo assim, adotou-se a leitura e análise documentos produzidos pelo governo do Estado de São Paulo e pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo como metodologia de trabalho. Os documentos considerados neste trabalho são as legislações estaduais que dispõem sobre o grêmio estudantil na rede de ensino paulista, manuais e cartilhas produzidas pela Secretaria de Educação assim como aquelas elaboradas por Institutos e Instituições privados e Organizações Não governamentais que são adotadas na rede paulista.

O trabalho também se valeu de entrevistas com ex-alunos e estudantes da rede estadual do município de Santos. Os estudantes participantes da pesquisa estão divididos em alunos que ocuparam as escolas estaduais Cleóbulo Amazonas Duarte e Azevedo Jr no ano de 2015, por isso são considerados como ex-alunos da rede já que no momento da abordagem esses já se encontravam formados e fora da rede. E em alunos da rede que fizeram parte do grêmio estudantil em algum momento de sua vida escolar.

Os alunos que participaram do trabalho foram aqueles que após minha abordagem em suas redes sociais aceitaram contribuir. Em geral, critério inicial para a seleção se deu, principalmente os alunos das ocupações, conforme os nomes surgiam durante a pesquisa.

Elaborou-se um roteiro prévio para a realização das entrevistas que aconteceu virtualmente por meio do Google Meet, mas esse se perdeu em razão da dinâmica assumida durante a conversa que se comportou de forma mais informal, já que os alunos assumiram o controle dos diálogos.

Afirmo isso, porque eles ao se sentirem confortáveis e confiantes passaram a narrar os mais diversos acontecimentos da sua trajetória escolar como estudante, como gremista e/ou integrante do movimento estudantil. Isso proporcionou maior compreensão do objeto pesquisado e o entendimento que os estudantes querem que suas histórias sejam registradas.

1. Gestão Democrática na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo

1.1. Gestão Democrática.

A relevância desse tema no trabalho consiste no fato de a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP) ter adotado em 2016 o Programa Gestão Democrática, logo após os protestos estudantis e os movimentos de ocupações das escolas estaduais em 2015. Tais acontecimentos obrigaram a Secretaria de Educação a promover, com urgência, debates e o desenvolvimento de políticas educacionais para atender às demandas dos estudantes,

destacando que o governo trataria a gestão escolar segundo princípio democrático participativo a partir de 2016. Para isso, a Secretaria de Educação trabalharia com políticas de aproximação com a comunidade escolar mediante o fortalecimento dos mecanismos democráticos da escola: Conselho de Escola, Associação de Pais e Mestres (APM), Grêmio Estudantil e Conselho Estadual de Educação. (SÃO PAULO, 2016).

O uso do termo Gestão Democrática neste trabalho está associado ao seu aparecimento recorrente nas discussões, nas publicações e nos documentos jurídicos norteadores das políticas educacionais nacionais. O termo passou a fazer parte do cenário educacional após meados dos anos 1980 sendo consolidado como princípio constitucional de 1988 no artigo 206 (BRASIL, 1988):

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

Com a redemocratização, o termo Gestão Democrática representava os desejos da sociedade civil na participação das instâncias públicas, na descentralização do poder administrativo e decisório centralizado no Estado no período da ditadura cívico-militar. Após várias lutas e mobilizações sociais ocorridas nos anos 1970-1980 como o

movimento estudantil e dos grevistas a Constituição de 1988 garantiu o princípio democrático nas políticas educacionais.

Além da Constituição Federal (1988), esse princípio foi reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996, no artigo três, inciso VIII ("gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino"), apresentando princípios gerais deixando que cada sistema ensino defina a forma em que se dará essa gestão. No Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pelas leis 10.172 de 09/01/2001 e na Lei ordinária 13.005 de 25/06/2014, o objetivo 6 "Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública" (PNE, 2014) também indica que cada sistema deverá definir sua gestão:

Art. 9º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aprovar leis específicas para os seus sistemas de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação, no prazo de 2 (dois) anos contado da publicação desta Lei, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade. (PNE, 2014).

Diferentemente do previsto na Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Plano Nacional de Educação deixam clara a participação da comunidade nas decisões, no planejamento pedagógico e no financeiro da escola. Da mesma forma, a lei n.º 8.069, de 13 de julho 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assegurou às crianças e os adolescentes a condição de sujeitos de direitos pelo Estado, pela família e pela sociedade, estabelecendo como direito a participação da vida familiar, comunitária e política, assim como a livre associação estudantil.

A pretensão não é esgotar teoricamente a temática e nem mesmo aprofundar as discussões porque não é objeto do

trabalho, e sim apresentar minimamente as discussões no âmbito das políticas educacionais no Estado de São Paulo no período de 1980 a 2016.

Sendo assim, este capítulo tem por intenção apresentar brevemente alguns apontamentos sobre as políticas educacionais da SEE/SP no princípio da Gestão Democrática, principalmente após 2015, porque é neste contexto que a Secretaria de Educação retoma, com mais intensidade, para si a responsabilidade da organização dos Grêmios Estudantis nas escolas estaduais paulista e o fortalecimento dos Conselhos de Escola e a Associações de Pais e Mestre.

Assim o próximo passo será discutir a proposta de gestão democrática nas escolas do Estado de São Paulo com objetivo de entender a política da Secretaria na centralização e controle dos grêmios estudantis nas escolas paulistas e a importância das parcerias com Organizações Não-Governamentais, os setores privados e uma pequena parte da sociedade civil, desconsiderando a participação dos estudantes, dos professores de das classes populares na gestão da escola pública conforme documentos levantados durante a pesquisa documental nos arquivos do Estado de São Paulo.

No Estado de São Paulo os primeiros ventos democráticos não trouxeram de imediato uma política de gestão democrática participativa, embora tenham sido estabelecidas leis federais e estaduais que garantissem a presença de espaços deliberativos e participativos nas escolas antes mesmo da Constituição Federal de 1988.

Os estabelecimentos desses espaços a partir dos anos de 1980 são resultado de lutas promovidas por estudantes e professores pelo reconhecimento jurídico do Conselho de Escola, do Grêmio Estudantil e da Associação de Pais e Mestres nas

escolas, e no Estado de São Paulo originaram-se no Governo de Franco Montoro por influências dessas lutas.

André Franco Montoro, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), foi eleito em 1983, com um discurso que buscava agradar à classe trabalhadora e à classe dominante. Em relação à educação, as propostas foram de realizar reformas que permitiriam a ampliação de vagas nas escolas através de construção de novos prédios e municipalização do ensino.

Durante seu mandato, implantou o ciclo básico, descentralizou os recursos da educação, criando as Divisões Regionais de Delegacias de Ensino, na tentativa de promover autonomia e eficiência administrativa. Deste governo nos interessa a aprovação da Lei do Estatuto do Magistério Paulista, Lei n.º 444 de 27 de dezembro de 1985 (SÃO PAULO, 1985), que regularizou o plano de carreira do magistério e formalizou instituição de participação na escola, os Conselhos Escolares, além de definir a participação do professor no planejamento das atividades escolares e no desenvolvimento das avaliações, conforme o exposto no Art. 63:

Artigo 63. O integrante do Quadro do Magistério tem o dever constante de considerar a relevância social de suas atribuições mantendo conduta moral e funcional adequada à dignidade profissional, em razão da qual, além das obrigações previstas em outras normas, deverá:

I - conhecer e respeitar as leis;

II - preservar os princípios, os ideais e fins da Educação Brasileira, através de seu desempenho profissional;

III - empenhar-se em prol do desenvolvimento do aluno, utilizando processos que acompanhem o progresso científico da educação

IV - participar das atividades educacionais que lhe forem atribuídas por força de suas funções;

V - comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade, executando suas tarefas com eficiência, zelo e presteza;

VI - manter espírito de cooperação e solidariedade com a equipe escolar e a comunidade em geral;

VII - incentivar a participação, o diálogo e a cooperação entre educandos, demais educadores e a comunidade em geral, visando à construção de uma sociedade democrática;

VIII - assegurar o desenvolvimento do senso crítico e da consciência política do educando;

IX - respeitar o aluno como sujeito do processo educativo e comprometer-se com eficácia de seu aprendizado;

X - comunicar à autoridade imediata as irregularidades de que tiver conhecimento, na sua área de atuação, ou, às autoridades superiores, no caso de omissão por parte da primeira;

XI - zelar pela defesa dos direitos profissionais e pela reputação da categoria profissional;

XII - fornecer elementos para a permanente atualização de seus assentamentos, junto aos órgãos da Administração;

XIII - considerar os princípios psico-pedagógicos, a realidade sócio-econômica ['sic'] da clientela escolar e as diretrizes da Política Educacional da escola e utilização de materiais, procedimentos didáticos e instrumentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem;

XIV - participar do Conselho de Escola;

XV - participar do processo de planejamento, execução e avaliação das atividades escolares;

Parágrafo único - Constitui falta grave do integrante do Quadro do Magistério impedir que o aluno participe das atividades escolares em razão de qualquer carência material.

Assim, a lei 444/85 (SÃO PAULO, 1985) foi considerada um avanço em relação à dos tempos passados, pois criou condições para a formação das instâncias participativas da comunidade, entretanto o caráter hierárquico e centralizado se mantém na figura do diretor. Conforme a lei cabe ao diretor da escola presidir o Conselho Escolar bem como ter a autonomia para convocar o Conselho ordinariamente duas vezes ao ano. Os demais membros, como mostra o parágrafo

sétimo, podem solicitar a reunião extraordinária do Conselho por meio de convocação realizada pelo diretor desde que seja a vontade de pelo menos um terço dos membros.

Artigo 95 - O Conselho de Escola, de natureza deliberativa, eleito anualmente durante o primeiro mês letivo, presidido pelo Diretor da Escola, terá um total mínimo de 20 (vinte) e máximo de 40 (quarenta) componentes, fixado sempre proporcionalmente ao número de classes do estabelecimento de ensino.

§ 1º - A composição a que se refere o "caput" obedecerá a seguinte proporcionalidade:

I - 40% (quarenta por cento) de docentes;

II - 5% (cinco por cento) de especialistas de educação excetuando-se o Diretor de Escola;

III - 5% (cinco por cento) dos demais funcionários;

IV - 25 % (vinte e cinco por cento) de pais de alunos;

V - 25% (vinte e cinco por cento) de alunos;

§ 2º - Os componentes do Conselho de Escola serão escolhidos entre os seus pares, mediante processo eletivo.

§ 3º - Cada segmento representado no Conselho de Escola elegerá também 2 (dois) suplentes, que substituirão os membros efetivos em suas ausências e impedimentos.

§ 4º - Os representantes dos alunos terão sempre direito a voz e voto, salvo nos assuntos que, por força legal, sejam restritos ao que estiverem no gozo da capacidade civil.

§ 5º - São atribuições do Conselho de Escola:

I - Deliberar sobre:

a) diretrizes e metas da unidade escolar;

b) alternativas de solução para os problemas de natureza administrativa e pedagógica;

c) projetos de atendimento psico-pedagógicos e material ao aluno;

d) programas especiais visando à integração escola-família-comunidade;

e) criação e regulamentação das instituições auxiliares da escola;

f) prioridades para aplicação de recursos da Escola e das instituições auxiliares;

g) a indicação, a ser feita pelo respectivo Diretor de Escola, do Assistente de Diretor de Escola, quando este for oriundo de outra unidade escolar;

h) as penalidades disciplinares a que estiverem sujeitos os funcionários, servidores e alunos da unidade escolar;

II - Elaborar o calendário e o regimento escolar, observadas as normas do Conselho Estadual de Educação e a legislação pertinente;

III - Apreciar os relatórios anuais da escola, analisando seus desempenhos em face das diretrizes e metas estabelecidas.

§ 6º - Nenhum dos membros do Conselho de Escola poderá acumular votos, não sendo também permitidos os votos por procuração.

§ 7º - O Conselho de Escola deverá reunir-se, ordinariamente, 2 (duas) vezes por semestre e, extraordinariamente, por convocação do Diretor da Escola ou por proposta de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 8º - As deliberações do Conselho constarão de ata, serão sempre tornados públicos e adotados por maioria simples, presentes a maioria absoluta de seus membros.

Interessa a esse estudo o sétimo inciso do artigo 63 que expõe como obrigação dos integrantes do quadro de magistério a promoção e o incentivo para a participação e o diálogo entre a escola e a comunidade, professores e alunos e assim desenvolver uma sociedade mais democrática no ambiente escolar. Tal artigo e inciso irão servir de base para o desenvolvimento de políticas e de projetos para o grêmio estudantil no futuro, como será mostrado neste trabalho.

As reformas educacionais ocorridas no Estado de São Paulo a partir da segunda metade dos anos 1980 até meados dos anos 2000 não privilegiaram políticas democráticas e participativas nas escolas públicas. Ainda estavam repletas de contradições, pois as mudanças promovidas não alteraram a estrutura hierárquica da Secretaria. Exemplo disso é o

comunicado do número 26³ de setembro de 1986 que reconhece a instituição do grêmio estudantil, mas delega ao diretor da escola a sua organização e ao Conselho Escolar a sua fiscalização.

De fato, nos primeiros anos da redemocratização no Estado de São Paulo não se observaram políticas que permitissem a participação efetiva da classe popular, dos docentes e dos alunos. A ideia de gestão democrática nos governos do Estado de São Paulo estava relacionada a acordos e parcerias com a iniciativa privada e Organizações Não-Governamentais (ONGs). De acordo com o mapeamento realizado pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Educacionais (GREPPE) (2015), da Universidade de Campinas (UNICAMP), São Paulo é o Estado com maior número de ações da iniciativa privada na rede pública educacional.

A despreocupação da SEE/SP com a gestão democrática participativa e a ausência de documentos e discussões sobre o assunto dentro da Secretaria se manteve até 2016, ano em que foi publicada a lei número 16.279 de 8 de julho de 2016, que aprovou o Plano Estadual de Educação de São Paulo. O artigo segundo da lei traz as guias gerais de como será desenvolvida as políticas educacionais no Estado de São Paulo:

Artigo 2º - São diretrizes do PEE: I - erradicação do analfabetismo;
II - universalização do atendimento escolar;
III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
IV - melhoria da qualidade da educação;
V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Estado e do País;

³Disponível em: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/notas/comSE26_09_86.htmAcess
[o](#)> em 05/12/2019.

VIII - valorização dos profissionais da educação;
 IX - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade étnico-racial e à sustentabilidade socioambiental.

Nota-se que, embora o artigo traga a promoção de gestão democrática na educação pública, a lei não inclui a participação como diretriz, importante para formação da cidadania.

Ainda, a lei apresenta as metas que deverão ser desenvolvidas no prazo de dois anos e as estratégias para desenvolvê-las, cabendo à Meta 19 a incumbência da efetivação da gestão democrática nas escolas.

Meta 19 - Assegurar condições, no prazo de dois anos, a partir da aprovação do PEE, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União. (SÃO PAULO, 2016)

Cada meta é composta por um conjunto de estratégias, dez no total, e para entender o desenvolvimento deste trabalho três dessas dez são importantes destacar.

19.6. Promover a participação dos profissionais da educação e demais segmentos na elaboração e no planejamento, execução e avaliação do projeto político-pedagógico da escola e da rede de ensino pública.

19.7. Estimular, em todas as escolas, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais e mestres, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

19.8. Estimular, aperfeiçoar e fortalecer espaços de participação na gestão democrática da educação, assegurando a representação de professores, pais, estudantes, funcionários e sociedade civil organizada.

Para Paro (2016) pensar a gestão democrática na escola pública básica com a participação efetiva da comunidade escolar é utópico. Porque, embora existam determinações jurídicas para sua efetivação, a realidade da rede não

permite que tais determinações sejam concretizadas. Muitas escolas não possuem condições materiais para desenvolver políticas de participação. Outra razão é o próprio currículo implantado na rede paulista não oferecer espaço para as escolas e a comunidade escolar, a fim de desenvolverem projetos pedagógicos que possibilitem aos alunos a apropriação de saberes historicamente produzido pela sociedade, o que dificulta o desenvolvimento do pensamento crítico.

Concorda-se com Arelaro, Carneiro e Jacomini (2016) que entendem “os mecanismos de gestão democrática passam a ser vistos como mediação de interesses” (2016, p.1155), que se apresentam para comunidade escolar na forma de tomadas de decisões, mas tais decisões já foram pré-estabelecidas. Então é possível entender o grêmio como um dos mecanismos de gestão democrática que viabiliza a disseminação da ideologia das classes dominantes sem transparecer o seu caráter autoritário.

Agora, a preocupação é compreender e mostrar o Programa de Gestão Democrática (2016), implantado na rede a partir de 2016, cuja hipótese inicial decorre dos protestos de 2015/2016 contra a proposta de reorganização escolar e a denúncia dos estudantes sobre a falta de diálogo entre a SEE/SP e a comunidade escolar.

No site da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo foi criada uma página específica para acompanhamento do projeto de Gestão Democrática de todas as escolas da rede e atualização das ações da SEE/SP em relação ao projeto. Essa página esclarece que:

Democracia na Educação, Educação para a Democracia:

A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo está discutindo a modernização da gestão democrática nas escolas públicas paulistas. A ideia é unir todos os interessados-estudantes,

professores/gestores/servidores, pais/responsáveis e sociedade civil – no esforço coletivo de aperfeiçoamento de Grêmios Estudantis, Conselhos de Escola e Associações de Pais e Mestres. O objetivo do projeto é ampliar a cultura democrática no cotidiano das escolas e de sua comunidade. Disponível em:<<https://www.educacao.sp.gov.br/gestaodemocratica>>. Acesso em 30/07/2019.

A página ainda diz que:

O Projeto Gestão Democrática da Educação foi instituído pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, em maio de 2016, com o intuito de possibilitar avanços no processo democrático em espaços de decisão e deliberação existentes na escola, como: Grêmios Estudantis, Conselho de Escola e Associação de Pais e Mestres (SÃO PAULO, 2016) (<https://www.educacao.sp.gov.br/gestaodemocratica>). Acesso em 30/07/2019.

Logo em seguida foi aprovado o Plano de Metas Estadual de Educação do Estado de São Paulo (PEE/SP), que estava em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) há mais de três anos. Assim, a SEE/SP inicia seu projeto de gestão democrática, a partir da resolução SE 30 de 9 de maio de 2016. Também fica aprovado o princípio da transparência das ações realizadas, sendo mencionadas várias vezes na Lei.

A evolução do projeto Gestão Democrática está disponibilizada no portal da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), distribuídos em três arquivos para cada uma das vinte e uma metas cujas legendas são:

- PDF1 – descrição da meta e suas estratégias
- PDF2 – indicadores de acompanhamento da meta
- PDF3 – relatório diagnóstico da meta

Os arquivos referentes à meta 19, até o momento desta escrita, limitam-se apenas às descrições da meta, suas

estratégias (PDF 1) e os indicadores de acompanhamento da meta (PDF2) de acordo com a minha última consulta.

A segunda etapa, indicadores de acompanhamento da meta, disponíveis no PDF 2, serão apresentadas ao longo do trabalho focando nas questões referentes ao grêmio estudantil e participação na gestão da escola. Isso porque nelas estão descritos o processo de implantação do projeto e os relatórios das respostas do questionário realizado pela Secretaria de Educação nas unidades escolares.

Na sequência, a SEE/SP publica a resolução de número 30 de 2016, que criou a Frente de Instituições Públicas pela Educação do Estado de São Paulo (FIPESP) (2016). A Secretaria justifica a criação dessa frente em cumprimento do plano de metas e estratégias do PNE (2014) em especial ao atendimento da meta 19 sobre a gestão democrática nos sistemas de ensino. De acordo com a Resolução:

Artigo 1.º - Fica criada a Frente de Instituições Públicas pela Educação do Estado de São Paulo - FIPESP, com sede na Secretaria de Estado da Educação, destinada a desenvolver estudos e debates acerca da condução de ações educacionais, visando ao pleno desenvolvimento das potencialidades dos educandos do sistema estadual de ensino.

Parágrafo único - A FIPESP, ora criada, deverá, dentre outras atribuições, promover audiências públicas e encontros com estudantes, pais ou responsáveis, profissionais de educação e comunidade escolar, visando ao envolvimento de todos na organização curricular e na elaboração do projeto político pedagógico da escola.

A resolução determina quem integrará a FIPESP:

Artigo 2º - A FIPESP será presidida pelo titular da Pasta da Educação e contará com a participação de servidores desta secretaria e de representantes das entidades e organismos da sociedade civil, dentre os quais:

- I - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- II - Ministério Público do Estado de São Paulo;
- III - Defensoria Pública do Estado de São Paulo;

IV - Procuradoria Geral do Estado;

V - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo;

VI - Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo.

Em seguida foi publicada a resolução de número 31 de 13 de maio de 2016, que trata sobre a criação de grupos de trabalhos para planejar e executar o projeto de gestão democrática do Estado de São Paulo, com a criação de cargos e recriação de pastas e seções dentro da SEE/SP. Para a SEE/SP a criação do grupo de trabalho visa modernizar os colegiados e entidades escolares da rede. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2016)

A justificativa utilizada pela SEE/SP para a criação desse grupo de trabalho é assegurar o caráter democrático e participativo nas políticas educacionais do Estado de São Paulo a participação da comunidade escolar nas políticas educacionais do Estado. Para isso considera "O aprimoramento da gestão participativa de que trata a legislação que regula e regulamenta a atuação de instituições auxiliares da escola, como a Associação de Pais e Mestres, os Conselhos de Escola e o Grêmio Estudantil". (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2016).

Essas publicações revelam que a Secretaria, em nome do Governo do Estado, torna a presença do conselho de escola, da associação de pais e mestre e do grêmio estudantil como responsabilidade integral do Estado, desconsiderando o caráter autônomo do grêmio, a livre iniciativa de participação, bem como a presença de outros espaços formativos frequentados pela comunidade como sindicatos dos professores e as organizações estudantis.

No tocante ao projeto Gestão Democrática (SÃO PAULO, 2016), o desenvolvimento, o planejamento e o acompanhamento

foram realizados com a parceria do Instituto Inspirare, cabendo, principalmente, ao Instituto a execução dos trabalhos do grupo de escuta, criação e transmissão de videoconferências e a administração de plataformas para envio de questionários.

Os questionários foram aplicados na Etapa Diagnóstica (SÃO PAULO, 2016) em todas as escolas da rede estadual no período de agosto de 2016 a janeiro de 2017. Em relação aos questionários a SEE/SP esclarece em sua página que:

Fazendo uso de uma linguagem própria dos estudantes e considerando os elementos trazidos pelos Grupos de Escuta (envolvendo mais de 2.700 participantes), foi construído o Questionário de Gestão Democrática, disponibilizado online para TODAS as escolas, a fim de que a comunidade escolar pudesse dar suas contribuições e ampliar a reflexão sobre gestão democrática. (SÃO PAULO, 2016)

Via de regra, o diretor da escola convocava membros do conselho de escola, grêmio estudantil e funcionário da unidade escolar para a realização dessa etapa. Diante da presença da comunidade um vídeo que continha orientação sobre o preenchimento do questionário era exibido, após isso o diretor iniciava a leitura das questões e a mediar as discussões da comunidade a respeito das alternativas propostas para cada questão.

Algumas das alternativas apresentadas como resposta das questões não eram pertinentes àquela comunidade escolar, promovendo muitas reclamações e protestos por parte da comunidade ali presente. O problema era a falta de espaço, lugar para realizar essas reclamações uma vez que, a maior parte das perguntas era de alternativas.

Após a coleta dos questionários foi realizada a segunda e a terceira etapa que consistiram em encontros locais e regionais para se tomar conhecimento dos resultados dos questionários e “fomentar a discussão sobre a participação nos espaços escolares” (SÃO PAULO, 2016).

Por fim, a Etapa Estadual resultou no encontro estadual cujo objetivo foi criar bases, a partir dos resultados da Etapa Regional, para a elaboração do projeto de lei estadual de gestão democrática. Esse encontro foi organizado pelo Grupo Porvir, que é patrocinado pelo Instituto Inspirare, que alegam contribuir com a elaboração do projeto de lei e parceira com a Secretaria de Educação para o desenvolvimento de inovação tecnológica para a educação.

Cabe agora apresentar o programa de formação da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, a fim de contribuir um pouco mais para entendimento das políticas destinadas ao grêmio estudantil. Afirma-se isso porque a SEE/SP, através da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação Paulo Renato Costa Souza (EFAP/SP) inicia, em 2016, o processo de formação dos membros do quadro de magistério através de cursos semestrais sobre gestão democrática, grêmio estudantil e conselho de escola.

Acredita-se que essa formação ofertada pela SEE/SP aos dirigentes e supervisores de ensino, aos diretores de escolas e professores, embora respaldado juridicamente, de alguma forma, torna-se uma nova estratégia de tutelar e controlar os alunos gremistas nas unidades escolares, pois transmite a falsa ideia de que os alunos não possuem maturidade para entender os processos democráticos e não são ainda sujeitos autônomos capazes de se organizarem livremente sem a interferência de um adulto, no caso membros do quadro de magistério.

1.2 Programas de formação em grêmio estudantil e gestão democrática da Secretaria de Educação.

Cabe aqui apresentar o curso de formação em Grêmios Estudantis desenvolvido pela Secretaria de Educação através da Escola de Formação dos Profissionais da Educação Paulo Renato Costa Souza (EFAPES). Mesmo porque, não é fácil realizar o exercício de relacionar a formação de professores às políticas educacionais estaduais porque são muitos os documentos e publicações que aparecem na área educacional do Estado de São Paulo, o que dificulta o seu acompanhamento tendo em vista o tempo destinado à realização desta pesquisa.

Este trabalho não se preocupará em descrever e discutir as políticas e os processos históricos da Escola de Formação Para os Profissionais de Educação "Paulo Renato Costa Souza" bem como a formação do professor, para isso os autores como Aragão (2007) que estuda a formação de professores no contexto neoliberal, Catarzo (2012) e Silva (2015) que investigaram os programas e escolas de formação da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo abarcam melhor essa discussão.

O curso descrito neste trabalho é "Gestão Democrática: Grêmios Estudantis" (SÃO PAULO, 2017), iniciado em 2017, logo após o lançamento do projeto Gestão Democrática (SÃO PAULO, 2016) na rede de ensino paulista. Conforme declaração da Secretaria de Educação, o objetivo dessa formação é "instrumentalizar os gestores e professores da rede para apoiar e fomentar ações inovadoras e protagonistas junto aos grêmios estudantis, contribuindo assim com uma gestão escolar mais democrática." (SÃO PAULO, 2017).

A preocupação da SEE/SP com a instrumentalização dos profissionais de educação da rede na formação dos grêmios estudantis nas escolas ocorre desde 1986 de acordo com os levantamentos realizados nos arquivos da Secretaria de Educação.

A pesquisa revelou que as formações, a partir de meados dos anos de 1980, eram ofertadas, principalmente, nas Delegacias Regionais de Ensino através de Oficinas Pedagógicas.

As Oficinas Pedagógicas foram criadas, em 1987, pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) para atender a proposta de redemocratização de São Paulo. Essa proposta priorizava a descentralização administrativa das instituições públicas como que ocorreu na CENP, por exemplo. Diante dessa proposta, parte da responsabilidade de oferecer cursos, palestras, seminários e oficinas de capacitação, qualificação, requalificação passaram a ser exercidas nas Delegacias Regionais de Ensino com a implantação de Oficinas Pedagógicas.

Nesse contexto, as Oficinas Pedagógicas representam para Lima (2008, p. 85) concretização da proposta para educação na década de 1980, descentralização administrativa e financeira, promovendo maior autonomia às Delegacias Regionais de Ensino além de aproximar os professores às políticas educacionais de São Paulo.

A criação das Oficinas Pedagógicas deveria, dessa forma, ser uma importante estratégia descentralizada de capacitação em serviço de professores, envolvendo maior autonomia local e escolar na definição dos conteúdos e métodos dessa formação. As Diretorias de Ensino são os órgãos mais descentralizados da estrutura da Secretaria da Educação e constituem o espaço físico e institucional de

operação das oficinas, sendo assim, estão mais próximos das escolas podendo capacitar professores conforme a realidade apresentada e a demanda de cada escola ou de um grupo de escolas.

A responsabilidade pela elaboração e distribuição de materiais impressos, audiovisuais entre outras publicações utilizadas nas Oficinas Pedagógicas, a qualificação e a requalificação dos profissionais da educação foram transferidas para a Diretoria de Projetos Especiais que pertence à Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), criada em 23 de julho de 1987 para atender as demandas pedagógicas e de recursos físicos das escolas do Estado São Paulo. (FDE, 1987).

A principal responsabilidade da Diretoria de Projetos Especiais é desenvolver estratégias para implantação e coordenação de projetos educativos e pedagógicos que fazem parte das políticas educacionais demandadas pela Secretaria de Educação (FDE, 1987).

Em 1988, a Diretoria de Projetos Especiais produziu os materiais utilizados nas oficinas sobre grêmio estudantil destinado aos professores e aos diretores de escola. Esses materiais, de acordo com a FDE (1988) e a Secretaria (SÃO PAULO, 1989), eram, basicamente, um documentário, "Grêmio Estudantil" com duração de 25 minutos de apresentação sobre o Projeto "Integração Escola-Comunidade", (FDE, 1989) e algumas publicações em forma de cartilhas que "retoma a criação dos Grêmios Estudantis." (FDE, 1989).

A produção e a circulação desses materiais na rede garantem ao Estado o controle da produção do conhecimento sobre grêmio estudantil e assim treinam os seus profissionais para reproduzirem esse conhecimento. Para Souza (2006, p. 5), é importante saber o ponto de vista

institucional para se compreender as circunstâncias de produção e de circulação desses materiais:

De fato, eles são produzidos pelo Estado e funcionam como dispositivos de intervenção deste sobre a prática docente e como estratégia de formação indireta de professores. De natureza prescritiva, instituem um discurso político-pedagógico. (SOUZA, 2006, p. 5).

Então, desde a promulgação da lei do Grêmio Livre (1985) a Secretaria sentiu a necessidade de treinar os seus profissionais para a criação dos grêmios nas escolas. E assim, ele atendia parcialmente às exigências do movimento estudantil que naquele momento realizava constantes visitas às escolas para esclarecer os alunos sobre os seus direitos e divulgação da lei.

Com a fundação da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos profissionais da Educação "Paulo Renato Costa Souza" boa parte dos programas de treinamento e aperfeiçoamento dos profissionais de educação da SEE/SP passou a ser centralizados nessa instituição. A sua fundação ocorreu a partir do decreto nº 54.297 de 05 de maio de 2009, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 06 de maio de 2006, com o objetivo de promover a formação continuada dos professores e servidores da rede estadual, através de parcerias de entidades e instituições públicas e privadas. Não está bem claro como cada instituição atua na EFAPE; o que se sabe conforme a instituição declara é que essas parcerias são realizadas com o intuito de contribuir com "a formação integral dos profissionais da rede de ensino de São Paulo." (EFAPE, 2009).

As informações gerais sobre o curso foram coletadas na página da EFAPE, a qual é de domínio público⁴, outras informações utilizadas aqui são do meu arquivo pessoal, uma vez que realizei o curso em 2017.

Entende-se que a EFAPE é um centro de formação e treinamento para os profissionais da educação, criado para melhorar as práticas pedagógicas dos professores, garantindo a qualidade e eficiência da educação paulista. (EFAPE, 2009).

Para Silva (2015), a criação da EFAPE decorre das novas exigências educacionais implantadas nos últimos 20 anos de gestão do Estado de São Paulo pautados nas diretrizes das agências internacionais como o Banco Mundial.

Com a implantação do Projeto Gestão Democrática a SEE/SP passou a difundir esse projeto de maneira generalizada na rede paulista. Para isso, a EFAPE passa a se responsabilizar por grande parte dessa difusão através de cursos de capacitação e aperfeiçoamento, bem como na formação inicial dos ingressantes do quadro de magistério da SEE/SP.

Os demais membros da comunidade escolar- alunos e seus responsáveis - receberiam essa formação pelos Dirigentes e Supervisores de ensino, pelos Professores Coordenadores do Núcleo Pedagógico (PCNP) nas Diretorias Regionais de Ensino e pelos diretores e vice-diretores nas unidades escolares. As instituições parceiras da Secretaria de Educação e da EFAPE, também estão encarregadas de fornecer capacitação e treinamento principalmente para os alunos gremistas.

⁴ Página do curso de Formação em Grêmios Estudantis. Disponível em: <<http://www.escoladeformacao.sp.gov.br/portais/Default.aspx?tabid=8884>> Acesso em 25/09/2019.

A primeira edição do curso "Gestão Democrática: Grêmio Estudantil" ocorreu em 2017, com uma carga horária de 60 horas e ainda continua sendo ofertada pela EFAP, mas a partir de 2019 houve desmembramento do curso de Gestão Democrática na seguinte maneira:

- **Curso de Formação em Gestão Democrática: Conselheiros de Escola:** Para capacitar profissionais de educação sobre o funcionamento do conselho escolar e a função dos conselheiros.
- **Curso em Formação em Gestão Democrática: Grêmio Estudantil:** Formar professores, diretores e supervisores sobre a importância da entidade na escola e fornecer orientações para a criação dos grêmios nas escolas.
- **Introdução à Gestão Democrática e Participativa: diálogos e inclusão Educacional:** objetiva a disseminação de bases e princípios norteadores para a incorporação da cultura democrática e participativa na gestão pública. Esse curso é ofertado aos membros do quadro de magistérios e do quadro de apoio escolar e demais membros ocupantes de cargos da Secretaria de Educação.

Os cursos oferecidos pela EFAP são realizados em plataformas de ambientes virtuais de aprendizagem da EFAP (AVA-EFAP) "no formato auto-instrucional, ou seja, sem a mediação de tutores" (SÃO PAULO, 2017). Nesse caso, a aprendizagem do conteúdo é de inteira responsabilidade do cursista, uma vez que não há mediação e nem tutoria caso esse tenha dificuldade com a compreensão do curso. O que está disponibilizado para os inscritos nos cursos da EFAP é um "fale conosco" no site da instituição que deverá ser usado caso o cursista tenha problemas e/ou dúvidas em

relação à interação no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) do curso, cuja comunicação não ocorre imediatamente à abertura do chamado, do pedido de ajuda.

Ainda, de acordo com a página da instituição EFAP, o objetivo geral do curso de Formação Democrática: Grêmios Estudantis (SÃO PAULO, 2017) é contribuir para a implantação “de fato, da Gestão Democrática na Escola, contrapondo-se ao autoritarismo, a centralização e resgatando o verdadeiro sentido da gestão” (SÃO PAULO, 2017).

Além de instrumentalizar os integrantes do quadro de magistério da rede para a construção do grêmios na escola, a formação também objetiva, resumidamente, promover subsídios teóricos sobre os conceitos de gestão democrática e participativa, aproximação com os termos “democracia, cidadania, participação, poder, governo, eleições, sociedade civil organizada, legislações entre outros” (EFAPE, 2017).

Por último, o curso também tem o propósito de “sensibilizar e oportunizar a formação específica quanto ao Grêmios Estudantis” (SÃO PAULO, 2017), ou seja, embutir nos membros do quadro de magistério da rede a ideia de responsabilidade sobre a organização e o funcionamento do grêmios na unidade escolar e com isso restringir a livre organização dos estudantes nesse processo.

A formação específica ressalta a estruturação jurídica dos grêmios estudantis, focando na sua organização, na composição das chapas que irão disputar as eleições, na elaboração da eleição e na maneira de como dever ser e acontecer o processo de votação.

De acordo com a página da EFAPE, o curso é composto por seis módulos que são distribuídos da seguinte maneira (EFAPE, 2019):

- Módulo I - Introdução e Justificativa à Formação e ao Protagonismo Juvenil;
- Módulo II - Introdução ao conceito de Política e Sistema Políticos;
- Módulo III - Cultura Política, Cidadania e Sociedade Civil;
- Módulo IV - A Atuação do Movimento Estudantil: O protagonismo Juvenil nas Escolas do Brasil;
- Módulo V - Grêmio Estudantil: Legislação, Bases Teórica, Atuação e Estrutura. A formação do colegiado no ambiente escolar;
- Módulo VI - Boas práticas, depoimentos e inspirações.

Durante a coleta dos dados não foi possível o acesso ao curso e a outros materiais como a conteúdo desenvolvido em cada módulo, conforme orientações presentes no regulamento do curso: após seis meses do término do prazo previsto para a realização do curso ele será interrompido.

As atividades desenvolvidas no ambiente virtuais incluem vídeos aulas, material de leitura e leitura de material complementar a temática desenvolvida nos módulos. Ao final de cada módulo é realizada uma avaliação em forma de questões objetivas as quais são corrigidas pelo próprio sistema, sem espaço ou condições para esclarecimentos de dúvidas.

Ainda, a avaliação poderá ser refeita por três vezes e prevalecerá a maior nota das três tentativas, bem como a frequência é computada a partir do envio da avaliação. Considera-se satisfatório para a aprovação no curso o

candidato que obtiver nota que pode variar na escala de 51% a 100%.

Chama à atenção o módulo VI - Boas práticas⁵, depoimentos e inspirações porque é uma estratégia de capacitação e treinamento adotada desde 1987, conforme apresentado anteriormente. A Secretaria acredita que as atividades que alunos gremistas desenvolveram em suas escolas conforme as orientações dos seus programas e projetos devem ser compartilhadas na rede para servir de modelo para outros alunos gremistas e assim expandir as suas políticas.

Em relação aos conteúdos desenvolvidos em cada módulo, observa-se que estão voltadas para o desenvolvimento dos conceitos de democracia e política, enfatizando a importância da manutenção dos sistemas democráticos pautados em argumentos jurídicos.

O material apresentado aqui é do meu arquivo pessoal, pois como descrito, o material não fica disponibilizado no site da EFAPE após o encerramento do curso.

No módulo I é trabalhado o conceito de Política, seu significado e sua construção histórica de Aristóteles até a contemporaneidade através das Ciências Políticas. Já no módulo II as formas de governo como Monarquia, Oligarquia e Democracia são apresentadas, destacando a democracia ateniense, pois para aqueles que desenvolverão o curso, essa é a forma de sociedade que apresentam alicerces para a democracia. O material complementar desse módulo são os textos sobre teoria democrática moderna desenvolvida por Shumpeter (1984) e Dahl (1998)⁶ que também estão nas

⁵ Exemplo de vídeo de boas práticas de alunos gremistas. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=0iKEOdntBhc&feature=emb_logo Acesso em 19/07/2019.

⁶ Na bibliografia apresentada pelo curso os textos dos autores citados são: SHUMPETER, Josef A. O equacionamento do problema; A doutrina

referências bibliográficas do curso e indicação para o aprofundamento do tema.

No módulo III são desenvolvidos conceitos sobre civismo e cultura política assim como, conforme o programa, as possibilidades de medir a qualidade e a eficiência dos regimes democráticos. Quando cursei essa formação, em 2016, recorda-me que esse módulo era composto por vários vídeos de juristas, advogados, promotores públicos, esclarecendo os aspectos jurídicos de cidadania e de democracia. Nenhum outro ponto de vista foi apresentado nem mesmo como atividade auxiliar ou leitura complementar.

Já nos módulos IV e V finalmente são trabalhados o grêmio estudantil, movimento estudantil e o protagonismo juvenil. No módulo IV apresenta alguns recortes da história da atuação do movimento estudantil focalizando na atuação junto às escolas do Brasil e do mundo. O conceito de protagonismo também é desenvolvido nesse módulo, porém não existe uma distinção clara entre os termos protagonismo estudantil e juvenil. O material complementar ofertado para a ampliação do entendimento do cursista é o texto de Regina Magalhães de Souza, *Protagonismo Juvenil* (2015)⁷ e do autor Antônio Carlos Gomes da Costa, *Tempo de Servir: O protagonismo juvenil passo a passo, um guia para os educadores*. (2001).

No módulo V o objetivo é discutir o grêmio estudantil sob os aspectos jurídicos apresentando as legislações federais e estaduais pertinentes ao colegiado. A organização e a estrutura do grêmio estudantil também são apontadas com destaque no processo eleitoral ressaltando a

clássica da democracia; Mais uma teoria de democracia; Conclusão.
In:Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro:Ed. Fundo de Cultura. 1984 DAHL,Robert. On Democracy New Haven: Yale University Press. 1998

⁷Disponível em < <https://doi.org/10.17921/2176-5626.n1p%25p>> Acesso em 23/07/2020.

importância dos registros em forma de fotografias e vídeos desse momento.

A formação de professores, diretores, coordenadores pedagógicos e demais membros da Secretaria de Educação não se encerram nesse momento; os encontros promovidos pela Diretorias de Ensino, os locais e os eventos desenvolvidos por instituições parceiras tanto da Secretaria de Educação quanto das Diretorias Regionais de Ensino têm o mesmo valor que a ofertada pela EFAPE.

Nesse sentido, boa parte da capacitação e treinamento, fora da EFAPE, é realizada junto com os alunos gremistas. É da responsabilidade do professor ou do diretor de ensino conduzir os alunos até os locais do evento e garantir a permanência no local. Essa situação será apresentada a seguir mostrando como se desenvolve essas práticas na Diretoria Regional de Ensino de Santos a partir de 2016.

1.2.1 Formações dos alunos gremistas e professores interlocutores na Diretoria Regional de Santos

Como já apontado, a formação em Grêmios Estudantis ofertada aos alunos muitas vezes ocorre sob a orientação do diretor de escola ou pelo professor interlocutor do grêmio estudantil. Caso a escola faça parte do Programa Escola da Família, o vice-diretor e o professor mediador podem ser designados para a função de orientar e treinar os alunos gremistas.

A oferta de cursos e eventos para os gremistas é proveniente de diversos departamentos e instituições. Então o modo e o tema dependem muito do tipo de convênio e parceria que cada Diretoria Regional de Ensino possui bem como aos projetos adotados pela SEE/SP. Normalmente a

formação gremista está mais voltada às necessidades externas, ou seja, temas e propostas que Organizações Não-Governamentais e Instituições privadas julgam ser pertinente à realidade escolar. E a SEE/SP ou as DREs concordam que essas devem ser ofertadas e desenvolvidas pelo grêmio estudantil na escola. Esses temas até podem ter sua importância, mas muitas vezes abrangem contextos muito amplos e não atendem particularmente todas as escolas ou é de difícil compreensão para os alunos, já que não faz parte dos seus cotidianos.

A Secretaria de Educação, geralmente, desenvolve e distribui os comunicados e os documentos de orientação para as escolas sobre a implantação dos grêmios estudantis. Esse material é enviado ao e-mail institucional da escola e o diretor deve apresentá-lo aos alunos que são do grêmio estudantil e ao professor interlocutor, realizando a leitura do documento e esclarecendo as dúvidas e questionamentos levantados pelos alunos.

Nesse momento que se inicia o processo de instrução aos alunos gremistas e aos candidatos a gremistas. Outros alunos, às vezes, também participam desses espaços. Esses alunos geralmente são os representantes de turmas/classes que estão encarregados de repassar, além de outras tarefas, as informações sobre o processo eleitoral do colegiado na unidade escolar.

No tocante aos representantes de turmas, discutiremos no capítulo destinado às políticas da Secretaria de Educação para o grêmio estudantil, pois para a SEE/SP os representantes são responsáveis pela organização e a fiscalização das eleições e representam os alunos na assembleia geral dos estudantes na escola.

Ainda sobre a formação na unidade escolar, a Rede do Saber⁸, fornece ferramentas para os Dirigentes de Ensino e outros membros da Diretoria Regional de Ensino para produção de vídeos e videoconferências nos quais são dadas as orientações sobre a formação do colegiado, a importâncias desse colegiado na unidade escolar e sua função na escola⁹.

Os materiais impressos encontrados são algumas cartilhas contendo orientações sobre a implantação do colegiado na escola, modelo de estatutos de atas de reuniões e um conjunto de leis pertinentes ao grêmio estudantil como a Lei 7.398/85, as Normas Regimentais Básicas para as Escolas Estaduais, o artigo 95 da lei complementar 444/85 e a Lei 8069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990).

Essas cartilhas são produzidas tanto pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo quanto por Instituições parceira da Secretaria e Organizações Não-Governamentais. Atualmente o material que está circulando na rede e disponibilizada no site da SEE/SP e das Diretorias Regionais de Ensino é o produzido pelo Instituto Sou da Paz¹⁰ denominado Grêmio em Forma ¹¹.

Outros espaços e momentos também são utilizados nas Diretorias Regionais de Ensino para ofertar capacitação aos alunos e professores. Tais espaços e momentos podem ocorrer

⁸ A Rede do Saber é uma rede criada pelo Estado de São Paulo em 2001 para oferecer capacitação continuada aos profissionais da educação em larga escala através de videoconferências, teleconferências e salas com recursos midiáticos presentes em todas as Diretorias Regionais de Educação de São Paulo. Hoje ela integra a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação de São Paulo "Paulo Renato Costa Souza" (EFAPE).

⁹ Disponível em< <http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Videoteca>>Acesso em 08/07/2019

¹⁰ Disponível em <http://soudapaz.org/Acesso> em 05/09/2020.

¹¹ Caderno Grêmio em Forma, disponível em:< <https://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/1095.pdf>>Acesso em 15/02/2019.

tanto em salas e em sede de instituições parcerias como na própria sede das DREs ou em espaços ociosas das escolas da rede.

A Diretoria de Santos tem parcerias com a prefeitura da cidade, com as Universidades públicas e privadas do município e com o Conselho Nacional de Justiça. Isso significa que constantemente os gremistas com os seus professores interlocutores são convidados a participar de programas e projetos desenvolvidos por essas entidades. Os projetos nem sempre são voltados para construção de diálogos e compreensão do grêmio estudantil, na maior parte das vezes são temas que tais entidades julgam ser pertinentes à juventude.

Em geral, o foco da formação dada aos gremistas está na eleição do Grêmio Estudantil, ou seja, a preocupação em relação à formação concentra-se na organização das chapas, no processo eleitoral e no momento da votação no âmbito escolar.

Atualmente muitos gremistas e profissionais da educação pública estão participando do programa de formação de Facilitadores em Justiça Restaurativa¹² das Escolas Estaduais do município de Santos. Esse programa foi adotado pela Secretaria Municipal de Educação de Santos (SME-Santos) que promove parceria com a DRE-Santos e assim os gremistas da rede estadual podem cursar o programa de Justiça Restaurativa (2017) ¹³ cujo objetivo é capacitar alunos gremistas, alunos representantes de classes/turmas,

¹² Justiça Restaurativa é uma maneira de resolver conflitos que envolvem violência e promove diálogo entre o agressor e a vítima no intuito de compreender a origem do conflito e restaurar a relação entre os envolvidos. No município de Santos, a Lei 3.371/2017 foi criada políticas de justiça restaurativa para a resolução de conflitos escolares.

¹³ Convite para a reunião de formatura dos facilitares de justiça restaurativa da DRE-Santos. Disponível em: <https://desantos.educacao.sp.gov.br/convite-formatura-dos-facilitadores-em-justica-restaurativa-da-der-santos/Acesso> em 30/08/2020.

professores da rede municipal e estadual na resolução de conflitos no ambiente escolar.

Participei desse curso no ano de 2018 como professora interlocutora com dois alunos do grêmio estudantil da unidade escolar onde sou lotada. A formação foi realizada em uma das salas da Universidade Católica de Santos, a qual também é parceira da DRE-Santos no sentido de oferecer curso de extensão aos alunos e aos professores da rede pública de escola estadual e municipal.

O curso foi realizado em cinco encontros com duração de quatro horas cada. Eram apresentados relatos de situações reais de violência entre alunos e alunos-professores em ambiente escolar. Após os relatos foi apresentado o método Constelação Familiar como prática adotada de mediação e resolução de conflitos em alguns fóruns judiciais e pela SME-Santos, consequentemente pela DRE-Santos.

Por fim, os encontros regionais e estaduais de grêmios estudantis são considerados, pela Secretaria, como momentos de formação e capacitação aos gremistas e profissionais da educação.

Em 2016 ocorreu o 1º Encontro Paulista de Grêmio Estudantil "Jovem Protagonista por uma Cultura de Paz" (2016), no caso da Diretoria de Santos esse encontro aconteceu na extinta escola estadual Brás Cubas, em Santos, acolhendo alunos gremistas de todas as cidades que compõem a DRE-Santos.

O encontro teve oito horas de duração sendo que a primeira parte foi destinada a apresentações musicais, dança e teatro produzidas pelos alunos da escola Brás Cubas, logo em seguida a apresentação da proposta da secretaria para o grêmio estudantil nas escolas da rede pública paulista e o lançamento do bordão "Jovem Protagonista". Essas propostas serão apresentadas e

discutidas no terceiro capítulo com o objetivo de mostrar as políticas da SEE/SP para os grêmios.

A segunda parte do encontro foi destinada a realização de oficinas para os gremistas com temas que envolviam violência no ambiente escolar. As oficinas foram coordenadas pelos Supervisores de Ensino e pelos Professores Coordenadores do Núcleo Pedagógico.

Os temas das oficinas estavam relacionados à violência, de modo geral, abuso de álcool e drogas ilícitas entre os jovens, gravidez na adolescência e sexualidade. Em torno de uma situação problema, os organizadores das oficinas propunham três alternativas para cada problema. Os gremistas eram organizados em grandes grupos para discutir e apresentar soluções para o problema apresentado.

Figura 1: Material da oficina Pedagógica



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora que participou da oficina com os alunos gremista e recebeu o documento para trabalhar na unidade escolar

Como espectadora desse momento, percebi que alguns alunos ora não concordavam com as alternativas apresentadas e apresentavam outra possibilidade ou não se identificavam com os problemas apresentados e isso gerava muito desconforto nos organizadores das oficinas. Percebia-se que os organizadores não estavam preparados para essa situação, demonstrando falta de domínio na comunicação com os jovens, principalmente aqueles, que mais tarde descobri que eram militantes de entidades estudantis ou de partidos políticos.

É notório o medo dos adultos diante das contestações juvenis estudantis e da possibilidade de ocorrer uma explosão da juventude que não se possa dominá-la. Essa realidade é temerosa para os mais velhos porque suas consequências são desconhecidas e afrontosas, pois pode ganhar grandes proporções dificultando apaziguamento desses estudantes. (FORACCHI, 2018)

Os encontros regionais entre alunos gremistas organizados pela Secretaria de Educação não é uma novidade, principalmente sobre o tema "Jovem Protagonista". Esse discurso, na rede pública paulista, surge com a implantação da Escola de Tempo Integral (2005) e da Escola de Programa Ensino Integral (2012), principalmente no Programa de Ensino Integral (PEI) cuja organização curricular é composta por disciplinas da base nacional comum, partes diversificadas e atividades completar. Nas atividades complementares são ofertadas aulas de Protagonismo Juvenil e o desenvolvimento das atividades gremistas de acordo com as orientações e planejamento das escolas PEI, conforme discussão do capítulo3.

O objetivo geral deste capítulo, conforme a delimitação do tema foi verificar como o atual modelo de gestão pública educacional adotada pelo Estado de São Paulo interfere nas práticas dos alunos gremistas. Deparamos com um modelo de gestão educacional derivada da teoria geral de administração empresarial pautada na eficiência e qualidade do ensino. Tal modelo prioriza o desenvolvimento de habilidades e competência voltadas para a formação de mão de obra que atenda as exigências do mundo do trabalho contemporâneo. Essas habilidades são apresentadas pela Secretaria do Estado de São Paulo em 2011 quando ela lança o programa Educação: Compromisso de São Paulo (2011)¹⁴.

A pesquisa também revelou que nas políticas educacionais no Estado de São Paulo, muitas vezes, as práticas de participação não são efetivas, sendo limitadas no que se refere à autonomia curricular, por exemplo. E os momentos de participação se reduzem na discussão daquilo que já foi previamente definido sem a consulta da comunidade. Nesse sentido cabe à comunidade reagir ou não sobre as decisões pré-definidas. No caso de reação contrária ao que foi definido pelo Governo, como a proposta de reorganização escolar de 2015, o Governo poderá rever sua proposta para minimizar o nível de contrariedade da comunidade.

Diante do exposto entendemos que mesmo que as legislações determinem maior participação na gestão escolar, incluindo a participação estudantil como pilares para a democracia, há uma grande distância entre a lei e a

¹⁴ Disponível em <<https://www.educacao.sp.gov.br/compromisso-sp#:~:text=Iniciativa%20prop%C3%B5e%20pacto%20com%20a,sociedade%20em%20prol%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o.>> Acesso em 19/12/2020.

prática. Assim entendemos essa situação como Arelaro (et al, 2016) que situa a gestão democrática das SEE/SP como “instrumento de mediação de interesses apoiados numa plataforma de decisões pré-estabelecidas”.

As pressões legítimas exercidas pelos secundaristas, apoiados pela comunidade, talvez fosse responsável pela mudança de postura da SEE/SP, que passou a usar a bandeira de gestão democrática e participativa a partir de 2016 e suspendeu a proposta de reorganização escolar. Não podemos entender que a suspensão da reorganização não impediu o fechamento de salas de aulas e prédios escolares. Como veremos no capítulo dois na cidade de Santos, nesse período, duas escolas foram fechadas dando espaço para outros tipos de uso e ocupação.

Já sobre as questões referentes à formação continuada dos profissionais da rede de educação pública paulista e dos alunos gremistas percebi que apresentam conteúdos poucos relevantes para a formação política não oferecendo ferramentas teóricas e práticas para a compreensão da realidade.

Sobre a formação destinada aos alunos gremistas chama a atenção o distanciamento entre a proposta da SEE/SP e as entidades estudantis, aliás, até 2016¹⁵, não ocorreu aproximação da Secretaria, real com essas entidades. Ainda, a SEE/SP realiza um movimento de apagamento das lutas e das conquistas dos estudantes na história das lutas sociais no Brasil, uma vez que, essas conquistas não são abordadas nos cursos de formação e capacitação. Também ela não acolhe entidades estudantis como a UMES e a UBES, por exemplo, no interior das escolas públicas.

¹⁵ No 2º Encontro Paulista de Grêmio Estudantil, ocorrida em São Paulo no Memorial da América Latina em 25 de outubro de 2018, contou com a participação dos alunos gremistas e das entidades estudantis como UME, UBES, UPE, UJC, entre outros como Juventude Negra e do movimento LGBTQTI+.

Assim como acontece com a formação dos professores, os espaços formativos para os alunos se reduzem a treinamento para implantação do grêmio na unidade escolar, sem a discussão profunda sobre a importância desse colegiado na escola.

A seguir serão apresentados o projeto de reorganização escolar (1995) e a proposta de reorganização escolar de 2015 bem como as formas de resistência e manifestação dos estudantes secundaristas diante de tais reformas educacionais.

2. A reorganização escolar e a mobilização estudantil secundarista na rede educacional paulista.

A proposta de reorganização escolar promovida pelo Estado de São Paulo nos anos de 1995 e de 2015, principalmente de 2015, tornou-se pertinente para este trabalho, uma vez que possibilita a compreensão das políticas da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo em relação aos grêmios estudantis.

Entende-se que para o desenvolvimento desta pesquisa é importante compreender que a imposição da reestruturação da rede de ensino paulista, sem a consulta dos envolvidos no processo (alunos, pais, responsáveis e professores), configura-se como modelo de gestão pública adotada pelos governadores do Estado de São Paulo a partir dos anos de 1990.

O propósito deste capítulo é evidenciar que tanto a reorganização ocorrida em 1995, quanto a proposta de 2015, possuem elementos em comum e ambas enfrentaram resistência da comunidade escolar para a sua implantação. Goulart, Pinto, Camargo (2017, p. 13) afirmam que:

As duas "reorganizações" guardam similaridades interessantes. Ambas se impuseram sobre a sociedade paulista de forma autoritária, constituíam-se de medidas antipopulares, buscaram se sustentar em argumentos pretensamente pedagógicos buscando convencer sobre a melhoria da qualidade educacional que tais medidas trariam.

As reformas educacionais promovidas pela SEE/SP são compostas por um conjunto de medidas que inclui municipalização do ensino fundamental, adoção de um currículo unificado, prática de avaliação externa e sistema de bonificação para os profissionais da educação. (ADRIÃO, 2006,2016). Essas medidas têm por objetivo mudar os padrões de administração educacional para a melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços prestados.

Para Adrião (2006) a proposta de modelo de gestão do Estado de São Paulo para a educação básica a partir de 1995 foi de melhoria e de oferta para rede, para isso a descentralização e a desconcentração de algumas ações, manutenção predial, por exemplo, eram importantes para o exercício autônomo da escola. Essas ações, como a reforma de prédios escolares, eram realizadas pela comunidade escolar e contava com auxílio de indústrias e instituições privadas, cabendo à Associação de Pais e Mestre, ao Conselho Escolar e ao Grêmio Estudantil a responsabilidade de organizar essas ações e mobilizar a comunidade para realizá-la.

A reorganização proposta para 2016 tem quase a mesma motivação de 1995 como, por exemplo, o enxugamento do quadro de magistério e fechamento de salas de aula e de escolas. Em 1995 ocorreu por meio de adoção de parcerias, principalmente com os municípios, transferindo alunos para rede municipal, fechando 155 escolas e demitindo 20 mil professores. Em 2015, a proposta era também de criar escolas de segmento único, ou seja, que atenda somente um ciclo (1º ao 5º ano; 6º ao 9º ano e ensino médio) o que causaria o fechamento de 92 escolas na rede assim como a transferências de prédios e salas de aula para os municípios.

Em 1995, o projeto reorganização escolar foi implantada em 21 de novembro, através do "Programa de Reorganização Escolar da Rede pública Estadual" (SÃO PAULO,

1995) com o decreto nº 40.473,¹⁶ promovendo profundas transformações na estrutura da rede paulista de ensino. Tais transformações impactaram no cotidiano dos envolvidos no processo como a separação de irmãos e dificuldade de locomoção devido ao aumento da distância percorrida pelos alunos e professores.

De acordo com o Decreto o objetivo do “Programa de Reorganização das Escolas da Rede Pública Estadual” (SÃO PAULO, 1995) foi “garantir a escolarização de 8 anos com qualidade para todos os alunos do ensino fundamental e médio” (SÃO PAULO, 1995). Para isso, a SEE/SP apresentou uma série de justificativas para a implantação do projeto. Entre as justificativas apresentadas destacam argumentos como falta de mecanismos da rede para cumprimento de ensino de 8 anos. Outra justificativa utilizada pelo Estado de São Paulo para a implantação do projeto, diz respeito à necessidade de agrupar alunos de faixa etária. Para a SEE/SP, o agrupamento dos alunos promoveria o desenvolvimento do trabalho pedagógico mais eficiente.

Adrião (2008) reforça que a reforma da educação paulista no período de 1995-1998 foi sustentada por duas principais medidas: “a reorganização das escolas da rede estadual e a política de municipalização do ensino fundamental mediante a adoção de convênios.” (p.79).

A municipalização do ensino como política de descentralização não é novidade na história da educação. Autores como Azanha (1991) considera como marco histórico a tese e a luta pela municipalização do ensino as defesas realizadas por Anísio Teixeira. Essas defesas argumentavam que os municípios reuniam condições ideais para oferecer o ensino primário.

¹⁶Disponível em < <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1995/decreto-40473-21.11.1995.html> > Acesso em 25/08/2020.

Por fim, entende-se que o Programa de Reorganização da Rede Pública Paulista (SÃO PAULO, 1995), como já mencionado, compõe uma série de reformas da administração pública implantado no governo Mário Covas do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Essas reformas, basicamente, consistiam em mudança de padrões da administração pública tornando-a semelhante ao tipo de gerenciamento empresarial, cujos pilares são a desconcentração e a descentralização de recursos e competências (ADRIÃO, 2006), privatização, terceirização e controle de qualidade por meio de avaliação e bonificação.

Cabe aqui apresentar algumas das minhas vivências, porque além de docente da rede estadual, nos anos de 1990 era aluna da rede. Considero então, que essas experiências de vida são relevantes para este trabalho.

Ingressei, como aluna, na rede pública de ensino do estadual paulista nos anos de 1980 e conclui o ensino médio em 1996. Cursei todo o ensino fundamental (I e II) e dois primeiros anos de ensino médio na mesma escola. Nesta escola também estudavam os meus dois irmãos. Em 1996, a minha escola foi entregue para o poder municipal e se transformou em almoxarifado da prefeitura. Eu fui transferida para uma escola mais distante da minha casa e os meus irmãos foram matriculados em duas escolas distantes um da outra. Essa situação afetou muito a minha rotina, pois eu era quem os levava e buscava na escola.

Um dos meus irmãos foi matriculado em outra escola estadual e o menor deles ficou em uma escola municipal. A principal dificuldade se centrava na questão do horário dos turnos das aulas, pois estes não coincidiam, dificultando a rotina de muitos responsáveis dos alunos. Tal situação foi imposta a vários alunos e professores da rede estadual os quais não tiveram oportunidade de se manifestarem sobre essa decisão.

O fechamento de salas e prédios escolares, além da separação dos alunos por faixa etária muitas vezes separando membros da mesma família, teve como consequência a superlotação nas salas de aulas das turmas de ensino fundamental II (atual 6º ano ao 9º ano) e de ensino médio. Segundo Adrião (2008, p. 85) em 1995 a quantidade de escolas estaduais existentes eram 6.783, em 1998 encontravam-se abertas 5.919. Ainda houve uma diminuição de 7.500 salas de aulas acarretando, além do excesso de alunos nas salas ativas, demissões e realocação compulsória de professores na rede.

Cerca de 4000 professores contratados foram demitidos e os professores efetivos que perderam sua sede foram removidos para outras Diretorias de Ensino, muitas vezes em municípios distantes de suas cidades de origem, ou ficaram adidos¹⁷ sem aulas na unidade escolar onde atuavam sendo obrigados a cumprir a carga horária em diversas escolas.

A política adotada no governo de Mário Covas, que teve Teresa Roserley Neubauer da Silva como Secretária de Educação, foi muito criticada por vários membros da sociedade civil. Muitos utilizaram espaços de editoriais de jornais para se manifestar a respeito das práticas do governo. Leve-se em consideração que esse mesmo espaço foi utilizado pelo governo e pelos defensores do programa de reestruturação do ensino público paulista.

A professora Maria Lúcia Prandi da Silva, deputada estadual no período, publicou no "Caderno Cotidiano" do jornal Folha de S. Paulo¹⁸ no dia 12 de junho de 1995, argumentos contra a reorganização escolar, expressando os dilemas vivenciados pelos usuários e trabalhadores da rede

¹⁷Conforme o Decreto nº 42.966 de 27 de março de 1998: "Serão declarados adidos os titulares de cargos das classes de docentes e das classes de suporte pedagógico, quando o número de cargos providos destas categorias exceder a lotação prevista pelas normas legais para a unidade em que estiverem classificados."

¹⁸Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/12/06/cotidiano/12.html>>Acesso em 18/08/2020.

de ensino paulista. Para Prandi (1995) a reorganização como proposta de reforma é um golpe contra a escola pública e gratuita:

A reorganização escolar, apresentada pelo governo do Estado como a "reforma da década", na verdade expulsa 40 mil professores das salas de aula, fere direitos adquiridos, transfere alunos compulsoriamente, separa irmãos, fecha escolas "ociosas", destrói qualquer proposta pedagógica ao superlotar salas de aula e pode até caminhar para a privatização do ensino de 2º grau.

O interesse desta pesquisa é demonstrar que a comunidade escolar não aceitou passivamente essa decisão. O objetivo inicial era tentar evidenciar a participação dos estudantes nessas mobilizações e articulações junto ao governo para impedir a reorganização. As fontes selecionadas para a pesquisa não deixaram claro a movimentação estudantil nesse período, mas ao verificar as publicações da Apeoesp e as pautas da plenária da câmara de deputados estaduais, cujo tema foi muito debatido entre os parlamentares, constatou-se a presença dos estudantes e líderes do movimento estudantil¹⁹.

Trabalhos de Ghanem (1989) apresenta a participação da União Municipal de Estudantes Secundaristas (UMES) que realizavam constantes negociações com os Delegados de Ensino, em busca de vagas para os alunos sem matrículas, passeatas e atos juntos com os professores mobilizados naquele momento.

A atuação do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) foi importante

¹⁹ ¹⁹Esta pesquisadora elegeu o acervo físico da APEOESP como fonte de pesquisa, devido à pandemia e o fechamento de estabelecimentos públicos e privados considerados não essenciais ainda não foi possível realizar a coleta de dados. No acervo digital da página do sindicato encontram-se documentos datados a partir de 2016.

ponto de resistência ao projeto de reorganização. Eles realizaram abaixo-assinados, atos e passeatas públicas com o apoio de entidades estudantis e pais de alunos. O sindicato também publicou uma série de boletins que foram distribuídos nas escolas os quais procuravam esclarecer e denunciar as reformas realizadas pela Secretaria de Educação.

Entende-se que a reorganização escolar não foi o único projeto da Secretaria de educação de São Paulo: a partir dos anos 1990, reformas administrativas, mudanças nos padrões de administração entre outras já mencionadas são características do governo paulista nos últimos anos.

O que se observa na gestão da Secretaria de Educação, desde então, são padrões de gestão que desconsidera as conquistas das lutas populares, dos sindicatos dos professores que conseguiram a inclusão do direito da gestão escolar pautada nos princípios democráticos e participativos descritos na Constituição Federal de 1988 e a Lei de Bases e Diretrizes da Educação Brasileira de 1996.

O processo de reorganização escolar no sentido de fechamento de salas de aulas, prédios escolares e municipalização ainda se encontra em funcionamento na rede. Vários são os fatores e modos de operacionalização utilizados pela SEE/SP, mas como não é foco desta pesquisa destaco os trabalhos de Adrião (2006), Arelaro (1999), Corti (2015) e Palma Filho (2010).

A proposta é apresentar alguns momentos da proposta da reorganização escolar de 2015 cujo recorte se centralizará na cidade de Santos onde ocupo cargo efetivo de professora de Geografia do ensino fundamental e médio desde 2011.

2.1 Propostas de Reorganização Escolar da Rede Estadual Paulista de 2015.

Conforme a proposição deste trabalho pretende-se descrever a Proposta de Reorganização Escolar da Rede Estadual Paulista (SÃO PAULO, 2015) anunciada pelo então secretário de Educação Herman Voorwald, em 23 de setembro de 2015. Nesse dia o Secretário da Educação apresentou a proposta em um jornal televisivo da Rede Globo por volta das seis horas da manhã. Tal notícia gerou muita revolta entre alunos, professores e pais, pois até então ninguém da comunidade escolar sabia da existência dessa proposta.

No dia 28 de outubro foi divulgada uma lista com 93 escolas que seriam fechadas e seus prédios reaproveitados para outras finalidades como, por exemplo, para o uso do Centro Paula Souza ou cedidos à administração municipal.

A partir disso, a SEE/SP iniciou a sua campanha em defesa da reorganização nos principais veículos de comunicação e nas escolas estaduais. Coube aos supervisores de ensino e diretores de escola a divulgação da proposta na comunidade escolar e a realização de plantão de dúvidas sobre o assunto. Exemplo disso foi o que aconteceu em todas as unidades escolares do Estado de São Paulo no dia 14 de novembro denominado Dia E²⁰ da educação.

Também foram amplamente divulgados nas escolas e na página oficial da reorganização escolar no site da SEE/SP os principais argumentos favoráveis à reorganização.

Para esclarecer pais e estudantes sobre a reorganização escolar, promovida pela Secretaria da Educação na Rede Estadual de Ensino, a pasta elaborou uma lista com 30 motivos que mostram a necessidade de se realizar essa alteração.

²⁰ Disponível em <<https://www.educacao.sp.gov.br/?p=27304>> Acesso 01/09/2020

- 1 - Escolas passam a funcionar com menos segmentos. Rendimento 10% superior frente ao modelo com mais segmentos;
- 2 - Diminuição de conflitos entre alunos de idades diferentes;
- 3 - Maior foco na matriz curricular do segmento de ensino da unidade;
- 4 - Foco adequado na faixa etária dos estudantes;
- 5 - Maior fixação dos professores nas escolas;
- 6 - Melhor qualidade de vida para os professores com menos deslocamento entre escolas;
- 7 - Possibilidade de professores ampliarem suas jornadas em uma mesma escola e garantirem maior quantidade de aulas;
- 8 - Gastos mais eficientes, com foco na melhoria do ensino;
- 9 - Disponibilização de prédios de escolas ruins "para seu filho estudar em uma escola melhor";
- 10 - Menos escolas modelo Nakamura;
- 11 - Otimização de espaços ociosos;
- 12 - Melhor ambiente escolar - novo modelo de escola mais propício para aprendizagem;
- 13 - Comunidade ganha duas vezes: com uma escola melhor e um equipamento público para atender suas necessidades;
- 14 - Eficiência de Gestão: mais dinheiro para ações prioritárias da educação;
- 15 - Número maior de professores efetivos nas escolas: desempenho 20% superior;
- 16 - Menor número de professores temporários;
- 17 - Maior número de diretores concursados nas escolas;
- 18 - Diretores designados retornam para sala de aula - mais professores atuando;
- 19 - Escolas adaptadas à nova realidade demográfica do País. Em comparação a 1998, a rede conta com 2 milhões de matrículas a menos;
- 20 - Gestão facilitada das escolas de segmento único ("escolas puro sangue");
- 21 - Deslocamento mínimo dos alunos. Em geral, dentro do mesmo bairro, dentro de um raio de 1,5 km;
- 22 - Disponibilização de prédios escolares com baixo desempenho educacional;
- 23 - Reorganização possibilita mais facilidade para alcance de metas do Plano Estadual de Educação (metas: 1,6,11,18,21 e 22);
- 24 - Coragem do governo paulista no enfrentamento de desafios da maior rede de ensino do país;
- 25 - São Paulo na vanguarda da mudança. Paradigma para as demais redes de ensino;
- 26 - Professores com possibilidade de aumentar salários com jornadas maiores;
- 27 - Alunos e famílias ganham com a convivência mais aproximada com professores;
- 28 - Reorganização gera visão mais clara da rede e possibilita nova chamada de professores concursados;
- 29 - São Paulo como exemplo de maior gestão de recursos em tempos de crise econômica social.

30 - Municípios ganham com novos prédios para criação de creches e ampliação de vagas na educação infantil, demanda crônica do país;

Mas o que é?

A Educação começou em setembro a reorganizar 5 mil escolas da rede estadual de ensino. No início do ano letivo de 2016, as unidades com três ciclos de ensino (1º ao 5º, do Fundamental, 6º ao 9º do Fundamental e Ensino Médio) deverão ser reduzidas para o crescimento da quantidade de escolas com apenas um ciclo.

O projeto tem como objetivo melhorar a qualidade de ensino e do ambiente escolar. A mudança na rede é baseada em estudo que aponta rendimento superior de 10% nas escolas com ciclo único. A expectativa é que cerca de 1 milhão de estudantes sejam beneficiados diretamente.

Muitas dúvidas têm surgido devido à reformulação. Para esclarecer a população, a Educação [elaborou um conjunto de perguntas e respostas](#) sobre a alteração. Veja as questões e [um site especial sobre o tema](#). (SÃO PAULO, 2015)

Ainda, encontra-se nesta página textos e comentários de pessoas que a Secretaria denominou como especialistas em educação. Em geral, esses comentaristas são sujeitos vinculados a entidades e instituições de ensino privado como, por exemplo, Instituto de Singularidades e Colégio Santa Cruz.

Em contrapartida, muitas entidades e sujeitos se posicionaram contra a proposta, principalmente as entidades estudantis e o sindicato dos professores. Estudantes e professores realizaram passeatas, denunciando a postura autoritária da rede. Além disso, a APEOESP, em seus boletins, elencou uma série de consequências se tal proposta fosse concretizada. Entre as justificativas menciona à superlotação das salas de aulas, principalmente de ensino médio, devido ao encerramento desse segmento em muitas escolas.

Já em 30 de novembro de 2015, o Governo do Estado de São Paulo autoriza a transferência de professores para a implantação da reorganização escolar através do decreto n.º

61.672²¹ publicado no D.O de 01/12/2015 caderno Executivo I, página 1.

A reorganização escolar da rede estadual paulista propunha, entre outros, a divisão escolar em ciclos únicos de aprendizagem, ou seja, divisão em faixa etária que consiste no seguinte esquema:

- Escolas com alunos na faixa etárias de 6 a 10, anos estudantes do Ensino Fundamental I séries iniciais;
- Escolas com alunos na faixa etária de 11 a 14 anos, estudantes do Ensino Fundamental II séries finais;
- Escolas com alunos na faixa etária de 15 a 17 anos, estudantes do Ensino Médio.

De acordo com a SEE/SP (2015) ²², separar os alunos por faixa etária e oferecer escolas em ciclos únicos garantiria melhoria no aprendizado dos alunos, uma vez que essas escolas estarão preparadas para isso. Além disso, conforme a Secretaria aponta:

As escolas que oferecem apenas um ciclo - 1º ao 5º do Ensino Fundamental, 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental ou Ensino Médio - são mais fáceis de administrar, pois a divisão permite que a equipe gestora, diretores e coordenação, tracem estratégias pedagógicas focadas nas necessidades de aprendizado do público atendido. A medida facilita também o planejamento das aulas pelos professores. (SÃO PAULO, 2015)

Outro forte argumento apresentado pela SEE/SP é a questão demográfica, ou seja, a queda de matrículas no ensino fundamental, principalmente nas séries iniciais. Essa queda é justificada pela Secretaria de Educação nos dados levantados pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Esses dados indicam que a redução do número de matrículas ocorre por causa da redução de número

²¹ Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2015/decreto-61672-30.11.2015.html>> acesso em 22/07/2019

²² Página oficial da proposta de reorganização escolar da rede estadual paulista. Disponível em: <<https://www.educacao.sp.gov.br/reorganizacao/Acesso>> em 17/5/2020.

de filhos por famílias e o envelhecimento da sociedade. Ademais, a SEE/SP apontou que o aumento da oferta de vagas no ensino fundamental I (1º ao 5º ano) na rede municipal e na rede privada de ensino contribui também para a redução de alunos na rede estadual.

A medida teve início com base em levantamento realizado pela Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados), que apontou tendência de queda de 1,3% ao ano da população em idade escolar no Estado de São Paulo. Entre 1998 e 2015, a rede estadual de ensino perdeu 2 milhões de alunos. A redução de nascimentos e, assim, do número de crianças e jovens em idade escolar no Estado é o principal fator para a queda de matrículas, seguido pela municipalização do ensino fundamental. (SÃO PAULO. 2015)

Diante dessa proposta estudantes secundaristas, professores, pais e responsáveis pelos alunos se manifestaram nas redes sociais, argumentado como essa situação afetaria suas rotinas em termos de mudança de escola e de ambiente escolar.

Os professores apresentavam argumentos como a superlotação de salas de aulas ativas, que já estavam com muitos alunos, em virtude do fechamento de salas consideradas ociosas pela Secretaria. Já os alunos secundaristas denunciavam a ausência de espaço de abertura de diálogo do Governo do Estado de São Paulo.

Em meio a tudo isso, os estudantes, com o apoio de professores e demais membros da sociedade civil, protestaram em passeatas e diversas manifestações nos espaços públicos as quais foram ignoradas pelo Governo Estadual.

Os estudantes secundaristas perceberam que somente essas ações não estavam sensibilizando o Governo de São Paulo que continuam dando andamento na proposta. Então, eles decidiram por uma nova prática de mobilização que foi a ocupação das escolas públicas da rede estadual.

Depois de quase 60 dias de ocupação em 200 escolas paulistas pelos estudantes, o governo paulista, no dia 09 de novembro de 2015, anunciou o adiamento da reorganização escolar bem como decidiu que iria rediscuti-la "escola por escola, com a comunidade, com os estudantes e, em especial, com os pais de alunos". (SÃO PAULO, 2015).

Já no dia 05 de dezembro de 2015, o Governador Geraldo Alckmin revogou o decreto de número 61.672 de 30 de novembro de 2015 que regularizava a transferência dos profissionais da Educação. Segundo o pronunciamento do governador, "o objetivo desta revogação é ampliar o espaço para o debate com a comunidade escolar e tirar todas as dúvidas de professores, alunos e pais." (SÃO PAULO, 2015).

No próximo item abordo as propostas de reorganização escolar na Diretoria Regional de Ensino de Santos (DRE-Santos) e o movimento de ocupação de 2015 nas escolas estaduais santistas. Com isso procuro situar algumas ações dos alunos gremistas nas políticas da DRE-Santos e da Secretaria da Educação em relação aos grêmios estudantis da rede.

2.2 Propostas de Reorganização para a Diretoria Regional de Ensino de Santos e as ocupações das escolas santistas.

A Diretoria Regional de Santos (DRE-Santos) está localizada na cidade de Santos, litoral sul do Estado de São Paulo no bairro Encruzilhada. Esse bairro está situado em uma boa localização, pois se encontra entre a orla da praia e o centro da cidade. A sua infraestrutura é composta por prédios de condomínios de alto padrão e casarões

antigos, além de serviços diversos como médicos e alimentação.

Até meados dos anos de 1970, a DRE-Santos era subordinada a Divisão Regional de Ensino do litoral, a Delegacia Regional de Ensino de Santos. Com a reestruturação da Secretaria de Educação em 2011, a partir da publicação do Decreto nº 57141/2011²³, a Delegacia Regional de Ensino de Santos foi extinta e, em seu lugar, criou-se a Diretoria Regional de Ensino de Santos. Sua área de jurisdição inclui, além do município de Santos, as cidades de Bertioga, Cubatão e Guarujá.

A DRE-Santos, atualmente, é composta por um centro de atendimento socioeducativo ao Adolescente da Fundação Casa de Santos e 84 escolas distribuídas da seguinte maneira:

- Bertioga 9 escolas estaduais;
- Cubatão 11 escolas estaduais;
- Guarujá 38 escolas estaduais;
- Santos 26 escolas estaduais.

A escolha pelo município ocorre porque é o lugar que se localizam as escolas investigas e as práticas gremistas e dos estudantes secundaristas observadas.

Diante disso, o próximo item consta uma breve apresentação do município e, logo após, a proposta de reorganização da Diretoria de Ensino de Santos, bem como o movimento das ocupações das escolas da cidade e como isso repercutiu na imprensa local.

2.2.1 A cidade de Santos: uma breve contextualização.

O município de Santos está localizado na porção sul do litoral do Estado de São Paulo próximo da capital paulista,

²³ <https://desantos.educacao.sp.gov.br/a-diretoria-de-ensino-regiao-santos/>

à distância de 72 quilômetros de São Paulo. A cidade tem divisa territorial ao sul com o oceano Atlântico e o município de Guarujá, ao leste com Bertioga, ao oeste Cubatão e São Vicente, e ao norte com Santo André, Mogi das Cruzes e Salesópolis.

Sua extensão total é de 281,6 km² que se encontra dividida em duas porções: área insular com 39,4 km² e área continental com 231,6 km². Dessa área total, 150 km² são constituídas por ambientes de preservação ambiental.

O número total de habitantes da cidade, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 432.957 pessoas (IBGE, 2018). Eles se encontram distribuídos de maneira desigual na cidade, sendo que 99,3% da população vivem na área insular e 0,7 % na área continental, ou seja, a área insular é a porção mais povoada e populosa do município.

Sua principal atividade econômica é a portuária já que a cidade abriga o principal porto do Brasil e o maior complexo portuário da América Latina²⁴ o qual também é importante para toda a Região Metropolitana da Baixada Santista²⁵. O município também desenvolve outras atividades econômicas como a pesca, o comércio e o turismo.

Em relação à regionalização do município, a divisão entre área continental e área insular não é a única possibilidade, pois existe outra subdivisão da área insular que revelam realidades bem distintas uma da outra.

A cidade de Santos é considerada, pela prefeitura local, uma das melhores cidades para se viver, especialmente para a terceira idade. O seu Índice de Desenvolvimento Humano

²⁴ As informações sobre o Porto de Santos foram levantadas no site da Administradora do Porto a Santos Port Althority (SPA) vinculado ao Ministério da Infraestrutura Disponível em <[tps://www.portodesantos.com.br/institucional/o-porto-de-santos/](https://www.portodesantos.com.br/institucional/o-porto-de-santos/)> Acesso em 27/07/2020.

²⁵ A Região Metropolitana da Baixada Santista foi criada em 1996 e é integrada por nove municípios: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande e São Vicente.

Municipal (IDHM) é considerado alto, 0,840, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa realidade aplica-se somente a área da orla da praia, a qual é ocupada por prédios de alto e altíssimo valor imobiliário - diferentemente, da realidade das áreas de morro, do centro da cidade, da zona noroeste e das ocupações das áreas de mangues, que é desprovida de infraestrutura de lazer e serviços de saúde, por exemplo.

O trabalho de Fernandes (2016a) investigou escolarização da população negra do município e a precariedade das escolas dessas regiões, e mostrou também a vulnerabilidade social, econômica e ambiental vivenciado pelos seus moradores.

O documentário "Por trás do Cartão Postal" (2016),²⁶ dirigido por Júnior Costa em 2016, revela a cidade por trás da orla através de entrevistas com moradores de cada um dos lugares citados acima.

2.3 A proposta de reorganização escolar da Diretoria Regional de Santos.

Em relação à reorganização, em levantamentos realizados na imprensa Oficial do Estado de São Paulo bem como no acervo digital da Secretaria Municipal de Santos, observei que escolas e salas de aulas foram gradativamente transferidas à administração municipal, como ocorre em toda a rede.

A resolução SE 140 de 19 de setembro de 1997, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 20 de setembro de 1997, determinou a municipalização de 13 escolas. Dessas, 5 ficaram sob competência da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Bertioga. Já para a Secretaria Municipal de Santos foram transferidas sete escolas

²⁶Santos por trás do Cartão Postal Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=CS2PNwTYrHA>>Acesso.

estaduais e 48 salas de aulas de ensino de quarta série do ciclo básico de primeiros graus.

Desde então, não houve transferência direta de salas e escolas da rede estadual para rede municipal santista até 2015. Nesse ano estava previsto o fechamento de duas escolas estaduais do município de Santos e duas escolas na cidade de Guarujá.

Então, a proposta de reorganização escolar da rede estadual paulista concedeu ao poder municipal o prédio da escola Brás Cubas e encerrou as atividades educacionais da Escola Estadual Cleóbulo Amazonas Duarte, sendo o prédio ocupado integralmente pela Diretoria de Ensino de Santos. A proposta também definia o fechamento das salas de ensino médio, matutino e noturno, da Escola Estadual Azevedo Júnior, funcionando somente o ensino séries finais do fundamental (6º ano ao 9º ano).

Importante destacar que os alunos santistas, diante dessas determinações, reagiram com apoio de alguns professores e de seus pais e responsáveis. Impetrarem mandado de segurança contra o fechamento e ocuparam duas escolas durante o movimento de ocupação caracterizando um momento bastante significativo para os estudantes da rede pública da região.

A pesquisa também revelou que muitos desses estudantes passaram a fazer parte dos grêmios estudantis após a ocupação e outra pequena parte se filiou a entidades estudantis como União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES-SP) e União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES).

Embora em 2015 o Governo de São Paulo tivesse recuado, adiando a proposta de reorganização, em 2018 as duas escolas santistas foram fechadas e seus alunos distribuídos em outras escolas. Também as salas de ensino médio da

escola Azevedo Júnior foram encerradas e hoje a escola atende somente alunos do ensino fundamental II.

A Escola Estadual Brás Cubas localiza-se no Bairro do Marapé, um dos mais antigos bairros da cidade. Esta região é composta por área denominada de solo e área de morro totalizando 1,51 Km² de área, sendo 1,04km² de solo e 0,47km² de morro. O bairro possui um pouco mais de 20 mil moradores (20 mil moradores na área de solo e 1000 moradores no morro)²⁷ que em maioria residem há muito tempo no bairro. Sua localização é considerada boa pelos santistas, pois está perto da praia.

A escola Braz Cubas está ao pé do morro e por isso recebia muitos alunos de lá, assim como do solo e de bairros adjacentes. O colégio possuía capacidade para atender 2.500 alunos e sua estrutura abrigava quadra de esportes, laboratórios de ciências e informática, bem como salas de recursos utilizadas para melhoria do aprendizado dos alunos com dificuldade de aprendizagem e alunos da educação especial da região. Além disso, o prédio era todo adaptado às necessidades especiais contando com rampas de acessibilidade e elevador para cadeirante.

Então em 2015, quando foi anunciado o Projeto de Reorganização Escolar da Rede Estadual Paulista, alunos, pais e professores da escola Braz Cubas se organizaram e denunciaram o seu fechamento na imprensa local e nas redes sociais. Também entraram com ação judicial contra a determinação do Estado de São Paulo. Essa ação partiu da iniciativa de um professor de Sociologia da escola e foi acolhida pela Defensoria Pública do Estado do Município de Santos.

No dia 16 de novembro de 2015 a Justiça de São Paulo, através da Câmara Especial do Tribunal de justiça do Estado

²⁷ Dados retirados da Prefeitura de Santos e do site<<http://www.novomulenium.info.br>>Acesso em 05/11/2020.

de São Paulo, suspendeu o fechamento da escola Braz Cubas em 2016. Essa decisão não foi favorável no início, uma vez que preliminarmente ela foi a favor do Estado, mas a mobilização dos estudantes e pais da comunidade escolar, com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil, conseguiu em seis dias reverter a primeira decisão.

Outra escola estadual da lista que foi fechada em Santos é a Escola Estadual Cleóbulo Amazonas Duarte. Essa escola, de acordo com os levantamentos na imprensa e conversas com alunos e professores da escola, não gerou mobilização jurídica como no caso da escola Braz Cubas. Os estudantes do Cleóbulo se mobilizaram em forma de protestos e ocupação do prédio.

A escola Estadual Cleóbulo Amazonas Duarte está localizada no Bairro Encruzilhada, entre as principais avenidas da cidade de Santos - Avenida Ana Costa, Avenida Conselheiro Nébias e Avenida Washington Luis. O local abriga antigos casarões construídos no final do século XIX e início do século XX, assim como conjuntos comerciais e residenciais de alto padrão imobiliário. A escola está próxima à Avenida Conselheiro Nébias, o que significa que se encontra em uma boa região de fácil acesso e deslocamento rápido.

A estrutura da escola Cleóbulo Amazonas Duarte comportava muitos alunos. Segundo o Plano de Gestão do ano de 2015 a 2018, elaborado pela equipe gestora da escola em 2015, a escola, em 1994, continha 17 salas de aula atendendo o ensino fundamental do ciclo I (1º a 4ª série) e ciclo II (5ª a 8ª séries). Em 1996 o ciclo I foi transferido para o município de Santos, atendendo a reestruturação da rede de ensino do Estado de São Paulo de 1995.

Ainda no Plano de Gestão consta que em 1993 a escola apresentava a seguinte estrutura:

Sala da Direção e Vice Direção
Sala dos Professores de Coordenação
Secretaria
Sala dos Professores
Sala de Leitura
Sala de Vídeo
Quadra de Esportes Coberta
Pátio Coberto
Cozinha
Ambiente próprio para distribuição de
Merenda
Sala do Grêmio/Escola da Família
Cantina
02 (dois) banheiros administrativos
02 (dois) banheiros de professores
04 (quatro) banheiros de alunos
19 (dezenove) salas de aulas
Zeladoria
Estacionamento

Em 2013 a Diretoria de Ensino de Santos transferiu-se para a escola, ocupando boa parte dos espaços destinados às atividades escolares.

Cabe ressaltar aqui que nesse momento já lecionava em escolas da DRE-Santos e, frequentemente, me encontrava com professores que também trabalhavam no Cleóbulo. Muitos deles reclamavam da situação, pois com a redução do número de salas de aulas obrigou-os a trabalharem em mais de uma escola para completar sua jornada.

A comunidade escolar denunciou que a decisão da transferência da DRE-Santos para a escola não foi discutida com ela, nem mesmo previamente avisada o dia da mudança.

Essa transferência gerou grande impacto no cotidiano escolar e nas atividades pedagógicas da escola. Isso porque

para abrigar todos os funcionários e mobiliário da DRE-Santos, foram destruídos o laboratório de ciências, a biblioteca, o anfiteatro e 10 salas de aulas. Além disso, houve o fechamento do período noturno, que ofertava a modalidade de ensino de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Alunos, pais, APEOESP e demais membros da comunidade escolar denunciaram na imprensa local essa situação. A deputada estadual Telma de Souza do Partido dos Trabalhadores (PT) protocolou em 22 de maio de 2013 um requerimento de informação dirigido ao Secretário de Educação Herman Voorwald, questionando o encerramento das atividades da escola.

Ainda, conforme a imprensa local, em especial no portal G1²⁸, a SEE/SP, através do Dirigente de Ensino e de seus subsecretários, negou a existência de tal realidade. Nas entrevistas, Dirigente de Ensino e o subsecretário alegaram que a mudança da DRE-Santos não afetaria a rotina da escola e como que a Diretoria estava ocupando espaços ociosos da escola.

Frente essa decisão, no dia 19 de novembro de 2015 estudantes e representantes de movimentos sociais e estudantis ocuparam a escola Cleóbulo Amazonas Duarte, e no dia 23 de novembro de 2015 foi a vez de a Escola Estadual Azevedo Junior ser ocupada. Tema que será desenvolvido no item a seguir que buscará evidenciar que essas mobilizações chamaram a atenção do Governo do Estado de São Paulo. E com isso, em 2016, o foco do governo, entre outros, será o grêmio estudantil procurando desenvolver políticas de aproximação dos alunos gremistas.

Já no terceiro capítulo, apresentarei a concepção de grêmio estudantil para o governo do Estado de São Paulo e as propostas de trabalho da Secretaria de Educação para os

²⁸<http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2013/06/subsecretaria-de-educacao-esclarece-mudancas-na-escola-cleobulo.html>

gremios na rede. Também será apresentada a perspectiva de grêmio no movimento estudantil através de revisão de literatura e análise das conversas de um grupo de WhatsApp de alunos gremistas e professores interlocutores do grêmio estudantil da Diretoria Regional de Santos. A intencionalidade deste capítulo será mostrar as políticas desenvolvidas pelo Estado de São Paulo para o grêmio estudantil não desarticulam o movimento dos estudantes secundaristas.

2.4 Movimento estudantil secundarista e as ocupações das escolas estaduais paulistas.

Este texto tem o propósito de apresentar brevemente o movimento das ocupações das escolas da rede estadual paulista, ocorridas em 2015, em resposta a decisão da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo em reorganizar a rede de ensino paulista. Registra-se que as ocupações ocorridas, primeiramente nas escolas da rede pública paulista, e depois em demais estados e instituídos federais do Brasil tem sua origem nos movimentos e manifestações sociais e estudantis ocorridas nos anos de 2000 a 2010 em diversas regiões do mundo e no Brasil. Destaca-se o movimento pela educação ocorridas no Chile, como a Revolta dos Pinguins em 2000, e na Argentina serviram de como modelo e inspiração para os secundaristas brasileiros. (GHON, 2017)

Exemplo disso é a cartilha “Como ocupar um colégio?”²⁹ manual escrito por secundaristas argentinos em 2012 a qual foi traduzida e colocada em circulação no Brasil em 2013 pelo Coletivo o Mal Educado.

²⁹ Disponível em: <<https://gremiolivre.files.wordpress.com/2015/10/como-ocupar-um-colc3a9gio.pdf>> Acesso em 12/08/2019.

O coletivo foi formado a partir de encontro entre alunos de grêmios de escolas técnicas e privadas. O Mal Educado, em geral, é composto por estudantes autonomistas oriundos do Movimento Passe Livres³⁰ (MPL).

O interesse desse tema para esta pesquisa ocorreu a partir da observação e de conversas de com gremistas após 2015. Nessas conversas alguns alunos defenderam a organização de um grêmio estudantil horizontal, autônomo e, se possível, sem estatuto.

Outra razão também se sucede a partir do entendimento que as pressões desses estudantes e suas ações no ano de 2015, fez com que o Governo do Estado de São Paulo retomasse a iniciativa de organizar e implantar os grêmios nas escolas da rede.

Importante para este trabalho é mostrar também as lutas dos estudantes e das organizações estudantis, embora a forma de organização e mobilização se diferencia um pouco de outras ações estudantis em outros tempos, sempre estiveram presentes na história da educação brasileira entre outras pautas dos movimentos sociais. (GOHN, 2017).

Neste texto também apresento narrativas de dois antigos estudantes que ocuparam duas escolas estaduais santistas. A escolha desses ex-alunos se deve ao fato que, de todos os alunos abordados, foram os únicos que aceitaram o convite para participar desta pesquisa. Além desses alunos, conversei com estudantes militantes de entidades estudantis e ex-alunos gremistas das escolas investigadas.

A princípio tinha a intencionalidade de conversar um número maior de estudantes, mas devido à quarentena implantada que exigiu o afastamento e o isolamento social

³⁰ O Movimento Passe Livre (MPL) é constituído por um grupo de pessoas e coletivos que se junta para formarem movimento social em prol ao transporte gratuito dos estudantes entre outras pautas sobre o transporte. Em sua página oficial, ele se define como um movimento social independente e horizontal. Disponível em: <<https://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/>> Acesso em 13/08/2019.

para diminuir a contaminação por Covid-19, isso não ocorreu.

Apesar das dificuldades encontradas, consegui conversar com estudantes e com ex-estudantes, que, mesmo não sendo a quantidade desejada, mostrou grande relevância para esta pesquisa.

O motivo da recusa de alguns alunos, principalmente os que participaram das ocupações, se deu por duas razões. A primeira foi o medo, já que alguns alunos, que foram apontados pela DRE-Santos e pela imprensa local como líderes do movimento em Santos foram processados pela DRE-Santos por invasão e vandalismo.

O processo não seguiu adiante, os seus familiares resolveram que eles devem ficar longe de qualquer movimento político e social. Segundo a narrativa da antiga aluna e gremista do CAD, seu pai a proibiu de fazer parte de outra manifestação ou ato estudantil e a orientou a se afastar de entidades estudantis e partidos políticos, pois como Advogado sua participação em movimentos poderia prejudicar seu trabalho como Advogado. O pai alegou que o envolvimento com entidades e partidos políticos, especialmente com os partidos de esquerda talvez acarretem prejuízos para ele e para ela profissionalmente.

A outra razão da recusa e da resistência em conversar comigo foi o fato desses alunos associarem o meu trabalho com sindicalismo ou movimento de esquerda. Esses alunos pertencem a coletivos autonomistas e alguns dele me conhecem e sabem que sou associada e militante no Sindicato dos Professores. Alegaram também que há muitas publicações esquerdistas em minha página do Facebook e por tudo isso, eles tinham medo de que eu poderia distorcer suas falas, uma vez que, conforme me disseram, a imprensa local fez muito isso durante e após o movimento das ocupações escolares.

Essa preocupação também foi apontada pelos estudantes que aceitaram o meu convite, pois a estudante deixou bem claro a sua preocupação, determinando que eu narrasse exatamente àquilo que estava me dizendo. Para ganhar sua confiança, comprometi-me a entregar uma cópia deste trabalho quando finalizado e aprovado.

Sendo assim apresentarei brevemente os movimentos das ocupações nas escolas estaduais paulistas ocorridas em 2015, além de apresentar autores que discutiram com mais profundidade esse tema. Logo em seguida mostrarei as ocupações de duas escolas do município de Santos - EE Cleóbulo Amazonas Duarte e EE Azevedo Júnior através das narrativas de alunos que participaram das ocupações.

As ocupações das escolas pelos estudantes do ensino médio e do ensino fundamental II da rede de ensino público do Estado de São Paulo ocorreram em 2015 em resposta ao plano de Reorganização Escolar da rede mencionado já neste trabalho. Entende-se que esse movimento revelou a ausência de diálogo entre a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo e os usuários e trabalhadores da rede, pois o governo demorou a recuar, mesmo diante da greve dos professores da rede e dos protestos dos secundaristas.

2.4.1. Panorama geral das ocupações das escolas da rede estadual de ensino de São Paulo.

Em “Manifestações e Protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade”, Gohn (2017) dividiu o movimento dos estudantes, a partir dos anos de 1960, em 7 ciclos. As ocupações para Gohn (2017 p. 94) encontram-se no sétimo ciclo, pois chama atenção dos movimentos de 2015/2016 foram lideradas essencialmente por secundarista na história das mobilizações pela educação no Brasil. Além disso, a autora destaca alguns aspectos das mobilizações e a estrutura organizacional do movimento como novidade na história do movimento estudantil. (GOHN, 2017 p. 95).

Sobre a forma de protestos e manifestações, os secundaristas fecharam as principais avenidas de cidades e rodovias com carteiras escolares, faixas e panfletos. Eles se sentavam nas carteiras escolares e interagiam com o público que assistiam suas performances. Também realizam atos em frente de escolas, Diretorias de Ensino e Secretaria de Educação além das passeatas nas principais avenidas das cidades.

Acrescenta-se que boa parte desse movimento houve confronto entre polícia militar de São Paulo e estudantes, e muitas escolas eram vigiadas força policial durante 24 horas. Muitos alunos, apoiadores e jornalistas foram presos e/ou agredidos por policiais militares durante os atos dos estudantes.

A participação de filiados a entidades estudantis e partidos políticos bem como os sindicatos de professores foram registrados nesse momento, embora os coletivos e grupos autonomistas não aceitassem as suas presenças nos eventos e nas ocupações.

Os autonomistas, em geral pertencem a uma organização não hierarquizada e defendem a descentralização do poder e

rejeitam as organizações e movimentos estudantis e sociais tradicionais, pois eles acreditam que por anos a esquerda centralizou os movimentos através das entidades estudantis e sindicatos. Sua organização tem como princípios a autogestão, horizontalidade e independência de entidades, sindicatos e partidos políticos e as tomadas de decisões que são feitas através de assembleias e organização de grupos de trabalhos para a execução dos atos

Esses embates foram registrados nos protestos e nas ocupações de 2015/2016 conforme relatos de Campos, Medeiros e Ribeiro (2016, p.49-58) que demonstraram nesses eventos a disputa pela liderança das manifestações entre as entidades estudantis e os grupos de estudantes autônomos.

Ainda, Campos, Medeiros e Ribeiro (2016) e de Campos (2019) apresentam as entidades, Organizações não Governamentais, partidos políticos e sindicatos nesse movimento são considerados pelos autonomistas apoiadores e pontos de apoio principalmente durante a ocupação.

Segundo relatos colhidos pelos autores citados acima revelam que muitos dos alunos presentes nas ocupações nunca participaram de movimentos estudantis ou sociais até aquele momento, e passaram a ter contato com as entidades estudantis durante as ocupações.

Ao longo do processo, houve tentativas de hegemonização das ocupações por diferentes grupos políticos, mas todos sem sucesso. As entidades estudantis (UBES, UPES E UMES), instituição cujo papel seria de representantes "oficiais" perante o governo, foram, desde início, rejeitadas pelo simples fato que eram vistas como agentes externos, pois não possuíam enraizamento nas escolas e estiveram presentes de maneira minoritária na mobilização anterior durante os atos de ruas (muitos estudantes só ficaram sabendo da sua existência naquele momento). Por isso, a entidade estudantil se fortaleceu descolada das instituições que supostamente a representavam. (CAMPOS, 2019, P.86)

Os estudantes, que conversei, afirmaram-me o mesmo, ou seja, que nunca participaram ou tiveram interesse em participar de algum movimento estudantil. Assim como não tinha ideia sobre o que era e a legislação e a funcionabilidade do grêmio estudantil.

Acredita-se que as práticas e a centralização da organização estudantil pela Secretária de Educação fizeram com muitos estudantes não tivessem acesso a história do movimento estudantil. Da mesma forma, a ausência de entidades próprias no cotidiano escolar reforce esse tipo de identidade estudantil desapegado de qualquer instituição.

A escolha da SEE/SP em estabelecer pareceria com instituições privadas e Organizações Não Governamentais, desenvolvendo que essas instituições julguem serem pautas para a juventude talvez aprofunde ainda mais essa distância, já que elas atribuem outros significados as lutas e as pautas estudantis.

Em relação a participação do coletivo "O Mal Educado" nos protestos e nas ações dos estudantes secundaristas em 215/2016, ele traduziu e divulgou a cartilha argentina Como Ocupar um Colégio³¹ utilizada por muitos alunos durante as ocupações. O coletivo ganhou a frente nesse movimento articulando os diversos coletivos e grupos autonomistas através das redes sociais.

No site do O Mal Educado, o coletivo expressa claramente seu posicionamento em relação às entidades representantes estudantis secundaristas no manifesto do dia 08 de outubro de 2015. Nesse manifesto eles orientam as ações dos estudantes "derrotar a reorganização que o governo quer impor." (O MAL EDUCADO, 2015). São quatro ações que os estudantes deveriam seguir segundo o

³¹ Tradução livre do coletivo

manifesto, cujo item 2 expressa as razões para desacreditar nas entidades.

1. Coordenar as ações dos estudantes

É preciso evitar a dispersão da luta. De que adianta vários abaixo-assinados e protestos separados entre as várias escolas? Essa luta não é só de uma ou outra escola, mas de todas. Por isso devemos fazer assembleias ou reuniões regionais e realizar ações coordenadas entre todas as escolas: fazer uma só manifestação (ou várias manifestações no mesmo dia), um mesmo abaixo-assinado, levantar as mesmas reivindicações. Isso potencializa o impacto do nosso movimento e faz com que sejamos um só perante o Estado.

2. Não confiar nas entidades estudantis

As entidades que deveriam representar os estudantes (UMES, UPES, UBES, UNE) há anos que não lutam mais para nos defender. Todas elas estão aparelhadas pelos partidos da base do governo e só estão preocupadas em ganhar dinheiro com a venda das suas carteirinhas estudantis; para defender seus interesses, não vão perder tempo em nos trair na primeira oportunidade. No começo do ano, por exemplo, elas se reuniram com a prefeitura para negociar a substituição de todos os Bilhetes de Estudante pelas carteirinhas deles, em troca eles deixaram de apoiar as manifestações contra o aumento das passagens. Para que não sejamos enganados de novo, devemos organizar o nosso movimento com independência, chamando nossos próprios atos, escolhendo nossos próprios representantes e não permitindo que eles nos representem.

3. Ocupar as escolas

Várias escolas estão ameaçadas de serem fechadas ou entregues à Prefeitura. Um jeito de impedir que isso aconteça seria ocupar as escolas, ou seja, que os estudantes se organizem para acampar nas escolas dia e noite, e assim impedir que qualquer documento ou material (mesas, cadeiras) sejam retirados do prédio. Essa tática de luta é muito usada em países vizinhos, como Chile e Argentina, onde os estudantes passam semanas ou até meses acampados dentro das escolas como forma de protesto. No Brasil isso chegou a acontecer em 2012, no Mato Grosso do Sul, onde os alunos de uma escola que estava para ser municipalizada tomaram o prédio e garantiram que o colégio continuasse a ser administrado pelo Estado. Pode parecer muito complicado, mas basta que em cada escola os estudantes se organizem! E se já mostramos que somos capazes de sacudir todo o Estado de São Paulo em só uma semana de mobilizações, quer dizer que organizados poderemos fazer muito mais! *

4. Só os estudantes podem derrotar o governo

Precisamos que todos participem dessa luta. Pais, professores, funcionários e todos os trabalhadores devem apoiar os estudantes. Mas só os estudantes tem força para derrotar o governo. Isso não quer

dizer que possamos vencer sozinhos, mas que somos a força decisiva nessa batalha. Por isso não podemos fazer só o que o sindicato dos professores planejou, precisamos ir, além disso, e tomar as rédeas da luta, organizando ações mais radicais e criativas. Só com ousadia e união dos estudantes de todas as escolas conseguiremos fazer o governo tremer e recuar!

O item 4, também chama atenção sobre a importância de desvincular a luta dos estudantes dos professores sindicalizados, dando a entender que a reorganização escolar era somente pauta estudantil.

Considera-se importante destacar que os professores seriam muito afetados com a reorganização escolar como já mostrado neste trabalho.

Os professores da rede de ensino pública paulista permaneceram em greve 92 dias, sendo considerada pela APEOESP a mais longa da história do professorado paulista.

O corpo docente decidiu pela greve, uma vez que suas reivindicações, através dos Sindicatos, não foram atendidas pelo Governo do Estado de São Paulo. A valorização da categoria e a defasagem salarial bem como as condições exaustivas e precárias do trabalho nas escolas estavam na pauta desse pleito.

Cabe lembrar que na história do movimento estudantil secundarista, no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, tiveram importante participação e solidariedade às greves do professorado paulista. A luta pela gratuidade do passe escolar em Salvador, Rio de Janeiro e Goiânia são manifestações importantes dos secundaristas assim como as passeatas que denunciavam a falta de estrutura e de professores nas escolas públicas. (GHANEM, 1989). Também inúmeras manifestações e atos dos secundaristas, denunciando o autoritarismo de alguns diretores de escolas, pois esses não permitiam a realização de atos individuais e coletivos

no interior da escola cumprindo o regimento comum das escolas estaduais³².

Ademais se registra a presença dos secundaristas na campanha "Diretas Já" (1984) a partir do levantamento bibliográfico realizado junto aos arquivos digitais publicações impressas da UBES e UMES. Em "UBES Uma Rebeldia Consequente: A História do Movimento Estudantil Secundarista no Brasil", Cintra e Marques (2009) relatam representantes da UBES abriram o comício das "Diretas Já" na Candelária, no Rio de Janeiro que reuniu 1 milhão de pessoas. Em Cintra e marque também relatam que os secundaristas faltaram nas aulas e foram em massa à Praça da Sé.

Junta-se a isso, a participação dos secundaristas na campanha "Fora Collor", em 1992, que foram em massa as ruas protestar e exigir o impeachment do Presidente Fernando Collor de Melo. Os estudantes pitaram seus rostos com tintas com cores de verde e de amarelo os quais passaram a ser chamados de "Os Caras-Pitadas". Eram estudantes liderados pela UNE e pela UBES que tomaram as ruas e faziam "arrastões" nas escolas convocando estudantes para participar das passeatas.

Para Cintra e Marque (2009) a adesão dos estudantes no "Fora Collor" colocou a UBES em visibilidade que permitiu a conquista da união nacional dos estudantes secundaristas.

Em relação ao movimento das ocupações, os protestos e passeatas realizadas pelos secundaristas não sensibilizaram a SEE/SP no recuo de seu projeto de reorganização escolar. Ao verem que o Governo seguia com a reorganização, os estudantes, então, resolveram pela ocupação como forma de resistência e tentativa de diálogo com o Governo.

³² Decreto nº 11.625 de 23 de maio de 1978. Lei que aprovava o regimento comum das escolas públicas do Estado de São Paulo. Disponível em:<
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1978/decreto-11625-23.05.1978.html>> Acesso em 29/12/2020.

Como já mencionado, a intenção não é de aprofundar na temática, mas sim apresentar, brevemente, como aconteceu nas escolas estaduais da cidade de Santos.

Este texto também se preocupa em apresentar como aconteceu e como os alunos se envolverão nas ocupações através das narrativas colhidas. Além disso, o propósito é identificar o papel do grêmio estudantil antes, durante e após as ocupações e com isso entender as políticas estaduais para essa entidade e a sua importância no movimento estudantil secundarista.

Para isso, buscou-se entrevistar estudantes que participaram direta e indiretamente das ocupações escolares em 2015. Essa procura ocorreu através das redes sociais como Facebook e Instagram após identificá-los em reportagens publicadas e divulgadas no momento da ocupação. Após a identificação nas redes sociais, deixava mensagens no Messenger do Facebook, por exemplo, cujo conteúdo era uma breve apresentação da minha pessoa e da pesquisa bem como o motivo do contato.

"Olá, sou a Professora Márcia Regina, mestranda no curso de Pós-Graduação de História da Educação da PUC-SP. O meu trabalho é sobre grêmio estudantil. Você topa ceder um tempinho para conversar comigo sobre o tema? Agradeço a atenção." (MARCIA REGINA, 2020).

O retorno não acontecia imediatamente, mas aos poucos eles respondiam e nos reuníamos virtualmente através do Google Meet, ferramenta de serviço de comunicação da empresa Google.

A princípio tinha elaborado um roteiro para realizar as entrevistas e manter o foco do tema, mas esse se perdeu devido à dinâmica da conversa. As entrevistas acabaram se tornando uma conversa mais informal que permitiu que os estudantes narrassem muito mais do que se pretendia inicialmente. Com isso pude colher informações mais

detalhadas, aumentado a compreensão sobre o movimento estudantil de Santos no momento das ocupações e o significado do grêmio estudantil para esses estudantes.

Diante do exposto, os relatos a seguir são frutos das conversas realizadas com dois alunos da escola Professor Cleóbulo Amazonas Duarte (CAD) e um aluno da escola Azevedo Júnior (AJ) que são classificados da seguinte forma:

- Alunos da Escola Estadual Cleóbulo Amazonas Duarte: 1CAD E 2CAD.
- Alunos da Escola Estadual Azevedo Júnior: 1AJ

Vale ressaltar que, embora esteja classificando-os como alunos da rede estadual de ensino paulista, este não pertencem mais à rede.

2.4.2 Movimento dos secundaristas e as ocupações das escolas estaduais na cidade de Santos

Duas escolas foram ocupadas em 2015 pelos secundaristas, conforme já anunciado neste trabalho, que são a Escola Estadual Cleóbulo Amazonas Duarte (CDA) e a Escola Estadual Azevedo Júnior (AJ). Tal situação repercutiu em toda região da Baixada Santista, gerando movimento de apoio e de reprensão aos estudantes.

Os meios de comunicação local e regional também dividiram as formas de apresentar o movimento das ocupações, pois se observou que a mídia de maior poder de comunicação de início cedeu espaço somente para o governo do Estado, acolhendo denúncias e depoimentos dos servidores da Diretoria Regional de Ensino de Santos (DRE-Santos). Já jornais locais e canais de web procurou apoiar e relatar o

cotidiano dos alunos nas escolas ocupadas, dando voz aos estudantes.

A escola Cleóbulo Amazonas Duarte não apareceu inicialmente na lista das 94 escolas que teriam suas atividades encerradas em 2016, mas alunos e professores desde 2013 já denunciavam o fechamento de salas e com isso o possível encerramento das atividades pedagógicas da escola.

Já na escola Azevedo Jr., a proposta era de encerrar a oferta do ensino médio diurno e noturno, ofertando somente o ciclo único das séries finais do ensino fundamental (6º ano ao 9º ano) na modalidade do Programa de Ensino Integral.

Na manhã do dia 19 de novembro de 2015, um grupo de alunos ocupou a escola Cleóbulo Amazonas Duarte. Em outras unidades escolares da rede estadual paulista também ocorreu o mesmo.

De acordo com o portal G1³³ um grupo de 30 estudantes acompanhados por estudantes do movimento estudantil da capital paulista, cujos nomes do movimento e filiações não foram divulgados, "invadiram"³⁴ a escola aproveitando-se do momento da abertura dos portões para a entrada dos alunos e funcionários. Ainda, conforme a publicação do G1 do dia 19 de novembro de 2015, esse grupo de São Paulo deixou a unidade escolar por volta das 11 horas e 30 minutos da manhã do mesmo dia, permanecendo nas escolas somente estudantes da escola.

Diante dos acontecimentos, a Direção da escola decidiu suspender as aulas e a Diretoria de Regional de Ensino de

³³Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2015/11/grupo-contrareorganizacao-escolar-invade-escola-estadual-de-santos.html>> Acesso em 15/12/2019.

³⁴ O jornal optou por usar inicialmente o termo invadir à ocupação.

Santos, que funciona no mesmo prédio, também encerrou o seu expediente.

A ocupação e controle da escola aconteceram de maneira semelhante a outras ocupações, mas, assim como em cada uma das escolas, com características próprias de acordo com o perfil da comunidade daquela unidade escola.

A entrevistada 1CDA, quando questionei como aconteceu, forçou a memória para se lembrar dos fatos e disse:

Aí quando saiu que as escolas iam fechar eu não lembro se foi no mesmo momento que começou a ocupação de São Paulo e tal e aí saiu no jornal que uma das escolas da Baixada Santista ia fechar 90%, o Cleóbulo, o Azevedo e o Renê Rodrigues do Guarujá. Aí foi mais uma reação mesmo. Não me lembro onde foi que eu vi, se foi nas matérias na televisão e tal e a galera de São Paulo ocupando, eu tive uma reação. Daí comecei a passar de sala em sala pra falar para o pessoal começar a se movimentar que a nossa escola ia fechar que não era certo e tal assim. Aí que surgiu a ideia, a ideia foi minha mesmo de toda sexta-feira a gente fazer um ato na frente da escola, na saída do período da manhã e na entrada do período da tarde, incentivando a galera a participar do ato, ficar na porta da escola não ir embora e tal. E depois ia para escola a tarde falava com a galera da tarde falava para eles irem um pouco mais cedo para conversar e participar do movimento.” (1CAD, 2021)

Admite-se que a sensibilização prévia entre os alunos e a comunidade favoreceu a ocupação da escola bem como garantiu a permanência dos alunos durante todo o movimento. A convocação para os atos na porta da escola colocou em evidência as reivindicações dos secundaristas e despertou nos estudantes da região a vontade de atuar no movimento e compartilhar suas experiências.

Cabe retomar que, na cidade de Santos, a única escola que aparece inicialmente na lista das escolas que teriam suas atividades encerradas em 2016 era a Escola Estadual Braz Cubas. Questionei aos entrevistados sobre a

participação dos alunos do Braz Cubas nesse movimento e o porquê de eles não terem participado. A entrevistada 1CAD comentou que chegaram ir à escola na tentativa de construir um diálogo como os alunos de lá, mas não obtiveram sucesso. Segundo 1CAD, muitos alunos os ignoraram.

Nesse momento, como já mencionado, um professor do Braz Cubas, apoiado pela comunidade, ganhou uma ação contra o Governo do Estado de São Paulo que garantiu a permanência da escola. Talvez essa situação transmitisse à comunidade, especialmente aos estudantes, certa segurança que não fechariam a escola. Não foi possível abordar ex-alunos daquela unidade escolar para esclarecer tal premissa, mas o que se sabe é que relação daquela comunidade com a SEE/SP, principalmente com a DRE-Santos era muito conflituosa.

Soma-se a isso o fato de que, durante alguns anos, a escola foi perdendo alunos, fechando salas devido à ausência de matrículas e com isso reduzindo o quadro de funcionários. Além disso, muitos professores pediram remoção da unidade escolar quando as notícias sobre o fechamento da unidade começaram a circular na rede, deixando muitas aulas livres sem substituição.

Em relação ao Cleóbulo o que se observou nas redes sócias³⁵ e na mídia foi um movimento de identificação e sensibilização aos alunos daquele colégio. Os entrevistados afirmaram que logo na segunda sexta-feira de ato na porta da escola, já contavam com o apoio do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), do Coletivo Domínio Público e alunos das entidades União da Juventude Socialista (UJS) e União

³⁵ Os alunos entrevistados citaram o trabalho da WEB TV GLS Santos que divulgou o cotidiano nas escolas ocupadas e, principalmente, respeitou as suas falas, não descontextualizando como fez outros meios de comunicação. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=a0T9bdN4I_s > Acesso em 22/12/2019.

Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) de acordo com o relato da 1CAD:

E aí o movimento foi ficando grande foi ganhando força e foi ganhando mídia também, né? Aí aparecia acredito não sei o que e tal. (1CAD, 2021).

Perguntei aos estudantes se partes do noticiário da região divulgaram que os alunos do Cleóbulo foram auxiliados por um grupo de estudantes da capital. A entrevistada 1CDA afirmou:

Não foi um pessoal de São Paulo, mas uma galera, alguns estudantes, algumas entidades, pessoal do movimento teatral, professores.

Já o entrevistado 2CAD narrou-me que, num primeiro momento, ele não tinha ideia do que estava acontecendo e não tinha se familiarizado com o tema.

Tava lá com a galera, via o movimento, mas mais observava mesmo. Não sabia da reorganização, ainda não tinha visto jornais, nada disso. (2CDA, 2021)

A decisão da ocupação, segundo 1CDA, ocorreu após uma reunião no Centro dos Estudantes de Santos (CES)³⁶, com a presença de apoiadores um grupo de estudantes da capital e estudantes das escolas ocupadas.

Interessante que a preocupação da entrevistada 1CAD é de preservar sua fala e solicitou por diversas vezes para eu tomar cuidado como eu iria relatar no trabalho. Essa preocupação ocorre porque, durante o movimento, segundo os entrevistados, houve muitas distorções de suas falas nos jornais da região.

³⁶ O CES é uma entidade fundada em 1932 que abriga entidades e estudantes secundaristas e universitários da Baixada Santista. A sede é utilizada para reuniões de entidades, movimento social e cultural, além de festas e festivais.

A preocupação dos estudantes é deixar claro que a iniciativa e a decisão pela ocupação partiram do grupo dos estudantes sem influência, direta e indireta, de entidades e partidos políticos. Esses eram somente apoiadores sem voz ativa no movimento.

Aí, tu toma cuidado com que vai colocar aí, porque dependendo da forma que tu colocar pode dar a entender que nós fomos manipulados a fazer isso. (1CDA, 2021)

O entrevistado 2CAD não participou dessa reunião e até sua efetiva participação no movimento estudantil não sabia da existência de entidades representativas de estudantes secundaristas.

Então o grupo decidiu ocupar a escola CAD, após a reunião e marcaram a concentração às 5 horas da manhã. Eles aguardaram os portões abrirem para a aula do matutino e “a galera foi entrando, entrando e ocupamos.” (1CAD, 2021).

A bibliografia e as entrevistas mostraram que, em geral, o primeiro momento da ocupação foi dedicado aos esclarecimentos aos alunos sobre as razões da ocupação, assim como a realização de assembleia e definição de grupos de trabalhos para a realização das tarefas na escola durante a ocupação.

O entrevistado 2CAD também relatou que estava presente no dia, entrou na escola com o grupo e ficou por lá, tentando entender toda a situação.

Tava lá na escola tinha um pessoal com... esqueci o nome, falando lá, explicando o que estava acontecendo. Daí eu comecei a me interessar e fui ficando fui participando, fazendo as coisas lá. (2CAD, 2021)

Como o foco deste trabalho não é o cotidiano das ocupações e sim o grêmio estudantil, então as entrevistas

foram direcionadas para esse tema. Também aproveitei a oportunidade para questionar o porquê da não abertura de espaço para as entidades representativas dos estudantes secundaristas e como se deu a relação entre os estudantes da ocupação e os estudantes militantes.

Todos os entrevistados não sabiam como funcionava um grêmio estudantil e nunca tiveram interesse de participar em nenhuma entidade representativa estudantil.

A entrevistada 1CAD relatou que antes da ocupação não tinha interesse pelo grêmio estudantil e que muitas vezes zombava dos gremistas quando eles passavam nas salas de aulas. A entrevistada alegou que a razão do seu comportamento era que o colegiado não passava credibilidade, pois apresentavam propostas que não podiam cumprir como, por exemplo, "vai suco de uva no bebedouro, ou vamo para o Hopi Hari, e aí o que acontecia? Não acontecia, né." (1CDA, 2021)

Após a sua participação na ocupação, acabou tornando-se gremista, envolvendo-se em diversas ações e projetos na escola, independentemente de se esses eram da pasta da DRE-Santos e da SEE/SP.

Depois da ocupação, eu entrei pro grêmio com uma galera que participou da ocupação, uma parte dessa galera foi se politizando de outras formas, entrando em entidades, tanto que entrou uma menina da UBES, que não participou da ocupação e teve muito interesse no grêmio. Ela entrou com tudo. (1CDA, 2021)

A menina que a entrevistada se referiu é uma estudante de grande importância para o movimento estudantil secundarista da Baixada Santista, que também foi entrevistada como apresentarei a seguir.

As ações destacadas pela entrevistada como gremista, sobre as quais ela demonstrou-me muito orgulho de ter

realizado, foram a Semana da Consciência Negra e a Semana do Folclore. Ambos os temas foram pré-estabelecidos pela DRE-Santos, mas o grêmio oportunizou uma atividade diferenciada e proveitosa para os alunos da unidade escolar, cumprindo com o projeto solicitado.

Com essa galera massa, as coisas foram acontecendo no grêmio estudantil, levamos os indígenas da tribo Paranapuã.³⁷ Na semana da Consciência Negra, a gente conseguiu levar o Fábio do movimento negro da UNIFESP, enfim eles palestraram lá. (1CDA, 2021)

Quando questionada sobre a postura da direção escolar, ela afirmou que a essa não se opunha de forma direta; segundo a entrevistada ela até ajudou-a junto ao corpo docentes para não sofrer repressão.

Em relação aos projetos que o grêmio queria realizar de maneira diferenciada da proposta original da Secretaria de Educação, os gremistas iam atrás de documentos e apoiadores para o projeto.

O trabalho burocrático realizado pelos gremistas também foi tema abordado nas entrevistas, pois a intenção era saber se eles conseguiam realizar todos os projetos encaminhados, cumprir os prazos, e o que eles pensavam e pensam sobre essa situação. A entrevistada 1CAD disse o seguinte:

O que acontece, ela foi falando que tinha que fazer uma documentação e aí são as portas abertas que ela me deixava lá, que talvez a outra diretora, que talvez tivesse lá, não deixaria. E aí eu podia usar o computador da escola. Então eu passava a tarde inteira lá, eu saía da escola de manhã e passa a tarde dentro da escola, usando o computador. E aí eu pesquisava documento, pesquisei...é... exemplos, né?, de documentos. E aí ela veio me falar que a Diretoria de Ensino falou que... e tinha uma coisa que cada bimestre tinha um tema e na época que eu estava fazendo ela falou que tinha que ser algo relacionado a folclore. Só que todo documento que

³⁷ Grupo indígena localizada na cidade de São Vicente, litoral sul paulista.

eu tava fazendo foi tipo que difícil, né?, colocar a proposta e algo relacionado ao folclore. Só que eu tava fazendo era achar os indígenas e aí bateu nisso. E aí o Professor³⁸ também tava nessa. Acho que mais posso falar que ajudou bastante nesse momento específico foi o Professor. É aí, e agora e tal o que vamo fazer, vamo lá na aldeia, beleza. Fomos lá na aldeia. Eu já ia na aldeia algumas vezes. E aí a gente foi lá na aldeia, falou pra eles que talvez tenha algumas coisas sobre o folclore, e a gente não quer ligar vocês a essa data de forma alguma. Enfim, eles também sabiam o que estava acontecendo, né? Toda a repressão que tava acontecendo por causa da ocupação e tal. Eles tinham conhecimento tal. E aí eles, não tranquilo tal. E aí ela falou que não podia disponibilizar nada porque eles não tinham verba, a Diretoria de Ensino não tinha verba pra conseguir, pra conseguir fazer o que fosse. Não só para os indígenas, mas pra o que fosse. E aí eu falei não tudo bem, vou tentar fazer sozinha. E aí o Professor me levou até o CRAS³⁹, eu fiz um documento pro CRAS em meu nome, não foi em nome da escola, em meu nome, pra eles disponibilizarem um ônibus para levar os indígenas até lá. E foi outra coisa que deu certo, eles disponibilizaram o ônibus. E aí falei pra Professora Interlocutora lá, tu se lascou meu, eu tenho tudo, não tem como você falar que não vai rolar. Quer que corro atrás de alimentação, eu corro atrás de alimentação, só que vocês podem fornecer pra eles a alimentação que é servida aí na hora do normal. E aí, quando eu mostrei a documentação de tudo e ela viu que o CRAS ia disponibilizar o transporte, e aí ela falou, não, tá bom a gente dá a alimentação pra eles dá a refeição. E aí eu não precisei correr atrás de alimentação e no dia foram uns 40 indígenas na escola. (1CAD, 2021)

O entrevistado 2CAD, relatou que não teve interesse pelo grêmio estudantil, mas passou a frequentar o Centro dos Estudantes de Santos e Baixada Santista (CES), porque durante a ocupação do CDA, conheceu o movimento estudantil, e sentiu afinidade com os estudantes militantes.

Não participei do grêmio, em nenhuma escola em que eu estudei, mas me filiei a UJS-Santos ainda durante a ocupação, e sempre tratei dos assuntos de comunicação, divulgação no Instagram da UJS e das

³⁸ O professor citado pela aluna era docente da unidade escolar no cargo de professor de Filosofia e esteve presente junto aos alunos durante a ocupação.

³⁹ Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) órgão público responsável pelo serviço de socioassistências.

ações nossas, mesmo na baixada. A gente sempre ajuda o pessoal que quer montar grêmio, vai nas escolas orientar, já fomos autorizados em uma escola de São Vicente de montar o grêmio e acompanhar tudo lá. Muita gente boa naquela diretora, sempre nos chama pra falar com os alunos. (2CDA, 2021)

No dia 4 de janeiro de 2016, os estudantes deixaram escola CAD após 46 dias de ocupação, mediante muitas críticas e acusações. Os alunos foram acusados de roubo de tablets que estavam na sala da direção da escola. Além disso, os alunos foram acusados de vandalismo e depredação escolar.

Questionei a todos os estudantes que conversei sobre essa realidade, e eles confirmaram que os tablets realmente foram roubados, mas não pelos alunos da ocupação. Alegaram que tal ação foi cometida por pessoas de fora do movimento. Os estudantes 1CAD e 2CAD não atribuíram nomes e nem indicações de quem seriam os responsáveis, contudo suggestionaram que os roubos tiveram a intencionalidade de manchar o movimento, descaracterizando a organização da ocupação da escola.

A estudante 1CAD apontou que foi a última, como outro aluno, a sair do colégio, pois resolveu entregar a escola limpa e organizada, situação que não foi relatada pelos funcionários que receberam as chaves de suas mãos e nem pela imprensa local⁴⁰.

O próximo aluno entrevistado estudou na segunda escola ocupada em Santos, EE Azevedo Júnior (AJ), ocupada no dia 23 de novembro de 2015.

Muitos alunos do AJ frequentavam o CAD e se inteiraram do que estava acontecendo nas escolas ocupadas e das razões que levaram os estudantes realizarem tal movimento.

⁴⁰ Disponível em <<https://www.diariodolitoral.com.br/cotidiano/apos-vandalismo-e-furtos-cleobulo-amazonas-duarte-e-desocupado/77945/>> Acesso em: 19/01/2020

O aluno AJ1 declarou que acompanhou a ocupação do CDA desde o primeiro dia o que lhe permitiu ter ferramentas para mobilizar os alunos do Azevedo Júnior. O aluno relatou também que alguns professores auxiliaram na conscientização sobre as consequências do fechamento do ensino médio na escola.

Os próprios alunos da escola que se mobilizaram. Foram, assim, né?, tipo tinha alguns poucos professores e esses poucos fizeram muita diferença que comunicaram a gente, meio que na surdina, e falou "e aí galera, tá acontecendo isso vocês vão aqui perder a escolar de vocês e tal, e que vão fechar a escola". Enfim teve alguns professores que atentaram a gente e nessa começou o burburinho da escola em si, é... Mas no Azevedo aconteceu muito depois da ocupação do Cléobulo, né, porque no dia da ocupação do Cleóbulo eu fiquei sabendo no dia, e aí, né?, mandaram mensagem do que tava acontecendo, e eu fui, e aí eu estudava no Azevedo, e a aluna CDA1 sempre estudou no Cleóbulo. Daí tava eu tava P. que também era do Azevedo Júnior. Enfim algumas pessoas depois dessa uma semana de ocupação do Cleóbulo a gente foi para o Azevedo, e eu ainda já estava no momento de fala e tal, e aí fizemos a ocupação em pleno dia de aula. Assim foi muito lindo, muito massa, porque foi adesão geral de todos os estudantes assim, a galera entendeu, a galera entendeu tipo ah.

Os alunos do Azevedo Júnior tiveram apoio de professores, sindicatos, da família de alunos e de alguns vizinhos da escola, representantes de alguns movimentos sociais e culturais.

Questionei sobre a participação direta dos estudantes ou movimento da capital na organização da Baixada. Ele comentou que isso não aconteceu no início do processo, mas assim que foram aumentando o número de escolas ocupadas essas relações foram se estreitando e eles circulavam entre uma escola e outra.

Outro assunto levantado foi o conflito entre militantes e os secundaristas em ocupação, se houve participação de entidades estudantis no Azevedo, ou se

esses estudantes para participar tiveram que tirar a camiseta como aconteceu no Cleóbulo.

Interessante que nesse momento, o aluno AJ1 reflete sobre essa fala, e apresenta outro ponto de vista defendido naquele período:

É teve conflito, é teve conflito porque é isso, né?. Tipo acho que era outras, não foi, mas é, acho. Na militância em geral, se é estudantil, se é movimento sem terras enfim tipo, se é o movimento do que for. É muito complexo porque eu acho que tem uma convergência muito particular pra cima das bandeiras, né? Porque há um movimento, a gente sabe que historicamente há um movimento de mobilização, e é desse lugar de levantar bandeira, está sempre surgindo partidos, tal, propondo, é por causas, com toda certeza. Mas tal levantando esse conflito, ele não é tanto assim no Azevedo Júnior porque a gente cantava que eram estudantes como a gente, sabe, sei lá. Eu por exemplo, tipo nunca participei de político, ato político. Muitas coisas que entendo hoje aprendi na ocupação. É, e muitos alunos, muitos estudantes que nem eram estudantes do Azevedo Júnior, por exemplo, não querendo acelerar isso não, falando aberto, sincero, porque foi muito massa, todo mundo que chegava somava. Inclusive tem gente que fala que chegava ficou, não era estudante, mas tava na ocupação. Enfim, isso aí foi uma coisa que a comunidade geral mesmo teve acesso a também fazer parte disso, né?, de alguma forma. Mas é isso, tinha alguns jovens, como eu, que a gente percebia que eles tinham uma outra linguagem, a galera, a gente percebia que de alguma forma eles estavam sendo instrumentalizados, é enfim, cara, eu particularmente não sentia a palavra de estudante para estudante, entendeu? Dalí pra ali. Enfim, mas por exemplo, eu reconheço que a gente decidiu que ninguém ia entrava com nenhuma bandeira ali, entrava na escola. Eu, por outro lado, acho que isso foi um pouco equivocados, é, embora que toda polarização, todas mobilizações, tudo isso que a gente entende e sempre tá aí, né?, são de coisa forças, principalmente ligadas a partidos, né?, políticos. Então, isso é muito mais forte, mais pejorativo, no sentido de receiamento mesmo e tal. É isso. Hoje, acho que aquilo não deveria acontecer porque é, cara, esse é um processo democrático e tem que realmente tá coabitar todo mundo, entendeu? (AJ1, 2021)

A seguir, falamos sobre o grêmio estudantil no AJ e sobre sua participação no colegiado. O aluno relatou que

foi muito conflituosa, porque a gestão não o aceitava como integrante do grêmio.

Segundo o aluno, as divergências entre ele e a direção da escola tinham razões diversas, não somente pela ocupação. Mesmo porque, a chapa eleita, após o movimento, era composta por alunos que participaram da organização e manutenção da ocupação escolar.

O entrevistado reconheceu que nem sempre foi um aluno de "bom comportamento" e que já tinha sido convidado a se transferir de escola, com vários registros de desentendimento com a direção escolar. Entretanto, ele queria fazer parte do grêmio mesmo que indiretamente e tentou realizar algumas ações paralelas à escola.

Na verdade, grêmio estudantil, depois das ocupações que me interessei assim entender mais, nem tinha como, né? Na verdade, eu estudei o fundamental inteiro no 28 de fevereiro, no Saboó, na verdade, nasci e me criei no Saboó, né?, e depois fui para o Bartolomeu de Gusmão, escola fora do bairro. É e aí, eu fiquei só metade do ano lá, eu fui convidado a me retirar da escola. Enfim eu tava num momento bem rebelde assim, bem, e começando a entender processos e começando a entender outras coisas da vida. Eu tinha acabado de aprontar ali, né e também eu não sabia como me colocar nesse lugar. Mas também sei que a falha não foi só minha, tem todo um sistema na escola mesmo que não tem escuta, não tem diálogo, eu acho que isso a gente acaba se fechando ali dentro, também, tipo tem umas escolas que tem mais escuta e outras tem menos. Tipo assim, tem muitos professores, inspetores que tem o contato né? Mas convidado a me retirar eu perdi o ano. Daí fui para o Azevedo e aí aconteceu a ocupação. E aí aconteceu esse trâmite aí da escola que acabou a ocupação e houve um grêmio estudantil, a gente ganhou, a gente montou uma chapa da ocupação dos estudantes, com os estudantes que participaram da ocupação mesmo. E aí após isso, a gente começou a trabalhar como a gente já estava acostumado a fazer na ocupação. Que foi o uma das brigas que a diretora não queria e aí eu fui expulso. O fato é que a direção não queria divulgar vagas, matrículas e a gente acabou de sair de uma ocupação né, aonde a escola ia fechar, né. A gente brigou para que o fechamento não acontecesse, que a reorganização não acontecesse. E ela não queria, não queria, tal dia eu e a outra aluna, a gente chegou. Eu e ela era muito maluco lá, né?, aí a gente chegou na direção e aí falou: A gente sabe

que é por lei tem que se abrir vagas para as crianças entrarem na escola, as vagas existem e pensamos numa faixa, acabamos de passar de sala em sala, e aí ela disse: "Aí mais eu não tenho verba pra poder colocar a faixa lá." Aí eu falei: se é por falta de verba a gente coloca. E aí a gente tava cansado também, né?, mano. Eu tomei ciência que era muita coisa naquele momento e tal, estávamos todo à flor da pele. E aí fizemos a faixa e ela falou que ia colocar. E no dia seguinte quando a gente chegou tava lá a faixa, no outro dia a faixa tava cortada e no outro a faixa não estava mais. E aí, eu fiquei sabendo que um dos alunos lá, que participou da ocupação, mas depois direção chegou na mãe do menino e contaminou a cabeça da mãe e do menino também e aí ele saiu da ocupação se posicionando muito a favor da direção e contra a ocupação. Enfim, os outros alunos me contou que foi esse menino que cortou a faixa, e as pessoas viram. Enfim aí depois entrei lá e falei, beleza Dona, queria saber por que que a faixa não estava mais lá, mas eu estava um pouquinho mais puto. Enfim, eu disse algumas coisas que sempre queria dizer para a diretora, cobrei a faixa já que ela existe ela tem que ser posta e ela disse que não ia por mais nada não, não nada a ver com isso. E aí eu falei para ela o que pensava sobre como ele atua como responsável pela escola, aí ela gritou mandou eu sair da escola e ela fez um boletim de ocorrência para mim e fui expulso da escola. Daí o restante da galera da ocupação cuidou lá do grêmio, eu não pude mais participar. (Aj1, 2021)

A trajetória desse estudante difere dos demais, mas percebe-se que após as ocupações a maioria desses alunos interessou-se em fazer parte do grêmio estudantil e entenderam a sua importância como entidade representativa dos estudantes dentro da escola.

A escola Azevedo Júnior foi desocupada no dia 5 de janeiro de 2016, um dia após a desocupação do Cléobulo Amazonas Duarte.

Diante desse exposto a próxima etapa é mostrar o funcionamento do grêmio estudantil estruturado pela Secretaria de Educação de São Paulo.

3. Grêmio Estudantil na rede de ensino estadual paulista.

De acordo com as discussões apresentadas nos capítulos anteriores, pode-se constatar que o movimento estudantil secundarista e as ocupações das escolas públicas pelos estudantes em 2015 geraram mudanças nas relações entre o Estado e a comunidade escolar e, em especial, com o corpo discente.

Diante dessa realidade, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP) entende que os estudantes são capazes de se organizarem sem a sua tutela ou a de outros órgãos e entidades representantes de outras categorias como o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), por exemplo. Isso forçou a SEE/SP a reorganizar as suas estruturas de comunicação e de projetos políticos-pedagógicos como também a retomada da obrigatoriedade dos grêmios estudantis nas escolas públicas da rede estadual paulista, a partir de 2016.

É importante destacar que o Estado de São Paulo reconhece a organização do grêmio estudantil, nas suas unidades escolares desde 1986, um ano após a publicação da Lei nº 7.398/85. No entanto, é necessário entender como o Estado reconhece os limites da atuação dessa entidade nas escolas da rede.

Este texto tem a pretensão de mostrar os dispositivos legais, utilizados pela SEE-SP, que orientam a formação e a organização dos grêmios estudantis, bem como entender como esses dispositivos oferecem sustentação para a secretaria elaborar os seus materiais e cursos de formação voltados para esse colegiado, além das pautas e projetos desenvolvidos pelos gremistas nas escolas.

Este capítulo também pretende apresentar o conceito protagonismo juvenil promovido na rede de ensino público paulista. O objetivo aqui não é discutir o protagonismo juvenil e sim mostrar como a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP) o considera nas suas políticas educacionais.

Para isso, foram analisadas as publicações e notícias no portal da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, os manuais sobre a implantação e a organização de grêmios estudantis da secretaria assim como os materiais produzidos pelas instituições parceiras da SEE-SP. Optou-se também pela análise dos materiais produzidos pelas instituições parceiras da SEE/SP, uma vez que essas participam da construção do currículo escolar paulista entre outros desde os anos de 1990.

3.1. Grêmio Estudantil, legislação e as políticas da rede estadual paulista.

O ressurgimento da UNE permitiu aos secundaristas a retomada das suas entidades e a luta pela construção dos grêmios livres nas escolas. Um fator que, talvez, também contribuiu para retomada das entidades estudantil secundaristas foi a separação do movimento estudantil secundarista do movimento estudantes universitários e pós-graduação que ocorreu no 31º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Salvador em 1979.

Nesse congresso, a participação dos secundaristas na UNE estava entre as pautas votadas, sendo que essa foi vetada, pois entenderam que organização secundarista deveria ser organizada pelos estudantes secundaristas (CINTRA E MARQUES, 2009). Todavia, a UNE daria apoio para a sua organização e a rearticulação dos secundaristas.

Atribuiu-se a essa decisão também a pouca participação dos secundaristas no Congresso. (MOTA, 2013).

Diante dessa decisão, os secundaristas ali presentes decidiram reconstruir a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), apresentando uma carta manifesta que apontava as dificuldades da organização dos estudantes secundaristas. Essas dificuldades, de acordo com o manifesto, ocorriam devido ao período vivenciado assim como a ausência de uma organização estudantil secundarista. O manifesto também denuncia o poder autoritário do Estado e da família sobre a juventude que os considera irresponsáveis e incapazes, necessitando de orientação assistencial integral.

Nós secundaristas, tivemos nossas entidades de base, os grêmios, destruídos em 1968, pela repressão que se abateu sobre os trabalhadores, estudantes e demais oprimidos que se colocavam contra a ditadura militar instaurada em 1964 com o golpe de 31 de março. A morte do estudante secundarista Edson Luís em 1968, a destruição da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, UBES, a prisão e o exílio dos seus membros, é o saldo desta repressão que abate sobre nós secundaristas.

Hoje o movimento secundarista é ainda embrionário, fraco, não conseguindo dar respostas imediatas aos problemas que nos atingem. Hoje nos encontramos ainda sem nossas entidades livres e representativas, substituídas pelos centros-cívicos; nos encontramos manipulados e subjugados por um sistema de ensino alienante, massificantes e autoritário; nos encontramos subjugados e reprimidos pela estrutura familiar que nos considera irresponsáveis eternamente tentam nos tutelar, tentando abafar nossa consciência crítica e nossa ação que procura contribuir com a transformação da sociedade. Portanto, o movimento secundarista ainda está generalizado, não existe o mínimo de unificação nas lutas de resistências ao autoritarismo e as péssimas condições de ensino que desapontam esparsamente em um local ou outro.

Nesse momento, quando toda sociedade procura se organizar em movimentos contra a opressão e a miséria social, que se generalizam por todo o país, nós, como membros desta sociedade, sofreremos as

consequências de suas contradições. Por isso lutamos, hoje, pela liberdade de organização e manifestação, pela reconstrução de nossas entidades de base, livres e representativa, por melhores condições de ensino e contra o autoritarismo. Por isso mesmo não vamos participar de um departamento secundarista na UNE ou em qualquer outra forma, pois esta participação não será representativa do conjunto dos secundaristas, a nível nacional. O que é o prioritário para nós são as lutas de resistências, é a ampliação, a organização e o avanço do movimento secundarista.

Apoiamos e entendemos ser da maior importância a reconstrução da UNE não só para os estudantes como também para toda a sociedade. Entendemos que a UNE é uma das maiores conquistas dos estudantes e da sociedade brasileiro no campo da liberdade de organização. Esperamos também todo apoio da UNE ao movimento secundarista e às suas lutas, esperamos que os companheiros da UNE não vetem a participação secundarista, pois se hoje não nos encontramos organizados, no futuro poderemos participar, ficando claro que daremos prioridade à reconstrução da UBES." (UBES apud CINTRA e CINTRA, 2009, p 198-199)

A reorganização da UBES ocorreu somente em 1981, durante um congresso em Curitiba que reuniu muitos estudantes secundaristas o que permitiu realizar eleição da diretoria da UBES, tendo como vencedora a chapa "Reconstrução" cujo objetivo era de reerguer a entidade e espalhá-la em todo território nacional. (UBES apud CINTRA E MARQUES, 2009, p. 205).

Em relação à legislação, é interessante ressaltar que no final dos anos de 1970, juntamente com a retomada dos encontros nacionais estudantis, iniciou-se o processo de reconhecimento das entidades estudantis. Esse reconhecimento ocorreu por meio do Decreto Lei Federal de nº 6.680 de 16 de agosto que deliberou a representação discente nos colegiados acadêmicos com direito a voz e voto. (BRASIL, 1979). Essa lei, ainda, em seu artigo 8º permitiu o estabelecimento de grêmios nas escolas de 1º e 2º grau, mas com ressalvas, pois ainda restringia as atividades dos gremistas. (BOUTIN, 2016; CARLOS, 2006).

Art. 8º Nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus somente poderão ser constituídos grêmios estudantis com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos em regimento, devendo ser sempre assistidos por membros do corpo docente. (BRASIL, 1979)

Logo após, em 1983, o deputado federal eleito pelo Estado de Goiás Aldo Arantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) propôs o projeto de Lei de nº 1880/1983 para a regularização das entidades representativas de estudantes de 1º e 2º graus. Esse projeto de lei tornou-se a Lei Ordinária de nº 7398 em 04 de novembro de 1985.

A promulgação da Lei nº 7.398/85 também conhecida como "Lei do Grêmio Livre" que garante a livre organização de entidades representativas estudantis foi uma grande vitória para o movimento estudantil, que tiveram os seus direitos revogados durante a ditadura cívico-militar, substituindo os grêmios estudantis pelos centros cívicos.⁴¹ Além disso, a lei representa de certa forma, um avanço em relação ao Decreto Lei 6680/79, uma vez que reconhece a autonomia e a liberdade de as assembleias estudantis deliberarem sobre o processo eleitoral.

A Lei de nº 7.398/85 é composta por um conjunto de apenas três artigos, sendo que o artigo 1º possui 3 parágrafos cujo primeiro parágrafo aparece vetado.

A lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985 dispõe sobre a organização de entidades estudantis representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências.

Art. 1º - Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Grêmios Estudantis como entidades

⁴¹ Os Centros Cívicos foram estabelecidos nas escolas e instituições de ensino, públicas e particulares, nos anos de 1970, no Decreto nº 68.065 de 14 de janeiro de 1971, que implantou a obrigatoriedade da disciplina Educação Moral e Cívica no currículo escolar.

autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais.

§ 1º - (Vetado.)

§ 2º - A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidas nos seus Estatutos, aprovados em Assembleia Geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino, convocada para este fim.

§ 3º - A aprovação dos Estatutos e a escolha dos dirigentes e dos representantes do Grêmio Estudantil serão realizadas pelo voto direto e secreto de cada estudante, observando-se, no que couber, as normas da legislação eleitoral.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário. Brasília, em 4 de novembro de 1985.

A pesquisa mostrou que o primeiro parágrafo da lei foi vetado⁴² pelo presidente da república do período porque esse discordava do princípio constitucional que prevê a livre associação. Sendo assim não cabia impor aos discentes secundaristas a obrigatoriedade de organizar grêmios estudantis nas unidades escolares.

A pesquisa também mostrou que o parágrafo vetado foi incluído no projeto de lei original - presente no Anexo A - pelos membros da comissão de justiça e da comissão da educação e da cultura da Câmara de Deputados Federal dos anos de 1983. E esse dispunha que:

§ 1º - Os alunos de cada estabelecimento de ensino instituirão, obrigatoriamente, o seu Grêmio Estudantil. (BRASIL, 1983)

Interessante comparar o artigo 8º da lei de nº 6.680/79 com a lei nº 7.398/85 no que se refere às finalidades do grêmio estudantil. A lei anterior, como já mencionada, propunha que os grêmios teriam a finalidade de promover atividades cívicas, culturais e desportivas. Já

⁴²Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7398-4-novembro-1985-367927-veto-28671-pl.html>> Acesso em 21/12/2020

para a legislação federal atual as finalidades do grêmio devem ser educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais. O que se observa nessa situação é um acréscimo das modalidades das atividades desenvolvidas pelos grêmios estudantis.

Já no Estado de São Paulo, no que se refere à legislação, chama a atenção o seu pioneirismo na tentativa do cumprimento da Lei nº 7.398/85 e a iniciativa de organizar e implantar os grêmios nas escolas da rede mediante legislação estadual.

Assim, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP) criou os seus próprios dispositivos legais para orientar e formar grêmios estudantis nas escolas públicas da rede. Esses dispositivos também passam a determinar a obrigatoriedade da existência de grêmios em todas as escolas do Estado de São Paulo.

O comunicado publicado em 26 de setembro de 1986 foi o primeiro ato da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP) de reconhecimento dos grêmios estudantis. Nesse comunicado a SEE-SP promove esclarecimento sobre a implantação e a execução dos grêmios estudantis nas unidades escolares. Esses esclarecimentos são voltados aos delegados de ensino e à comunidade escolar (diretores de escolas, professores, alunos, funcionários e pais), ressaltando a importância e a necessidade dos grêmios nas escolas.

Na sequência, o comunicado estabelece que a iniciativa da SEE/SP em organizar e implantar os grêmios nas escolas da rede se deu pela necessidade de levar ao conhecimento dos estudantes a Lei 7.398/85, já que, segundo o comunicado, boa parte dos estudantes não sabia de sua existência.

[...] o desconhecimento da referida Lei por parte da grande maioria dos estudantes, e que cabe às Unidades Escolares divulgar para seus alunos informações que lhes são pertinentes ou de direito. (SEE-SP, 1986)

O comunicado de número 26 de 1986 também orienta sobre o planejamento das eleições e define como obrigatória a participação dos Diretores, Conselho de Escola, Professores e Supervisores no processo eleitoral e na manutenção dos grêmios:

4. Os diretores de escola da rede estadual de ensino deverão, no sentido de colaborar com a organização dos Grêmios Estudantis, propiciar aos alunos, condições de realização de reuniões para a formação de Comissões pró- Grêmio, bem como, respeitadas as normas disciplinares da Escola, permitir o acesso de tais comissões às salas de aula e o uso das dependências para informes esclarecedores das finalidades do Grêmio;

5. Os Conselhos de Escola deverão providenciar a divulgação da Lei 7.398/85 entre os corpos docente e discente para que não parem dúvidas quanto ao direito dos alunos de organizar e constituir o Grêmio Estudantil como entidade autônoma e representativa de seus interesses;

6. Os Supervisores de Ensino, os Diretores de Escola e os Professores deverão dar esclarecimentos a participar da realização de atividades que visem o cumprimento das finalidades estabelecidas pela Lei Federal n.º 7.398/85. (SEE/SP 1986)

Ghanem (1989) que apontou a luta e o empenho dos secundaristas nessa época (1980) ainda não estavam presentes no cotidiano das unidades escolares. E mesmo com a conquista da Lei n.º 7.398/85 a implantação dos grêmios autônomos ocorria muito lentamente. Uma das razões para isso, segundo Ghanem (1995), foi que nesse período os estudantes secundaristas estavam envolvidos em questões mais gerais como passeatas contra o aumento das passagens dos transportes coletivos, participação nas greves dos trabalhadores e dos professores entre outras mobilizações que aconteceram no final da década de 1970 e os anos de 1980.

Mesmo assim, percebe-se que o envolvimento dos secundaristas nas mobilizações nacionais não tirou o foco na organização dos grêmios estudantis nas escolas. A literatura produzida pelas entidades estudantis como a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e a União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES-SP) mostrou que as campanhas pela implantação e autonomia dos grêmios nas escolas estavam na mesma pauta que pleiteavam ensino público gratuito, denunciando o aumento abusivo das escolas particulares. Essas pautas eram levadas a muitas escolas em vários Estados brasileiros pelos membros das entidades conforme os depoimentos apresentados por Cintra e Marques (2009).

Rosvilson em entrevista ao site Estudantenet comenta um pouco da sua gestão com as novas perspectivas com a lei do Grêmio Livre em mãos "A UBES estava numa situação de legalidade, tinha liberdade, mas era preciso colocá-la em uma sintonia maior. Então, o marco principal da gestão foi o que chamamos de "UBES presente", um movimento inspirado na UNE-Volante [projeto da UNE que percorreu a Brasil na luta por uma reforma da educação superior], mas com as características do nosso tempo e da nossa entidade. Nós levávamos os membros da executiva que mais se destacavam na UBES, de 5 a 8 diretores, para os estados e fazíamos intensivas visitas às escolas, às entidades municipais, às autoridades, com objetivo de orientar sobre a questão do grêmio livre. Organizar o movimento e lutar pelo ensino público gratuito, contra os aumentos abusivos nas escolas particulares além de incentivar atividades culturais, esportivas... Eram programações combinadas, desde shows de música, até debates em escolas, passeatas. Passamos por uns 9 ou 10 estados." (p.231)

Pesquisa realizada no arquivo digital do Diário Oficial do Estado de São Paulo (D.O.E/SP) com o descritor "grêmio estudantil" deparou-se com várias publicações de atas de fundação de grêmios em escola públicas de primeiro e segundo grau. Essas publicações foram feitas no caderno denominado Ineditoriais que continha páginas com balanços,

atas, convocações avisos de pessoas físicas, empresas e instituições do governo do Estado de São Paulo ou ligados a ele.

Quadro 1-Lista de ocorrência de publicação das atas de grêmio estudantil.

Volume	Número	Data da publicação	Páginas
096	083	07/05/1986	32
097	72	16/04/1987	01
097	210	07/11/1987	08
097	219	20/11/1987	09
097	225	28/11/1987	011
097	225	28/11/1987	012
098	19	30/01/1988	10
098	88	13/05/1986	40
099	37	25/02/1989	17
106	215	09/11/1996	03/04
108	55	21/03/1998	21/19/23
108	235	11/12/19998	31

Fonte: Elaborado por Márcia Regina Ferreira

Não se sabe ao certo se esses grêmios que tiveram sua criação publicados no D.O.E/SP ocorreram por iniciativa única dos estudantes. O que se pode afirmar é que, naquele momento, ainda não havia a necessidade de se publicar as atas de formação dos grêmios nas escolas quando esses eram realizados pela direção da escola. Afirma-se isso diante da leitura dos documentos oficiais da secretaria que orientavam a formação dos grêmios estudantis que estão sendo utilizados neste trabalho.

Em 27 de Novembro de 1987⁴³ um novo comunicado dado foi publicado pela Coordenadoria de Ensino do Interior (CEI) e Coordenadoria de Ensino da Grande São Paulo (COGSP) que “dispõe sobre a criação e implementação dos Grêmios Estudantis nas Unidades Escolares” (CEI-COGSP, 1987). Esse documento tem a finalidade de repetir o comunicado de nº 26/87 cujo objetivo é relembrar a necessidade da criação dos grêmios estudantis atendendo a legislação federal. O documento também tinha o objetivo de reforçar aos membros do quadro de magistério paulista a importância do colegiado na escola cobrando-lhes a organização dele.

Interessa-me destacar que o comunicado de nº 27/87 torna a criação dos grêmios responsabilidade de todos que estão envolvidos na educação, Estado e sociedade o que dará respaldo jurídico para a participação de instituição privadas nas políticas estudantis da rede de ensino de São Paulo.

Estamos convictos de que a Educação não é um problema somente do Estado, mas de toda a sociedade e, portanto, só será bem equacionado com a participação viva e atuante de todos os seus segmentos. Os alunos são parte integrante desta sociedade, mais especificamente da Comunidade Escolar.

A democratização da escola exige a participação efetiva de todos.

O diálogo sempre foi a melhor maneira de aparar arestas, vencer resistências, encurtar distâncias para chegar-se ao entendimento e ao consenso.

Assim, é fundamental que os representantes dos Conselhos de Escola, APMs e Grêmios Estudantis participem da elaboração do Plano Escolar de modo integrado, não apenas justapondo-se.

A escola continua sendo o espaço ideal onde se aprende e se exerce a cidadania. (CEI-COGSP, 1987)

⁴³ http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/notas/comCei_Cogsp27_11_87.htm. Acesso em 30/06/2020.

O comunicado 27/87 também apresentou em seu corpo a definição do termo secundarista que designa todos os estudantes de 1º e 2º que poderiam ser gremistas.

"O termo secundarista, "lato sensu", abrange todos os estudantes de 1º e 2º Graus: sob a rubrica "ensino médio", a LDB 4.024/61 engloba a clássica escola secundária (Ginasial e Colegial); a Lei Federal nº 5.692/71, ao integrar o primário com o ginásio, adota a divisão triíplice do ensino no Brasil: 1º Grau, 2º Grau e 3º Grau." (CEI-COGSP, 1987).

A necessidade da definição do termo secundarista talvez apareça devido à associação do termo ao ensino médio. Isso porque durante um período da história da educação brasileira ele representou um estágio médio de escolarização que corresponde à faixa etária da juventude.

Como já relatado neste trabalho, em 2016 iniciei minha jornada junto ao grêmio estudantil na unidade escolar em que estou lotada. Entre os desafios que foram surgindo naquele momento, fazer a comunidade escolar olhar para os gremistas eleitos com mais seriedade foi o mais interessante.

O grêmio eleito em 2016 foi formado exclusivamente por alunos do 6º ano do ensino fundamental, gerando muita repercussão entre os professores mais antigos da casa, pois esses estavam habituados com a agremiação formados por somente alunos do ensino médio e pelo fato de a escola era tradicionalmente voltada para esse segmento.

Em 09 de fevereiro de 2004, o Governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin publica a lei complementar nº 948 que "regulamenta e define os critérios para concessão de bônus aos integrantes do quadro de magistérios" (São Paulo, 2004)⁴⁴. Essa lei inclui como critérios a presença do

⁴⁴A política de bônus no quadro de magistério da secretaria de educação foi implementada na Lei Complementar nº 948 de 10 de dezembro de 2003. (Fonte:

Grêmio na unidade escolar para a composição do índice de rendimento escolar e com isso aumentar a sua pontuação no ranqueamento entre as escolas do Estado:

"[...]ações desenvolvidas pela escola no ano letivo de 2003 - indicador que será traduzido em uma escala de 1 (um) a 5 (cinco) pontos e aferido mediante aplicação da Tabela 3 do Anexo I deste decreto, considerando:

1. existência de grêmio estudantil, desde que a última eleição tenha ocorrido entre 10 de fevereiro de 2003 e 31 de maio de 2003, com base em informações fornecidas pelo Dirigente Regional de Ensino; (São Paulo, 2004)

Esse critério além de aumentar o Índice da escola também irá compor o Bônus, prêmio em dinheiro, pago aos integrantes do quadro de magistério da rede de ensino estadual paulista quando a meta é atingida.

A partir de 2008, a existência de grêmio estudantil, assim como outros colegiados participativos da gestão escolar, deixou de ser critério para a composição do índice final das unidades escolares.

Mesmo com o fim da obrigatoriedade da existência do grêmio estudantil como critério de bonificação, a cultura da SEE/SP de divulgação e compartilhamento de ações dos gremistas nomeadas pela Secretaria de Boas Práticas ainda permanece, como se pode verificar na página da Secretaria de Educação.

A cultura divulgação de Boas Práticas de alunos gremistas foi implantada na rede no final dos anos de 1980 com objetivo de se criar um espaço de divulgações de projetos e ações do grêmio estudantil que os diretores de escola, supervisores e dirigentes de ensino consideram como

válidas, pois se cumpriu todas as propostas de um projeto estipulado pela SEE/SP.

Figura 2 – Captura de tela da página da Diretoria de Ensino de Mauá - SP



Fonte: <<https://demaua.educacao.sp.gov.br/boas-praticas-gremio-estudantil/>> Acesso em 01/04/2021

A SEE/SP por intermédio das Diretorias Regionais de Ensino promovem espaços e eventos para mostrarem ações realizadas pelos gremistas na escola ou na comunidade onde a escola se localiza. Muitas dessas ações são direcionadas pela SEE/SP ou por instituições parceiras da Secretaria ou das próprias DREs. São diversas as ações a serem desenvolvidas pelos alunos conforme as publicações o portal da SEE/SP, as quais nem sempre envolvem atividades relacionadas ao cotidiano da unidade escolar e dos alunos, muitas vezes são temas gerais como Campanha de Agasalho, conscientização sobre Dengue e ação contra o mosquito *Aedes aegypti*⁴⁵, por exemplo.

⁴⁵Disponível em: <<https://www.educacao.sp.gov.br/gremio-estudantil-realiza-acao-contra-o-mosquito-aedes-aegypti/>> Acesso em 25/01/2021.

Não foi possível identificar qual era o órgão da SEE/SP que cuidava diretamente das políticas e formação de material dos grêmios estudantis até os anos 2010. As resoluções apresentadas aqui, e outras comunicações partiam de diversas coordenadorias e das DREs. O que se sabe é que em 2011, com a reestruturação da SEE/SP a partir do Decreto 57.141 de 18 de julho de 2011, criaram-se várias Coordenadorias, núcleos e departamentos. Entre esses núcleos está o Núcleo de Articulação de Iniciativas com Pais e Alunos (NUART) que faz parte da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares, no Departamento de Alimentação e Assistência ao Aluno.

O NUART então passa a se encarregar sobre definições políticas e diretrizes que promovam a interação entre os membros da comunidade interna escolar e externa, além de monitorar e apoiar as organização e constituição de Associação de Pais e Mestre, Grêmio Estudantil e Conselho de Escolas nas unidades escolares da rede estadual. O NUART também divulga anualmente relatórios sobre a quantidade e a participação desses colegiados nas unidades escolares.

Em relação ao grêmio estudantil, o NUART concluiu em 2014 que pouco mais da metade das escolas estaduais paulistas possuíam grêmios ativos do total de mais de 5.000 escolas. De acordo com a SEE/SP, esse resultado demonstra a fragilidade do colegiado na escola a qual deve ser sanada a partir das ações desenvolvidas pela secretaria. Algumas dessas ações já foram apresentadas neste trabalho como, por exemplo, as formações de profissionais da educação em grêmio estudantil. Outra importante ação é a tutela dos grêmios nas unidades escolares que ocorre desde o final dos anos de 1980.

A pesquisa na página da SEE/SP mostrou que em 2014, a secretaria realizou um levantamento sobre os grêmios ativos

nas escolas da rede e, diante do resultado, determinou que as Diretorias Regionais de Ensino devessem intensificar as ações e projetos voltados para alunos gremistas.

A partir disso as DREs começaram a organizar encontros regionais entre alunos gremistas e o Secretário de Educação Herman Voorwald com o intuito promover troca de experiências entre os gremistas e estimular a formação dos grêmios nas escolas que ainda não tinham o colegiado.

Ainda, a SEE/SP nos anos de 2000 e 2010 intensificou as campanhas para promover a criação do colegiado, espalhando e folders, boletins e cartilhas para orientar os alunos e demais membros da comunidade escolar. (Anexo B).

No ano de 2015, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo lançou uma página específica sobre grêmio estudantil⁴⁶ no portal da secretaria. Nesta página são divulgadas informações sobre os grêmios presentes nas escolas, contagem de números de escolas que possuem grêmios além de divulgação das Boas Práticas gremistas e informes sobre o calendário eleitoral.

Em 2016, a SEE/SP retomou os projetos e políticas para a organização e a criação dos grêmios estudantis nas escolas estaduais paulista. O retorno da política de orientação e implantação dos grêmios na rede ocorre dentro do projeto Gestão Democrática e Participativa introduzida na rede em 2016 como já mostrado neste trabalho.

Desde então, a SEE/SP tem destinado aos grêmios agendas de projetos com prazos e metas para serem cumpridas e atingidas. Outro fator é a concretização da unificação de um calendário único do processo eleitoral dos grêmios em todas as unidades escolares da rede.

⁴⁶ Disponível em: < <https://www.educacao.sp.gov.br/gremio-estudantil> >. Acesso em 06/07/2019.

Para sistematizar e viabilizar esse processo de organização, a SEDUC/SP indica desde 2015, para a nossa rede, um Calendário Unificado para o Processo Eleitoral das diretorias representantes dos grêmios estudantis. (SEDUC/SP, 2017)

O objetivo da unificação do calendário eleitoral do grêmio estudantil é impulsionar a criação de grêmios além de sistematizar o processo de maneira que ocorra igual e ao mesmo tempo em todas as escolas. A secretaria mantém o controle desse processo pelo registro que as escolas devem encaminhar à SEE/SP na página da Secretaria Escolar Digital (SED).

Este calendário tem como objetivos:

- Propor orientações que garantam a lisura e transparência do processo eleitoral promovendo assim credibilidade e qualidade nas ações da equipe eleita;
- Otimizar e acompanhar de forma organizada e sistemática todas as fases do processo eleitoral;
- Promover o processo de ampliação do nº de escolas com Grêmios
- Estudantis eleitos no Estado de São Paulo;
- Oportunizar a visibilidade em Órgãos de Comunicação internos e externos, de ações gremistas como: seminários, cursos, workshops, gincanas, campeonatos etc. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015).

Em geral, o calendário com as orientações é disponibilizado no início do ano letivo com o detalhamento de cada ação que deverá acontecer no período determinado pela SEE/SP. O anexo C ilustra como se deve ocorrer nas unidades e cabe aos Supervisores de ensino e aos professores coordenadores dos núcleos pedagógicos a fiscalização desse processo nas escolas.

Em suma, o passo a passo do processo eleitoral deverá respeitar a seguinte ordem (SEE/SP, 2017):

- **Difusão da Cultura Democrática e do Protagonismo Juvenil** – durante o período de planejamento escolar, no início do ano letivo, o professor responsável pelo

grêmio estudantil ou o vice-diretor se encarregará de elaborar uma pauta que abordará os seguintes temas:

1. Qual é a função escola;
2. O que é grêmio estudantil;
3. Qual é a importância do grêmio
4. Democracia
5. Representatividade
6. Algumas leis que regulamentam a participação democrática

- **Escolha dos Representantes de Classe (ou Líderes de Turma)** - As classes ou turmas deverão escolher dois alunos que os representarão nas reuniões de Conselho de Escola, Conselho Classe e Turma e nas Assembleias estudantis.
- **Assembleia geral** - Na assembleia geral são definidos o processo eleitoral, as datas que ocorrerão a eleição e a escolha da comissão eleitoral que são os alunos que auxiliarão na eleição. Ainda na assembleia geral serão discutidas possíveis alterações no Estatuto vigente do grêmio e a escolha do professor mediador do colegiado.

Todo o processo deverá ser registrado em forma de atas, fotos e vídeos os quais posteriormente serão inseridos na SED no Sistema de Gestão do Grêmio Estudantil (SGGE).

Para a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP) o grêmio estudantil é visto como espaço de aprendizagem para o exercício da cidadania, vivência coletiva, responsabilidade e de participação. Ainda defende-se que é da responsabilidade do colegiado

representar e organizar os estudantes da unidade escolar. (SÃO PAULO, 2019).

Na página do grêmio estudantil do site da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP), há um link de Perguntas Frequentes - Grêmio Estudantil, que também é disponibilizado em Formato de Documento Portátil (PDF)⁴⁷ no e-mail institucional da escola esclarecendo o papel do colegiado e de seus representantes na escola.

O documento também explica o que significa ser representante do grupo estudantil e o que fazer nessa função.

Ser representante de um grupo de estudantes significa falar por eles e/ou ouvir por ele. Significa falar, não aquilo que pensa ou quer, mas o que o grupo pensa e quer. Para isso o representante precisa buscar conhecer bem os representados e conhecer suas demandas. (SÃO PAULO, 2020).

Ainda o documento elenca as habilidades necessárias que os representantes devem apresentar para ocupar essa função.

Um integrante da diretoria gremista deve primar pelo respeito aos demais e propor ações que façam prevalecer o respeito e a paz na escola e que atendam ao interesse da maioria dos estudantes, ter uma escuta atenta, manter diálogo constante com colegas, professores e gestores, deve ser parceiro e buscar parceria de toda comunidade escolar, ser atento às necessidades da escola como um todo e também de algum grupo em especial; deve agir com atenção aos princípios democráticos e desenvolver ações que fortaleçam o protagonismo juvenil; (SÃO PAULO, 2020)

Todos os comunicados de orientação para implantação e eleição do grêmio estudantil informam como deve ser a estrutura do colegiado e o número de participantes. Em

⁴⁷ Sigla em inglês de *Portable Document Format*.

geral utiliza-se da proposta de organização da cartilha “Grêmio em Forma” do Instituto sou da Paz.

As chapas que concorrem à eleição e a vencedora dever apresentar a seguinte estrutura:

- Diretor Geral
- Vice-diretor Geral
- Diretor Financeiro e um suplente
- Diretor Social e um suplente
- Diretor de Comunicação e um suplente
- Diretor de Esporte e um suplente
- Diretor de Cultura e um suplente

Por fim, o documento norteia o plano mínimo de trabalho dos gremistas na unidade escolar, pois outras atividades deverão ser desenvolvidas pelo grêmio no decorrer do ano letivo.

O que cabe à Diretoria gremista fazer:

- 1) Elaborar o Plano Anual de Trabalho baseado nas demandas apresentadas pelos colegas no processo eleitoral ou nascidas posteriormente que serão sempre apresentadas para aprovação ao Conselho de Representantes de Classe ou em Assembleia Geral;
- 2) Executar o Plano de Trabalho, em parceria com demais Estudantes, Associação de Pais e Mestres, Comissão Pró-Grêmio e demais segmentos da comunidade escolar;
- 3) Apresentar ao Conselho de representantes o Estatuto do Grêmio (regras);
- 4) Acompanhar o cumprimento das regras previstas no Estatuto;
- 5) Informar a Assembleia Geral sobre as normas que regem o Grêmio e as atividades desenvolvidas pela Diretoria Gremista; (SÃO PAULO, 2019)

Percebe-se que o colegiado é organizado de maneira bastante sistemática sendo que cada membro, principalmente o diretor geral do grêmio, tem uma agenda muito extensa a cumprir, relatórios e questionários para preencher e reuniões cuja presença é obrigatória.

Outra grande responsabilidade dos gremistas na escola acontece no período da realização do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP)⁴⁸. Cabe ao grêmio estudantil orientar os alunos sobre a importância do exame para a escola e para a rede e motivá-los para a realização da prova.

Além disso, os gremistas devem acompanhar a realização da prova e apresentar atividades de acolhimento dos estudantes participantes do exame, ornamentar a escola e se possível ofertar brindes e balas.

Com essa demanda de atividades, entende-se que não é possível que o colegiado tenha tempo para trabalhar nas questões que emergem do corpo discente. Muito menos há condições favoráveis para desenvolver a autonomia e o protagonismo defendido nos documentos legais da SEE/SP, uma vez que todas as ações e projetos chegam até os gremistas prontos com detalhamentos de como serão desenvolvidos na escola.

Uma questão interessante é a ênfase que a SEE/SP dá ao tema Protagonismo Juvenil nas diretrizes curriculares, programas e projetos educacionais.

O meu interesse inicial para o desenvolvimento da pesquisa no mestrado era entender o significado do Protagonismo Juvenil no grêmio estudantil, pois como professora interlocutora do grêmio, verifiquei que era recorrente em programas de capacitações, de orientações e em diversas palestras que participei nessa função.

Com a maturação da ideia inicial, entendi que o protagonismo está presente nos documentos da Secretaria de

⁴⁸ O Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) foi criado em 1996 mediante a Resolução SE nº 27 de 29 de março. De acordo com a SEE/SP (1996) o SARESP tem o propósito de subsidiar a secretaria em suas políticas educacionais. O SARESP também visa avaliar o rendimento escolar dos alunos matriculados na rede.

Educação de São Paulo desde 2011, por isso o desenvolvimento da pesquisa requereu a leitura do tema.

Então o texto a seguir tem a pretensão de mostrar como a rede aplica o conceito do Protagonismo Juvenil e quais são as referências utilizadas pela Secretaria de Educação nos seus documentos oficiais.

3.1 Protagonismo Juvenil: concepção da rede pública de ensino do Governo do Estado de São Paulo.

O propósito aqui não é discutir e nem buscar uma definição sobre o tema Protagonismo juvenil e sim apresentar como esse tema tornou-se a centralidade da proposta de Educação Integral e do Grêmio Estudantil. proposta que está sendo adotada no currículo educacional nacional e paulista e na organização do grêmio estudantil nas escolas estaduais de São Paulo.

Assim, o que se deseja é mostrar o tema conforme ele é apresentado nos documentos e orientações oficiais, cartilhas e manuais produzidas pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo ou acolhidas por ela, dado que muitos desses documentos e orientações são elaborados por instituições privadas que atuam no setor público. Essas instituições, como já mencionado antes, influenciam direta e indiretamente nas políticas e nos programas educacionais da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, construindo currículos, cursos de formação de docentes e discentes entre outros projetos educacionais.

A pesquisa inicial revelou que o tema protagonismo juvenil na educação começou com a discussão e a implantação do modelo pedagógico de educação integral. Esse modelo, que é defendido por instituições privadas e Organizações Não

Governamentais, valoriza conhecimentos e habilidades que poderão auxiliar o jovem no ingresso do mundo do trabalho.

Destaca-se o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) como um dos principais responsáveis pela propagação e apoiador do ensino integral e do protagonismo juvenil na rede pública de ensino. Leva-se em consideração a participação do Instituto Ayrton Senna como influenciador no Programa de Ensino Integral e de Currículos Oficiais de diversos Estados brasileiros.

No caso do Estado de São Paulo esse tema ganha espaço a partir da implantação do Programa Educação - Compromisso de São Paulo (PECSP), anunciado em 15 de outubro de 2011 pelo governador Geraldo Alckmin do PSDB. Segundo o site do programa, o governo visa estabelecer um compromisso com a sociedade civil na melhoria da qualidade da educação, dando ênfase nos resultados obtidos nas avaliações externas, que para o governo garante melhores resultados na aprendizagem dos estudantes.

Programa Educação - Compromisso de São Paulo, assim como vários programas do governo paulista, especialmente da educação, efetua-se na forma de parcerias entre o Estado e a iniciativa privada como descrita no site do governo.⁴⁹

O secretário da Educação, Herman Voorwald, e o governador Geraldo Alckmin receberam no Palácio dos Bandeirantes, na manhã desta sexta-feira (26), representantes de instituições parceiras da Educação. Durante a reunião, estiveram em pauta estratégias e ações para o programa [Educação - Compromisso de São Paulo](#), visando a melhoria constante do ensino no Estado. (SÃO PAULO, 2013)

As instituições participantes desse programa são:

- Associação Parceiros da Educação

⁴⁹ Disponível em: <<https://www.educacao.sp.gov.br/secretario-e-governador-se-reunem-com-instituicoes-parceiras-da-educacao/>> Acesso em: 25/01/2021.

- Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec)
- Comunidade Educativa Cedac
- Consultoria internacional McKinsey & Company.
- Fundação Arymax
- Fundação Bradesco
- Fundação Educar Dpaschoal
- Fundação Itaú Social
- Fundação Lemann
- Fundação Victor Civita
- Fundação Telefônica
- Grupo Iguatemi
- Instituto ABCD
- Instituto Hedging-Griffo,
- Instituto Natura
- Instituto Península
- Instituto Unibanco
- Itaú BBA
- Tellus

Sendo assim, esse programa reproduz modelos pedagógicos e de gestão escolar que esses institutos e associações atribuem a educação pública como garantia efetiva de aprendizagem - Fato esse que se confirmam nos cinco pilares elencados pela SEE/SP como fundamental para o aprofundamento do ensino: valorização do capital humano, gestão pedagógica, educação integral, gestão organizacional e financeira e mobilização da sociedade.⁵⁰

⁵⁰ Disponível em: <<https://www.educacao.sp.gov.br/compromisso-sp>> Acesso em 25/01/2021.

O protagonismo está inserido na educação integral como uma proposta inovadora para a formação dos jovens matriculados na rede de ensino público.

Educação Integral

Esse pilar tem como objetivo lançar as bases de um novo modelo de escola e uma nova carreira do magistério. Foi lançado o novo modelo de Escola de Tempo Integral, com uma proposta inovadora que foca na formação de jovens protagonistas. (SÃO PAULO, 2011)

O Programa Ensino Integral foi implantado na rede paulista de ensino em 2012 mediante a Lei Complementar n° 1.164⁵¹ de 4 de janeiro de 2012, a qual foi alterada pela Lei Complementar n° 1.191⁵², de 28 de dezembro de 2012. Essas leis dizem respeito à organização da estrutura da gestão escolar das escolas integrais assim como plano de carreira de gratificação do quadro de magistério atuante nessas escolas.

Então, conforme a Diretriz Do Programa de Ensino Integral, o tema Protagonismo Juvenil está inserido no Modelo Pedagógico adotado pelo PEI sendo considerado um dos princípios educativos norteadores do currículo educacional de São Paulo.

Na construção do Modelo Pedagógico do Programa Ensino Integral, quatro princípios educativos fundamentais foram eleitos para orientar a constituição das suas metodologias, sempre como referência a busca pela formação de um jovem autônomo, solidário e competente. São estes os quatro princípios: - A Educação Interdimensional, A Pedagogia da Presença, Os 4 Pilares da Educação para o Século XXI e o Protagonismo Juvenil. (SÃO PAULO, 2014 p. 13).

⁵¹Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2012/original-lei.complementar-1164-04.01.2012.html>> Acesso em 28/12/2020.

⁵²Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2012/lei.complementar-1164-04.01.2012.htm>> Acesso em 28/12/2020.

A definição de Protagonismo Juvenil utilizada no documento “é um processo no qual o jovem é simultaneamente sujeito e objeto das ações no desenvolvimento de suas próprias potencialidades de acordo com Bruno Silveira.”⁵³ (SÃO PAULO, 2014 p. 15).

Chama a atenção a referência no documento de ao termo “protagonismo juvenil”. Isso porque utiliza a fala de Bruno da Silveira sem citar outros detalhes do pensamento do autor. Importante ressaltar também que nas referências bibliográficas do documento não consta o nome e nem obra desse autor.

A Diretriz também considera que o modelo pedagógico adotado pelo programa traz inovações de conteúdos adotados, do modelo de gestão e de metodologia, tendo a adoção do Projeto de Vida é o grande diferencial desse programa. (SÃO PAULO, 2011)

O projeto de Vida é uma disciplina do currículo do Programa de Ensino Integral cujo objetivo é auxiliar os estudantes para que estes consigam ter ferramentas pedagógicas para construir uma visão de futuro e assim mudar a sua realidade. (São Paulo, 2020). Ainda, salienta-se que a disciplina atende os pressupostos de agências internacionais e institutos que valorizam a aplicação do desenvolvimento das competências socioemocionais na educação pública.

A proposta pedagógica do componente curricular Projeto de Vida é pautada em referências importantes para a concepção de Educação Integral, como: os Quatro Pilares da Educação (Unesco, 1996), desenvolvimento socioemocional, a pedagogia da presença e o protagonismo. (SÃO PAULO, 2012)

⁵³Essa citação aparece em muitos documentos e publicações institucionais de várias redes públicas que adotaram a proposta de ensino integral do de várias redes de ensino público.

Sabe-se que toda estrutura do Programa de Ensino Integral da rede de ensino público do Estado de São Paulo foi baseada na proposta de ensino, especialmente para o ensino médio e de educação profissional, do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE).

O Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), em seu site, se apresenta como uma entidade sem fins lucrativos, originado em 2003 a partir da motivação de um grupo de empresários que queriam resgatar os padrões de qualidade e excelência do ginásio pernambucano.⁵⁴

É possível encontrar no site do ICE as empresas do setor privado que contribuem com a entidade tanto no campo estratégico quanto no financeiramente de suas ações. Eles também possuem parceria com empresas que prestam auxílio técnico para o desenvolvimento dos seus projetos.

Os seus parceiros estratégicos são Instituto Natura e Instituto Sonho Grande. Já seus parceiros técnicos são o Instituto de Qualidade no Ensino e Stem - Brasil que é subsidiária do Worl Found for Education. Por fim, tem como investidores: Instituto Natura, Instituto Sonho Grande, Espírito Santo em Ação, Itaú BBA, Fiat Chrysler, Jeep, Trevo tecnologia social, SEM, Instituto Cacau Show e Instituto Conceição Moura.

O ICE também é parceiro de 19 Secretarias Estaduais de Educação, incluído a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e 23 Secretarias Municipais de Educação.

Secretarias Estaduais de Educação:

- Acre
- Amapá

⁵⁴ Disponível em :<https://icebrasil.azurewebsites.net/wp-content/uploads/2020/04/Livreto_Digital_Institucional.pdf> Acesso em 02/01/2021

- Amazonas
- Ceará
- Espírito Santo
- Goiás
- Mato Grosso
- Mato Grosso do Sul
- Maranhão
- Minas Gerais
- Paraíba
- Paraná
- Pernambuco
- Piauí
- Rio Grande do Norte
- Rondônia
- São Paulo
- Sergipe
- Tocantins

Secretárias Municipais de Educação:

- Arcoverde - PE
- Afogados de Ingazeiro - PE
- Bom Conselho - PE
- Bonito - PE
- Cabrobó - PE
- Camaragibe - PE
- Caruaru - PE
- Fortaleza - PE
- Flores - PE
- Floresta - PE
- Igarassu - PE
- Itapevi - SP

- Itapissuma - PE
- Petrolina - PE
- Recife - PE
- Rio de Janeiro - RJ
- Salgueiro - PE
- Santa Cruz do Capibaribe - PE
- São Bento do Uma - PE
- Sobral - CE
- Timbaúba - PE
- Trindade - PE
- Vitória - ES

Duas figuras são destacadas pelo ICE e nas formações pedagógicas e diretrizes das escolas da rede parceira do Instituto: o pedagogo Antonio Calos Gomes da Costa (1949-2011) e Bruno Silveira (1939-2006).

Antonio Carlos Gomes da Costa foi um dos redatores do Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, lei de nº 8069 de 13 de julho de 1990. Também realizou projetos para o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e consultor da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Organização Internacional do Trabalho (OIT). O seu trabalho esteve voltado para as questões referentes a juventude e o Protagonismo juvenil, publicando diversos livros sobre o tema.

Já Bruno Silveira, a pesquisa mostrou que ocupou diversos cargos em setores público e privados, como a vice-presidência da Fundação Emilio Odebrecht, e teve suas ações voltadas para o desenvolvimento de projetos e programas de formação integral do jovem.

Em relação ao Protagonismo Juvenil destacam-se nos documentos oficiais as concepções de Costa (2001) que o

considera importante no trabalho pedagógico. Para o autor, a prática do protagonismo juvenil estimula nos estudantes o interesse pela cidadania e participação ativa em situações em que estão envolvidos.

Ainda, as ações protagonistas desenvolvidas nos alunos permitiriam transformá-los em cidadãos autônomos, solidários e competentes para atender as exigências do mundo contemporâneo em relação ao mercado de trabalho.

Nessa direção, o governo do Estado de São Paulo em seu currículo escolar adota integralmente as propostas e o modelo de gestão pedagógica produzida por esses autores e instituições que defendem essa formação para a juventude.

No desenvolvimento dessas ações de Protagonismo Juvenil o jovem vai se tornando autônomo à medida que é capaz de avaliar e decidir com base nas suas crenças, valores e interesses; vai se tornando solidário, diante da possibilidade de envolver-se como parte da solução e não do problema em si; e competente para compreender gradualmente as exigências do novo mundo do trabalho e preparado para a aquisição de habilidades específicas requeridas para o desenvolvimento do seu Projeto de Vida. (SÃO PAULO, 2012)

O documento, assim como toda a orientação de Antonio Carlos Gomes da Costa, entende o papel do professor nesse contexto como orientador e mediador dos estudantes na formação de valores. O professor também deve auxiliá-los a se posicionar diante de situações problemas, trabalhando o protagonismo no plano individual e coletivo nos clubes juvenis.

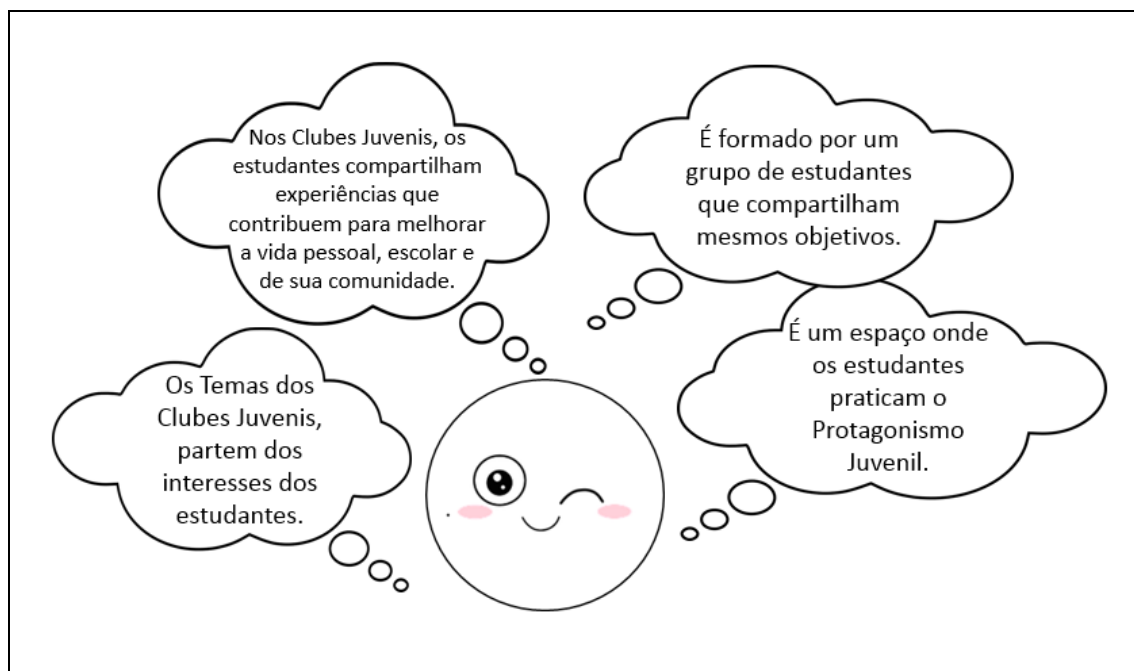
Segundo a Diretriz, duas situações são devem existir para a promoção do protagonismo juvenil: líderes de turmas e clubes juvenis. A escola deve oferecer espaço para que isso aconteça e os professores assim como coordenadores pedagógicos e vice-diretores se encarregaram da tutoria aos alunos participantes dessas situações.

A importância dos líderes de turma para a proposta do protagonismo juvenil decorre da necessidade de promover o aprendizado de habilidades fundamentais para a proposta. As habilidades elencadas pelo documento são gestão, cogestão e heterogestão “de si próprio, do conhecimento e do seu projeto de vida.” (SÃO PAULO, 2012). Essas habilidades estão relacionadas aos princípios de gerenciamento empresariais que foram incorporados na educação da rede de ensino pública paulista, como já apresentado neste trabalho.

Os clubes juvenis são o outro ponto importante, pois esses são espaços destinados a realização da prática de protagonismo juvenil. (SÃO PAULO, 2011) Esses clubes também objetivam o exercício dos alunos em autonomia, capacidade de organização e gestão de projetos desenvolvidos pelos estudantes.

Por se tratar de um espaço para exercer o protagonismo, a sua existência depende do interesse do grupo de estudante que queiram formar o clube. A sua formação está condiciona a elaboração de um projeto prévio o qual deve conter a forma de organização e as metas que deveram ser atingidas.

Figura 3 - Ilustração divulgada nas escolas estaduais para explicar clube juvenil



Fonte: Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (2019)⁵⁵

Somente será considerado o projeto que estiver alinhado à proposta da formação escolar da unidade, ou seja, ao projeto político pedagógico da escola e da rede.

Os Clubes Juvenis, espaços destinados à prática do Protagonismo Juvenil, principalmente quanto à autonomia e à capacidade de organização e gestão, são concebidos para se constituírem a partir dos interesses dos estudantes, havendo, porém, a ressalva de que eles devam sempre atender a exigências de relevância para a formação escolar. Para que um Clube Juvenil possa ser formado é preciso que os alunos interessados proponham uma forma de organização para o clube e metas a serem atingidas. (SÃO PAULO, p. 12 2012)

Embora a formação dos clubes juvenis tenha o propósito de formar sujeitos autônomos, devendo ser criados a partir dos interesses dos alunos, o documento orienta que os professores e os gestores da unidade escolar incentivem a

⁵⁵ O Caderno Clube Juvenil é um guia para os estudantes das escolas do Programa de Ensino Integral produzido pela SEE/SP (2019).

sua constituição. Também recomenda que os professores tutelem os alunos nas atividades do clube e que a intervenção ocorra de acordo com a maturidade dos alunos e a complexidade do projeto adotado pelo clube.

Diante dessa problemática do grau de maturidade, a SEE/SP entende que os alunos dos anos finais do ensino fundamental (6ºano ao 9º ano) sejam imaturos para o exercício do protagonismo necessitando de maior amparo e aprendizagem sobre isso.

Diante desse entendimento, na grade curricular dos anos finais do ensino fundamental foi inserida a disciplina protagonismo juvenil com material e plano de aula próprio para esse segmento nas escolas participantes do Programa de Ensino Integral de São Paulo.

A motivação para a inclusão dessa disciplina no currículo paulista visa atender os Pilares da Educação (UNESCO, 1999).

Sendo assim, neste ano a proposta pedagógica incentivará a vivência de todos os pilares da Educação, destacando, principalmente: aprender a ser (agir com autonomia, solidariedade e responsabilidade) e aprender a conviver (ter a capacidade de comunicar-se, interagir, decidir em grupo, valorizar o saber social, participar e cooperar). (Secretaria de Educação, 2014)

O foco da formação em Protagonismo Juvenil recai no sexto ano dos anos finais do ensino fundamental, pois a SEE/SP supõe que os alunos dessa série ainda não tenham tido contado com o tema. Por essa razão, a SEE/SP propõe que os professores utilizem o material fornecido pela Secretaria para lhes apresentar subsídios que permitam pensar e ser protagonista. (SEE/SP, 2014, p 10).

Assim, de acordo com a metodologia do componente curricular - Protagonismo Juvenil - os temas desenvolvidos no 6º ano são organizados da seguinte maneira:

Quadro 2 - Distribuição da grade curricular

Tema da Aprendizagem	Objetivo da Aprendizagem
O que é Protagonismo Juvenil?	Despertar o interesse dos estudantes pelo Protagonismo Juvenil.
Direitos e deveres: participação na escola.	Conhecer as formas de participação dos alunos na escola; incentivar o comprometimento dos estudantes com a escola; motivar os estudantes a se envolver com espaços participativos da instituição escolar; engajar os alunos na produção e disseminação de informações que valorizam o espaço escolar.
Aprender fazendo: colocando a mão na massa.	Promover a reflexão sobre a importância do planejamento para a concretização de ideias; apresentar ferramentas para o desenvolvimento de ações coletivas; mobilizar os alunos para um trabalho coletivo de promoção da melhoria e do aproveitamento do espaço escolar.

Fonte: Secretaria de Educação do Estado de São Paulo 2014

Por último, a SEE/SP, pautada em determinações de externas à rede pública, objetiva contribuir na formação de um jovem autônomo, solidário envolvido em práticas de voluntarismo, apto para o empreendedorismo e potencial criativo. (COSTA, 2001)

A fala do protagonismo está muito presente na proposta dos grêmios estudantis da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, no mesmo sentido dado ao Programa de Ensino Integral. A ideia de que as vivências protagonistas no ambiente escolar resultarão em cidadão solidário, participativo e universal (no sentido de se adaptar as

demandas da economia globalizada) vem sendo difundida nas ações e projetos voltados para todos os alunos da rede a partir de 2016.

A participação, defendida em documentos, cartilhas e demais publicações produzidas por essas associações, instituições e empresas parceiras é apresentada como forma para promover igualdade e participação ativa na democracia e assim colaborar para a redução das distorções sócias e econômicas.

Entendo como Gadotti (1995) que participação é o engajamento em uma atividade que tem sua estrutura e sua finalidade bem definidas, assim demonstra esses documentos. A questão é que as atividades que os alunos deverão engajar-se já estão pré-estabelecidas por adultos e demais atores apresentados aqui os quais se julgam especialista em educação pública e em temas e problemas da juventude.

Diante o exposto, o próximo tema mostrará as políticas e práticas desenvolvidas pelos grêmios da Diretoria Regional de Ensino de Santos (DRE-Santos), tentando compreender a organização estudantil em duas escolas da cidade de Santos.

3.1 Grêmio Estudantil nas escolas da cidade de Santos.

A princípio a intencionalidade era de realizar entrevistas com alunos de duas escolas da cidade de Santos, mas não foi possível atender o plano original devido à pandemia de Covid-19 que exigiu o isolamento e o distanciamento social e o fechamento das escolas.

Outra proposição era a investigação nos arquivos das escolas selecionadas, Escola Estadual Barnabé (B) e Escola

Estadual Professor Primo Ferreira (PF), sendo que a escola Barnabé está localizada no centro da cidade de Santos e o Primo Ferreira, no bairro residencial de classe média. É importante dar as características dessas escolas, pois o perfil do alunado é diferente o que dá diferentes significados ao grêmio estudantil dessas unidades.

A investigação nos arquivos não foi concluída devido ao movimento de abertura e fechamento das escolas no decorrer do ano letivo de 2020, principalmente na escola PB que devido à presença de funcionários positivados para Covid-19, todos achamos por bem não continuar com a investigação.

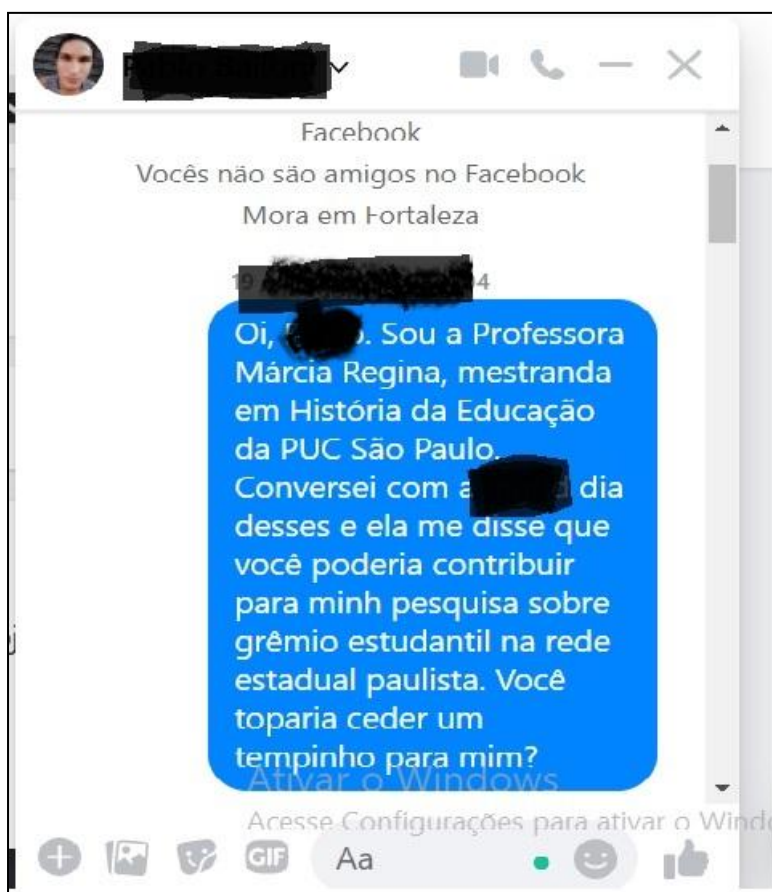
Já na escola Barnabé, durante o curto período que tive acesso aos arquivos, não foi muito proveitoso, pois os documentos não estavam organizados, em caixas de papelão deteriorado, sem nenhuma conservação. Encontrei diversos documentos pessoais de funcionários e alunos da escola misturados aos documentos da escola. A gestora achou melhor não registrar essa situação já que o meu foco era encontrar documentação referente ao grêmio estudantil.

Devido a essa situação, trabalhei apenas com documentos a que tive acesso, alguns deles do meu arquivo pessoal, com a abordagem da DRE-Santos sobre o grêmio, utilizando documentos, orientações e conversas de grupo de discussão de professores interlocutores e alunos gremistas da DRE-Santos.

Por fim, as entrevistas realizadas com alguns poucos alunos que foram gremistas dessas unidades, que aconteceram de maneira remota devido à situação atual pandêmica. O mesmo método de abordagem que foi utilizado com os estudantes das ocupações entrevistados nesse trabalho. Diante da experiência anterior optei em não elaborar um

roteiro prévio e sim conduzir em forma de conversar informal e assim garantir o máximo de informações necessárias para a realização desta pesquisa.

Figura 4- texto da mensagem enviada pelo Facebook



Fonte: Márcia Regina Ferreira

Como já mencionado, alunos de duas escolas foram selecionados para esta investigação que totalizou em um aluno da Escola Barnabé (B) e duas alunas da Escola Professor Primo Ferreira (PF) que serão descritos como:

- Aluno da Escola Estadual Barnabé: B1.
- Aluno da Escola Estadual Professor Primo Ferreira: PF1 e PF2.

As reuniões também ocorreram no ambiente virtual do Google Meet, onde me apresentei e entreguei o termo de autorização e consentimento no final do encontro.

Em geral, as reuniões duravam mais de uma hora de conversa e eram sempre muito proveitosas e prazerosas, não só para o tema, mas também para mim, enquanto professora e pesquisadora.

Interessante que mesmos aqueles que já me conheciam, a dinâmica foi muito diferente comparado a outros momentos em que conversava com eles. Esse fato também foi constatado por eles, que expressaram esse sentimento.

Os que não me conheciam relataram a ansiedade previa do encontro. O entrevistado AJ1, por exemplo, me disseram que ensaiaram a conversa. Eles narraram sobre o medo de me encontrar e serem penalizados ou expostos de maneira negativa, gerando prejuízos a suas vidas.

Esclareci a respeito de assegurar o anonimato e me comprometi a respeitar seus posicionamentos em relação ao tema, assim como a entregar uma cópia deste trabalho para eles, que se tranquilizaram e a conversa passou a fluir com mais tranquilidade e intimidade.

A primeira entrevista foi com a PF1, que havia sido membro de grêmio no ano de 2016, quando cursava o 6º ano do ensino fundamental. Essa estudante era diretor geral do colegiado, portanto, responsável pela documentação e ações que deveriam ser realizadas pelo grêmio.

Perguntei como surgiu o interesse em participar do grêmio estudantil naquele ano e se já tinha conhecimento sobre a existência desse colegiado na escola. A seguinte narrativa foi apresentada:

Ah, difícil lembrar com certeza, né?, mas me lembro que éramos uma sala de sexto ano terrível e a

Diretora e a Coordenadora ia muito lá brigar com a gente, e uma vez elas brigaram e falaram de fazer reunião de Conselho porque os ventiladores estavam quebrados e iria fazer a gente pagar. Só que não fomos nós que quebramos, chagamos na sala e ele já tava quebrado. Aí todo mundo maior nervoso, e aí veio a aula de Geografia e a professora, coitada, nem conseguiu fazer a chamada porque a galera estava muito agitada. E aí conversando com a professora sobre a Direção da escola, ela falou para gente montar o grêmio estudantil para falar dessas coisas e dos problemas a escola. Aí logo saiu a lá o papel para montar chapa, passei nas salas convidando os alunos para participar. E montamos a chapa, né?, montamos a chapa a professora de geografia ajudou a escrever a proposta e foi assim. Não sabia que era grêmio estudantil porque na minha antiga escola não tinha nada disso, foi a primeira vez que fiquei sabendo, e achei bem legal. Foi legal fazer parte do grêmio. (PF1, 2021)

Questionei sobre as ações que realizaram como gremistas: quais eram as propostas apresentadas pelo corpo discente e quais as determinadas pela direção da escola. Também perguntei sobre a sua rotina na direção geral do grêmio, se conseguiu realizar todos os projetos, cumprir os prazos e participar de reuniões e cursos de capacitação.

Então, difícil falar agora depois de tanto tempo, né? A diretora sempre me chamava na sala dela para falar de várias coisas que nem entendia muito bem. Às vezes eu usava o computador dela para preencher umas coisas lá, eu sei que tinha que ser no meu número de matrícula. Eu me lembro que tinha vezes que uma galera me procurava, principalmente do noturno que eles queriam fazer baile, daí eu falava com a diretora e ela me falava que isso não era possível, porque a escola não tinha um documento do bombeiro. Mas era estranho porque tipo fizemos festa de carnaval, festa junina e festa do folclore, né? Qual é a diferença? Na época não pensei sobre isso, senão podia argumentar, mano que vacilo. Então, sempre fazemos o que direção pedia, é claro que muitas vezes tinha alguns professores que estavam juntos com a gente, e aí fazíamos coisas diferenciadas, como concurso de fantasias, apresentação de músicas e danças. Mas a direção não gostava muito não quando mudava o jeito que queria, mas se tinha professor junto ela não proibia. Agora eu ia nos encontros porque era obrigada a ir, mas era muito cansativo, foi legal porque conheci uma galera, mas nem me lembro desses encontros direito.

Algumas vezes nos tínhamos que ir lá na sala da direção assistir uns vídeos, mas também nem sei de que falava agora. Memória curta eu acho. (PF2, 2021)

A aluna relatou que foi a única vez que participou de um colegiado e teve contato com estudantes de entidades representativas estudantis, mas esse não era o seu interesse, porque ela perdeu muitas provas e atividades para nota e como ela queria trabalhar, entrar para algum programa de jovem aprendiz, acreditava que essas notas baixas gerariam prejuízos futuros.

Não quis mais participar do grêmio porque tinha que ficar o dia inteiro na escola fazendo coisas lá, e aí não consegui fazer todas as lições, perdi dia de prova para ir nas reuniões com a direção ou na Diretoria de Ensino, tinha professor que pegava no pé porque era do grêmio. E eu queria entrar no CAMPS⁵⁶ e para entrar lá tem que ter notas boas. E aí não dá, né? E aí fui me afastado, veio outra eleição, não participei, e fui me afastando. Acho legal a galera lá que se politizaram e coisa e tal, mas não é pra mim. Eu até fui no lugar lá que eles se encontram. É lá na Glicério⁵⁷, lá, mas não rolou comigo. Poxa hoje eu vejo a colega lá e outros maior politizados, fala legal, tipo político mesmo. Legal mesmo, sabe. Só que não dá pra mim, hoje trabalho o dia inteiro e final de semana vou pra escola noite, na folga quero é pegar o bonde, sabe. Nem pensar em ficar em reunião, discussão, manifestação, não, não. Quero curtir só isso. Talvez um dia, porque gosto de saber das coisas, só que não agora. (PF1, 2021)

A entrevistada PF2, também participou da gestão do grêmio de 2016 e da gestão do ano de 2018. As mesmas proposições foram feitas a elas, o diferencial da entrevista da PF2 é que ela participa ativamente do

⁵⁶O Centro de Aprendizagem e Mobilização Profissional e Social (CAMPS) é uma instituição sem fins lucrativos que capacita e encaminha jovens de Santos entre 15 e 17 anos em situação de vulnerabilidade social para o mercado de trabalho.

⁵⁷Centro dos Estudantes de Santos e Região (CES)

movimento estudantil secundarista na cidade de Santos e na Baixada Santista.

Do começo não lembro porque não era muito ativa no grêmio em 2016, fazia parte da chapa eleita, mas eram a E2B e mais outra colega lá que faziam e estavam envolvidas em todos os assuntos. Eu só assinava as atas quando a direção pedia e ajudava nas festas quando dava. Não tinha muita maturidade, até zombava da galera. Aí já na segunda vez, eu estava interessada, porque a escola tava uma bagunça, os alunos descontrolados, sem aula, e a direção não fazia nada e a escola não era assim. E aí a gente conversava e a galera tipo muito puto com a escola, daí o colega disse, vamos montar uma chapa, vamos pro grêmio então. Tô dizendo isso, porque eu lembrei do grêmio e aí fiquei pilhando e a galera topou e montamos a chapa e ganhamos. Mas o que aconteceu, o presidente foi pra noite, ele era da manhã em eu da tarde, então ele foi pra noite porque ele entrou no estágio. E... ele não conseguia participar das reuniões, ir nos encontros e eu e o fulano lá acabávamos indo. E aí acabou que cada vez mais fui me envolvendo, assumido as coisas, representando a escola nos eventos da prefeitura por exemplo, e acabou que a direção, a coordenação, os alunos e professores só me procurava, então eu assumi de vez. E era assim, muito trabalho, né? Muita coisa para fazer, ficava lá na sala da diretora ou da coordenadora preenchendo coisas, respondendo questionário, ficava muito tempo lá. Meus pais, as vezes nem acreditavam que eu realmente estava na escola, aí nossa. (PF2, 2021)

Conversamos sobre o seu envolvimento com a UBES e demais entidades estudantis, sobre sua função na entidade, qual é a função hoje dessas entidades nas escolas e no grêmio estudantil.

Nossa essa conversa está cada vez mais difícil porque é tanta coisa que tenho que resumir muito, né?, o assunto principal é grêmio, né? Então, deixa eu ver, tudo começou enquanto ainda estava no grêmio, encontrava lá a galera panfletando, alguns eram gremistas e participavam do movimento. Trocamos ideias, um aluno gremista montou um grupo no WhatsApp e as ideias iam rolando, muita conversa, muita politização. E fui me envolvendo, comecei a frequentar o CES, fui em congresso estudantil, e aí que acabou que me filei sou delegada de Santos da UBES, e é isso aí. Agora, na escola é complicado, né?, tem muito diretor e

professor que não deixa a gente usar camisetas das entidades, não deixa entrar na escola, às vezes, cara é insano. A gente tenta falar com a galera da escola sobre o grêmio que é autônomo, diretor não manda no grêmio, né? Mas somos muito ridicularizados por alunos e alguns professores, a galera zomba mesmo. Mas a gente tá na luta, sabe? A gente sempre pede para os diretores para fazer assembleia com os alunos da escola, quando o diretor não deixa, a gente pede para o Dirigente. A maioria das vezes conseguimos. O mais foda mesmo é que alguns professores não liberam os alunos para assembleia, outros ficam de zoação tumultuando. Mas tem uma galera que curte e nos procura depois, querendo saber mais e pá. Por isso que a gente está aqui. É isso. (PF2, 2021)

Perguntei às entrevistadas - PF1 e PF2 - como elas pensam sobre a burocratização das atividades do grêmio na escola do Estado, os procedimentos legais que a SEE/SP cobra dos grêmios.

Aquelas coisas que eu fazia no computador da diretora, né? Hum, é tipo, penso que é importante mexer com documentos, fazer pesquisa para montar os projetos, que ela pedia. Aprendi coisas, preencher relatório, acho importante, porque não é só ir lá e ficar prometendo as coisas pra ganhar a eleição, tem que saber fazer e o que fazer, né? Porque aprendi que nem tudo o grêmio pode fazer, é só as coisas que a lei ali deixa (PF1, 2021)

É importante saber das coisas de leis, documentos. Lá no CES também fazemos relatórios, preenchemos formulários, atas de reunião, várias coisas. O que acontece é que a escola sei lá, a Diretoria, cobra muito, acaba que não sobra tempo para saber a real da galera da escola, né? No meu caso, ficava muito atolada de coisas, e assim, meu, muito difícil, se vê depois que deixei o grêmio, porque nossa chapa não foi reeleita, mesmo assim a direção, a coordenação me chamavam para resolver coisa do grêmio ou para representar a escola em algum lugar. Vai vendo, me proibiam de entrar na escola com a camiseta do movimento, mas eu representava a escola. E é difícil, porque falo lá pra chapa eleita, e aí é vocês que tem fazer os bagulhos lá, mas tipo, a presidente, me falou uma vez, "aí não pensei que tinha que fazer tanta coisa, nos dias das reuniões eu falto". Aí sobra pra mim, né? Sabe, acho que isso atrapalha os alunos que querem ser do grêmio. Veja só, três alunos dessa chapa de 2019, estão no movimento e não no grêmio, porque a cobrança é muita. (PF2, 2021).

Já na escola Barnabé, o acesso aos estudantes foi mais difícil; dos abordados somente um aluno - B1 - me respondeu, e nossa reunião não durou muito porque o aluno não dispunha de internet suficiente. Também percebi que o aluno estava introspectivo, não mantinha o diálogo, respondendo rapidamente as questões levantadas.

A direção me chamou um dia na sala dela e me perguntou se eu não queria fazer parte do grêmio, porque estavam montando chapa. Me falou que era bancana e que iria aprender um monte coisa, participar de cursos, que era legal. Então eu aceitei e entrei, foi quando descobri que era a única chapa que concorria, e aí ganhamos. (B1, 2021)

Perguntei quais eram as ações, como aconteciam as coisas do grêmio na escola, e o entrevistado narrou-me:

Eu tentava fazer o que me pediam, né? Ajudar na festa junina, na organização do sarau. Mas eram mais os professores que faziam as coisas a gente só ajudava. Não lembro de coisas que fizemos sem ser isso. (B1, 2021)

Já em relação aos encontros, reuniões fora da escola, o aluno falou que não participava porque era sempre no horário de suas aulas e ele não gostava de perder aula, porque isso acarretaria perder atividades avaliativas valendo notas para compor a média final.

Ah mano, eu não ia não, mesmo que a direção falava que era convocação que sai lá no jornal⁵⁸ e tudo, eu não ia, porque tinha professor que marcava prova bem nessa data, e se perdesse a prova, ele não dava outra atividade para nota, mesmo quando a coordenadora ou diretora pedia. Eles davam zero mesmo. Como eu queria entrar no CAMPS, não podia ter boletim com nota vermelha. Quem ia? Uhm... outros alunos, lá representantes de sala que iam. Assim, não sei bem como escolhiam quem ia, mas

⁵⁸ Diário Oficial do Estado de São Paulo

lembro que nem sempre eram os mesmos alunos. (B1, 2021)

Questionado sobre o seu conhecimento sobre o grêmio estudantil, a sua importância como entidade legítima de representatividade estudantil assim como o movimento estudantil, o aluno afirmou-me que só soube aquilo que a direção e uma professora havia lhe dito, nunca tinha participado de uma entidade ou de qualquer movimento estudantil antes.

Na escola da prefeitura que eu estudava antes tinha lá um negócio de grêmio estudantil, mas é, nunca explicaram o que era, tinha lá o cantinho do grêmio e eu não sabia o que era. Só fui saber mesmo quando entrei, li as coisas que a direção me mandou, assistir alguns vídeos na sala da coordenação, tipo ainda não sei bem o que significa. Na escola já apareceu uns estudantes para falar da merenda, colheram assinatura, eu entendi que eles eram de, de tipo partido sei lá, não sei explicar. Eu sei que alguns eram daquelas escolas melhorzinhas, então eles têm condição, né? Condição de fazer essas coisas, de faltar. Acho que naquelas escolas os professores não ligam, não dá nota vermelha, né? Mas eu não, eu preciso estudar para conseguir um emprego. Os professores sempre falam se não estudar, não tirar nota azul, não arruma serviço, e eu preciso trabalhar, né?, pra ajudar lá em casa, ter as minhas coisas. É difícil, né? (B1, 2021).

Infelizmente a conversa não foi mais adiante, pois a conexão caiu e não consegui entrar em contato com ele novamente.

Nessa pouca amostragem, percebe-se que a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo tem uma agenda bastante extensa para a organização do trabalho dos gremistas e que exige deles disponibilidade de tempo, e às vezes de recursos materiais para que se dediquem integralmente à escola.

Soma-se a isso, o fato da necessidade de o aluno ingressar cedo no mundo do trabalho e as barreiras que alguns professores impõem a participação do aluno, em horário de aula, em atividades externas, mesmo se essa atividade seja uma convocação oficial do SEE/SP.

Considerações Finais

A trajetória inicial deste trabalho era identificar as atividades do grêmio estudantil de duas escolas estaduais da cidade de Santos juntamente com a análise do movimento estudantil secundarista dos anos de 1980 a 2016. Além disso, a proposição também era de descrever as práticas dos professores interlocutores e as políticas do Estado de São Paulo em relação ao grêmio estudantil.

Entender como a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo reconhece o direito à livre associação discente e como é a participação dos estudantes no grêmio estudantil proposto pela Secretaria, e como ela o organiza foram as questões norteadoras deste trabalho.

Já em relação há hipóteses, a ideia inicial era que os estudantes secundaristas se organizam de forma autônoma mesmo que a organização e a criação dos grêmios nas escolas públicas paulista é da responsabilidade da Secretaria de Educação.

A partir de março de 2020, a trajetória do trabalho mudou devido a pandemia mundial de Covid-19 que exige distanciamento e isolamento social, fechando vários prédios públicos para evitar a propagação do vírus. As escolas também fecharam nesse período o que impossibilitou o desenvolvimento das seguintes situações: a pesquisa

empírica nas escolas, contato com alunos gremistas e professores Interlocutores do grêmio estudantil.

Diante dessa situação, o trabalho focou na investigação das políticas da Secretaria de Educação para o grêmio estudantil assim como no levantamento do movimento estudantil secundarista dos anos 80 até 2016, contemplando o movimento de ocupação de duas escolas da cidade de Santos.

Além disso, o trabalho também se propunha a realizar diversas entrevistas de alunos gremistas as quais não se concretizaram na forma inicialmente prevista, devido a situação pandêmica atual.

Então, procurei atender essa proposta em encontros virtuais, que demandou muito mais tempo, já que eu tinha que buscá-los em suas redes sociais, fazer o convite e aguardar suas respostas.

Assim um pequeno número de estudantes aceitou o meu convite para uma conversa de maneira remota, permitindo a construção deste trabalho.

Todavia, apesar de o trabalho ter mudado de trajetória, com pouca abrangência na pesquisa empírica, acredita-se que ele pode se somar a outros para estabelecer discussões em torno dos temas de reforma educacional paulista, movimento estudantil secundarista e grêmio estudantil, uma vez que se constatou a existência de uma lacuna sobre a atuação do movimento estudantil no período de 1980 a 2015, o que torna um campo a se explorar.

O percurso da pesquisa envolveu a discussão sobre a reorganização escolar promovida nos anos de 1995 para compreender a Proposta de Reorganização Escolar de 2015, buscando a presença do movimento estudantil secundarista nesses dois momentos.

Deparei-me com a ausência de bibliografia dos secundaristas nos anos de 1980 e 1990, pautando o trabalho em publicações de entidades estudantis, principalmente da UBES e texto de Ghanem (1989).

Em seguida abordei a Proposta de Gestão Democrática a partir de 2016 na rede de ensino do Estado de São Paulo, bem como os momentos e meios de formação e capacitação do grêmio estudantil - professores e alunos.

A necessidade da abordagem desse tema resulta da curiosidade de entender por que a SEE/SP exige a criação de grêmios em todas as escolas do Estado.

Para responder essa pergunta também realizei a investigação e análise nas legislações vigentes na rede sobre a criação e organização dos grêmios nas escolas, o que me permitiu entender que essa necessidade não provém somente da SEE/SP. Na realidade, essa demanda vem das instituições e institutos privados parceiros da Secretaria da Educação desde anos de 1990. Essas concepções de educação pública e de formação da juventude estão presentes no currículo escolar paulista.

Em relação às hipóteses iniciais, a investigação mostrou que a tutela do Estado não minimiza as organizações estudantis fora dos muros da escola. E que a forma de organização e gestão cobrada pela SEE/SP não motiva os alunos para participar do grêmio, ao contrário do que se acreditava primeiramente.

Ainda que não haja um engajamento contínuo do movimento estudantil, é preciso atentar que os estudantes se articulam e se mobilizam rapidamente quando a situação exigir esse movimento, haja vista o movimento estudantil secundarista de 2015 e 2016.

Por fim, tendo a dizer que, em 2016, a motivação para implantar os grêmios nas escolas não partiu somente da SEE/SP, os alunos após a ocupação enxergaram neste colegiado escolar uma via para continuar lutando por escola significativa para eles. A tutela do Estado, nos casos apresentados aqui, não impediu os gremistas de realizar algumas ações próprias.

Referências Bibliográficas.

ABRANCHES, M. Colegiado **escolar: espaço de participação da comunidade**. São Paulo: Cortez, 2003.

ABREU, de Botelho Andrea. **A constituição de grêmios estudantis nas escolas estaduais do ensino médio de Minas Gerais e seu lugar na gestão democrática**. Dissertação de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação de Educação Pública da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, juiz de Fora, 2017.

ADRIÃO, Theresa. **Oferta do ensino fundamental em São Paulo: um novo modelo**. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 102, pág. 79-98, abril de 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000100005&lng=en&nrm=iso. acesso em 15 de outubro de 2020. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302008000100005>>.

AMARO, Keila; QUADROS, B. Marivete. **A Importância do Grêmio Estudantil na Formação Cidadã dos Estudantes**. PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense, 2008. Curitiba: SEED/PR., 2011. V.1. (Cadernos PDE) Disponível em: <www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=20> Acesso em 13/03/2019. ISBN 978-85-8015-039-1>.

ARELARO, Lisete Regina Gomes; JACOMINI, Márcia Aparecida; CARNEIRO, Silvio Ricardo Gomes. **Limitações da Participação e Gestão "Democrática" na Rede Estadual Paulista**. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, p.1143-1158, Dec. 2016. Available **Educ. Soc.** [online]. 2016, vol.37, n.137, pp.1143-1158. ISSN 1678-4626. <<http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302016167343>>.

BORDENAVE, Juan A. Diaz. **O que é participação**. 8ªed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994.

BOTELHO, Marjorie de Almeida. **A ação coletiva dos estudantes secundaristas: passe livre na cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado Universidade Federal Fluminense - UFF. Rio de Janeiro, 2006.

BRASIL, Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**.

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm > Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL, Lei Federal, nº 7.398, de 04 de novembro de 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7398.htm > Acesso em: 14 jul. 2019.

BRASIL. Lei Federal, nº 6.680, de 16 de agosto de 1979. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=198291&norma=212339> > Acesso em: 12 jul. 2019.

CARLOS, da Graça Aparecida: Grêmios estudantis e participação dos estudantes. Dissertação de Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade, PUC São Paulo, 2006.

CAMPOS, Antonia M. et alli. Escolas de luta. São Paulo: Veneta, 2016.

CATARZO, Fabiana Olivieri. O Programa São Paulo faz Escola e suas apropriações no cotidiano de uma escola de ensino médio. Dissertação (Mestrado) em Educação do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CINTRA, André; MARQUES, Raísa. UBES - uma rebelião consequente: A história do movimento estudantil secundarista do Brasil. Projeto Memória do Movimento Estudantil, 2009

CHAGAS, Marcos Rogério Jesus. História da Organização Estudantil e os Grêmios na Atualidade. Universidade Estadual de Londrina UEL, Londrina, 2010.

CORTI, Ana Paula. À deriva. Um estudo sobre a expansão do ensino médio no estado de São Paulo (1991-2003). Tese (Doutorado) do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

COSTA, A. C. G. Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática. Salvador-BA: Fundação Odebrecht, 2000.

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Sistemas de Avaliação Educacional. São Paulo, FDE, 1998.

FERNANDES, Monica Abranches. Colegiado Escolar: espaço de participação da comunidade. Dissertação (Mestrado) em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

FERNANDES, Manuel José Pina: ENTRE O SINDICATO E O GRÊMIO: Como se organiza o trabalhador-aluno. Dissertação do

Mestrado em Educação da Universidade Federal do Ceará, UFC Fortaleza, 2001.

FORACCHI, Marialice M.: A Juventude na Sociedade Moderna. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2018.

GADOTTI, M. Escola cidadã. São Paulo: Cortez, 2001.

GENOVEZ, Maria Salete. Conselho de escola: espaço para o exercício da participação? Um estudo de caso. Dissertação (mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 1993.

GHANEM, E. Os Grêmios livres e o movimento secundarista. *Cadernos do CEDI*, São Paulo, n.19, p.35-51, jan.1989.

GHANEM, E. O Papel do grêmio estudantil e a qualidade do ensino no curso noturno. *Idéias*, São Paulo: FDE, n.25, p.61-70, 1995.

GHANEM, Elie. Educação e participação no Brasil: um retrato aproximado de trabalhos entre 1995 e 2003. Educação e Pesquisa - Revista de educação da USP, nº1, v. 30, jan-abr 2004, p. 161-188.

GOHN, Maria da Gloria. Manifestação e Protestos no Brasil: correntes e contracorrentes. São Paulo: Cortez, 2017.

GOHN, Maria da Gloria. Educação Não Formal e Cultura Política. São Paulo: Cortez, 2011.

ILDEBRANDO, Amália Galvão. O grêmio estudantil de uma escola municipal de ensino fundamental de São Paulo e a relação no processo de formação da cidadania dos alunos. Dissertação de Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade, PUC São Paulo, 2012.

Instituto Sou da Paz. Caderno Grêmio em Forma. São Paulo, SemAno.Disponívelem:<http://WWW.soudapaz.org/uploud/pdf/guia_gremioemforma.pdf>Acesso em 08/julho de 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LIMA, Marceline de. Oficina Pedagógica como espaço formativo da docência. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

LIMA.Licínio C. Organização Escolar E Democracia Radical: Paulo Freire e a governação da escola público. São Paulo: Cortez,2013.

LÜCK, Heloísa. A gestão participativa na escola. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

MARTINS, Francisco André Silva. A voz do estudante na Educação Pública: um estudo sobre a participação de jovens por meio do grêmio estudantil. 2010. 168 f. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MOTA, Mauricio Quadros da. A UNE volta à cena: a reorganização do movimento estudantil baiano e processo e reconstrução da UNE (1969-1979). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Pós-Graduação em História. 2015.

NOTHEN, Nicole. Por uma democracia para a educação: autonomia, liberdade e governo de si nas ocupações secundaristas de São Paulo. Tese (doutorado) do Programa de Pós-Graduação de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

PARO, Vitor Henrique Paro. Gestão Democrática da Escola Pública. São Paulo: Cortez, 2016

PEREIRA, I. B. P. Rompendo a reprodução: educação e movimento estudantil secundarista no Rio de Janeiro (1976-1990). 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

PESCUMA, Derna. "O Grêmio Estudantil: uma realidade a ser conquistada". 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 1990.

RIVAROLA, Dolores Rocca. Militar en el gobierno: Generaciones de militancia juvenil en los gobiernos argentinos y brasileiros . (2003-2015/2016) Autónoma de Buenos Aires : Grupo Editor universitario, 2019.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE). Decreto Estadual n. 40.473, de 21 de novembro de 1995. Institui o Programa de Reorganização das escolas da Rede Estadual e dá providências correlatas. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, v. 105, n. 222, 22 nov. 1995.

SÃO PAULO (Estado). Projeto de Lei nº 1.074, de 16 de outubro de 2003: *Plano Estadual de Educação: proposta da sociedade paulista*. Fórum estadual em Defesa da Escola Pública São Paulo, Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Decreto nº 57.141, de 18 de julho de 2011. Reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas. In: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2011/decreto-57141-18.07.2011.html>>. Acesso em 07/08/2019.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 57.571/2011, de dezembro de 2011, que estabelece a composição para o Conselho Consultivo do Programa Educação Compromisso de São Paulo. 2011.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. **Entenda como funcionará a reorganização escolar da rede estadual paulista. 23 de set. 2015^a**. Disponível em: <<https://www.educacao.sp.gov.br/com-foco-na-qualidade-de-ensino-educacao-anuncia-nova-organizacao-para-a-rede-estadual/>> Acesso em 19/07/2019.

SÃO PAULO (Estado) Decreto nº 40.473 de 21 de novembro de 1995. Institui o Programa de Reorganização das Escolas da Rede Pública Estadual e dá providências correlatas. In: _____. Legislação de ensino fundamental e médio. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação; Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, 2005. v. XL, p. 102-103.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 57.571/2011, de dezembro de 2011, que estabelece a composição para o Conselho Consultivo do Programa Educação Compromisso de São Paulo. 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez, 1984

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo faz escola. In. <www.educacao.sp.gov.br>.

SCHNEIDER, Carolina Fonseca. **O Banco Mundial e as Políticas de Combate À Pobreza: financiamento da educação no Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado) do Curso de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo da Escola da Administração de Empresa de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2000.

SILVA, Genes Alves da. **A união dos estudantes secundaristas de Patos de Minas. (UEP/MG): militância e formação cidadã político-partidária (1958 a 1971)**. Dissertação de Mestrado universidade Federal de Uberlândia, UFU, 2009.

SILVA, Sarah Maria de Freitas Machado. **As Bases Teóricas na Formação Continuada dos Professores da Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo: A Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores Em Análise**. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2015


UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS - UBES - São Paulo. <<http://ubes.org.br/download/publicacoes/memorias-estudantis.pdf>>. Acesso em 08 de julho de 2019.

VILELLA, Delfina de Paiva. **Conselho de Escola: impasses, perspectivas e busca pela participação**. Tese (Doutorado em Administração e Supervisão Educacional) Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, SP, 1997.


Anexos

Anexo A- Projeto de Lei nº 1.880/1983 que deu origem a Lei de nº 7398 - 04/11/1985

Acila. Em 07.5.85.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE REDAÇÃO
 PROJETO DE LEI nº 1.880-A, de 1983
 REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI nº 1.880-B, de 1983



Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Grêmios Estudantis como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais.

§ 1º - Os alunos de cada estabelecimento de ensino instituirão, obrigatoriamente, o seu Grêmio Estudantil.


§ 2º - A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em Assembléia Geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino, convocada para este fim.

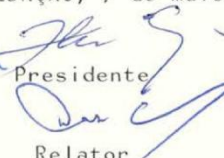
§ 3º - A aprovação dos estatutos, a escolha dos dirigentes e dos representantes do Grêmio Estudantil serão realizadas pelo voto direto e secreto de cada estudante, observando-se, no que couber, as normas da legislação eleitoral.


Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

COMISSÃO DE REDAÇÃO, 7 de maio de 1985.


 Presidente


 Relator



GER 20.01.0050.5

Anexo B - Veto do parágrafo 1º da lei 7398 de 14/11/1985

[Início](#) / [Atividade Legislativa](#) / [Legislação](#) / [Esta página](#)

LEGISLAÇÃO

Legislação Informatizada - LEI Nº 7.398, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1985 - Veto

Veja também:

» [Publicação Original](#) » [Proposição Originária](#) » [Dados da Norma](#)

LEI Nº 7.398, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1985

MENSAGEM DE VETO Nº 552, DE 04 DE NOVEMBRO DE 1985

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL:

Tenho a honra de comunicar a Vossas Excelências que, nos termos dos artigos 59, §1º e 81, inciso IV, da Constituição, resolvi vetar, parcialmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1985 (nº 1.880, de 1983, na Casa de origem), que "dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências".

O veto incide sobre o parágrafo 1º do artigo 1º do Projeto, que se revela incompatível com a regra constitucional asseguradora do direito de associação, ao estabelecer comando irrecusável, dirigido ao corpo discente dos estabelecimentos de ensino, impondo-lhe o dever de organizar o seu Grêmio Estudantil.

A compulsoriedade dessa organização, imposta por ato estatal, revela-se inconciliável com a prerrogativa consubstanciada no art. 153, §28, da Carta Federal.

Com efeito, o direito de associação constitui liberdade de ação coletiva. Embora atribuído a cada pessoa, que é o seu titular, só pode ser exercido em conjunto com outras pessoas. É pelo exercício concreto dessa liberdade pública que se instituem as associações. O direito de associação, por isso mesmo, deve ser visto como simples faculdade, que se reconhece às pessoas, e não como um ônus que se lhes imponha. Compelir os alunos de um estabelecimento de ensino a proceder à organização de associações gremiais representa, na verdade, ato de intolerável interferência do Poder na esfera da livre atuação jurídica das pessoas. Significa, em suma, derrogar, mediante ato legislativo ordinário, uma das mais expressivas liberdades públicas.

Estas, as razões que me levam a vetar, parcialmente, o referido Projeto e que ora tenho a honra de submeter à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 04 de novembro de 1985.

JOSÉ SARNEY

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 05/11/1985

Ativar o Windows

Acesse Configurações para ativar o Windows.

Anexo C- Folder de orientação para a criação de G.E distribuídos nas escolas estaduais paulista.

Crie um grêmio estudantil em sua escola!

Antes de tudo, você sabe o que é um Grêmio Estudantil?


O Grêmio é a organização dos alunos da escola, formado por estudantes responsáveis pelo desenvolvimento de atividades culturais, esportivas, sociais e de cidadania.

Por que criar um Grêmio Estudantil?

O Grêmio Estudantil permite ao aluno o protagonismo juvenil. É o primeiro exercício de participação democrática dos estudantes na sociedade.

Como criar um Grêmio Estudantil:


1º passo




Alunos comunicam a direção escolar, divulgam a proposta para criação do Grêmio e convidam outros estudantes interessados para formar a Comissão Pró-Grêmio. Este grupo elabora uma proposta de estatuto, que será discutida e aprovada pela Assembleia Geral.

✓ **Comissão Pró-Grêmio**
Grupo de alunos interessados na formação do Grêmio. Divulga a ideia do Grêmio na escola, elabora o estatuto e convoca a Assembleia Geral.

✓ **Assembleia Geral**
Reunião de todos os alunos da escola para discutir e aprovar propostas do Grêmio. É o órgão máximo de decisão do Grêmio Estudantil. Para garantir que a decisão da Assembleia Geral seja representativa, pelo menos 10% dos alunos matriculados na escola deverão estar presentes na reunião, do contrário, convoca-se outra Assembleia Geral. A Assembleia Geral precisa ser registrada em Ata.



[2º passo]



Comissão Pró-Grêmio convoca todos os alunos da escola para participar da Assembleia Geral. Nesta reunião, define-se a composição da Diretoria de Grêmio Estudantil, o período de campanhas das chapas, a data das eleições e aprova-se o Estatuto do Grêmio. Nesse momento também se definem os membros da Comissão Eleitoral.

Diretoria de Grêmio Estudantil
Composta por:

- Coordenador Geral
- Diretor Financeiro
- Diretor Social
- Diretor de Esporte
- Diretor de Cultura
- Diretor de Comunicação


Outra Direção que poderá ser criada

Conselho Fiscal

- Primeiro Conselheiro
- Segundo Conselheiro
- Terceiro Conselheiro


✓ **Comissão Eleitoral**
Comissão Eleitoral: grupo formado por dois representantes de cada chapa, representantes de classes, professor mediador ou coordenador da escola. É responsável por todo processo eleitoral: fazer cédulas com nomes das chapas, providenciar a urna, contar os votos e divulgar os resultados.

3º passo




Alunos se reúnem e formam as chapas que concorrerão na eleição. Devem apresentar suas ideias e propostas para o ano de gestão no grêmio estudantil. A Comissão Eleitoral promove debates entre as chapas, abertos a todos os alunos.

4º passo





Comissão Eleitoral organiza a eleição (o voto é secreto). A contagem é feita pelos representantes de classe, acompanhados de dois representantes de cada chapa e, eventualmente, do diretor da escola e do professor mediador.

5º passo



Comissão Pró-Grêmio envia uma cópia da Ata de Eleição e do Estatuto para a Direção Escolar e organiza a cerimônia de posse da diretoria do Grêmio. A cada ano, reinicia-se o processo eleitoral a partir do 3º passo.





www.educacao.sp.gov.br Educação

**Anexo D- Calendário de eleição do grêmio estudantil da
SEDUC/SP**

**ANEXO III - CALENDÁRIO PARA O PROCESSO ELEITORAL DOS
GRÊMIOS ESTUDANTIS DAS ESCOLAS PÚBLICAS – 2017**

RESPONSÁVEIS PELA AÇÃO	AÇÃO PROPOSTA	INÍCIO	TÉRMINO
Equipe Gremista do ano anterior (se houver), Equipe Gestora e Professores	✓ Diálogo nas salas de aula sobre a função da escola e importância da participação de todos os envolvidos no processo para que essa ação aconteça. Orientação – Nesta ação deverão ser envolvidos todos os estudantes da escola para que compreendam a real importância e funções do Grêmio Estudantil.		
Equipe Gremista e Equipe Gestora	✓ Convocação para a Assembleia Geral do Grêmio Estudantil. Orientação – A Assembleia geral deve ocorrer 1 vez no ano ou quando necessário. Dela participarão, voluntariamente, em torno de 10% dos estudantes da escola ou o Conselho de Representantes de Classe. Quanto maior for o número de estudantes participantes, mais legítima ela será, porém nem sempre é possível reunir muitos estudantes em razão dos horários diferentes. A data escolhida deverá ser amplamente comunicada observando uma antecedência de tempo e clareza nos assuntos que serão tratados.	(1º dia letivo com estudantes) 02/02/2016	(5º dia letivo)
Professor e Coordenador pedagógico	✓ Eleição do representante de classe. Orientação - Organização de uma escolha, por voto direto dos estudantes, de 2 representantes por sala. Os dois estudantes de cada classe comporão o Conselho de Representantes de classe,	(6º dia letivo)	(7º dia letivo)

	órgão que representa os estudantes nas reuniões do Grêmio Estudantil.		
Estudantes e o Responsável da escola junto ao grêmio	<p>✓ Realização da Assembleia Geral.</p> <p>Orientação: Esta reunião inicial do ano terá alguns temas básicos como: Prestação de Contas da diretoria gremista anterior, apresentação do Conselho de Representante e escolha da Comissão Eleitoral (estudantes que não tenham a intenção de se candidatar para a eleição).</p> <p>Participam da Assembleia Geral 10% dos estudantes da escola ou o Conselho de Representantes de Classe.</p>	(8º dia letivo)	(8º dia letivo)
Comissão Eleitoral e o Responsável da escola junto ao grêmio	<p>✓ Reuniões da Comissão Eleitoral.</p> <p>Orientação: As reuniões da comissão são específicas para organizar/reorganizar o Estatuto do Grêmio, processo eleitoral na escola (data e formato das inscrições, campanha e eleição) de acordo com as especificidades de cada escola.</p>	(9º dia letivo)	(15º dia letivo)
Comissão Eleitoral	<p>✓ Apresentação do Estatuto do Grêmio com calendário de abertura do processo eleitoral.</p> <p>Orientação: Apresentação do Estatuto para conhecimento e aprovação pelo Conselho de Representantes.</p>	(16º dia letivo)	(16º dia letivo)
Comissão Eleitoral	<p>✓ Divulgação da abertura do processo eleitoral e fixação de cartazes.</p> <p>Orientação: Divulgação para todos os estudantes professores ou gestor/professor responsável pelos grêmios nas Unidades Escolares do calendário eleitoral e regras para fixação de cartazes de incentivo para a organização das chapas.</p>	(17º dia letivo)	(25º dia letivo)

Comissão Eleitoral	<p>✓ Recebimento das inscrições das chapas.</p> <p>Orientação – É preciso que esteja claro nas regras de inscrição: o meio que será utilizado, a data e horário de início e fim do processo, além do formato que as propostas deverão ter para a entrega. Quanto ao horário deverá estar previsto que ele seguirá os horários de funcionamento da escola (ex. 7h da manhã do dia 13/03 até 11h do dia).</p>	(26º dia letivo) 13/03/2017	(30º dia letivo)
Comissão Eleitoral, Equipe Gestora e o Responsável da escola junto ao grêmio	<p>✓ Início da Campanha Eleitoral das chapas inscritas.</p> <p>Orientação – Organização de tempo e formato da apresentação das propostas de cada chapa e defesa da plataforma, junto aos estudantes. Esta organização é imprescindível para que todas as equipes disponham das mesmas condições de apresentação.</p>	(31º dia letivo)	(41º dia letivo)
Comissão Eleitoral, Equipe Gestora, Professores, Funcionários e o Responsável da escola junto ao grêmio	<p>✓ Eleições – Somente os estudantes votam.</p> <p>Orientação - A partir do momento que as escolas realizaram todo o processo de orientação, inscrições, propaganda, terão até estas datas para realizar a eleição.</p> <p>É preciso que na organização para este dia as equipes tenham muita atenção para que todos os estudantes, de todos os períodos tenham o mesmo tempo de condições para votar.</p> <p>Que a urna (caso seja feita eleição em papel seja mantida em local seguro do início da eleição até a guarda para o dia seguinte que será a eleição).</p>	(42º dia letivo) 04/04/2016	(43º dia letivo) 05/04/2016
Comissão Eleitoral, 2 representantes de cada chapa	<p>✓ Apuração.</p> <p>Orientação – A apuração deverá ser realizada no dia imediatamente posterior à eleição. As equipes responsáveis</p>	(44º dia letivo)	(44º dia letivo)